

Valéria Pereira Bastos



Profissão: Catador

Um estudo do processo de construção da identidade

LETRCAPITAL

Copyright© Valéria Pereira Bastos, 2014

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.

Nenhuma parte deste livro, sem a autorização prévia por escrito da Editora, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados.

*A publicação desta obra foi possível graças ao apoio do
Instituto Educacional São João Gualberto - São Paulo, SP*

EDITOR

João Baptista Pinto

REVISÃO

Rita Luppi

EDITORIAÇÃO

Rian Narcizo Mariano

CAPA

Rian Narcizo Mariano

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B326p

Bastos, Valéria Pereira, 1960-

Profissão: catador : um estudo do processo de construção da identidade.

Valéria Pereira Bastos. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2014.

174 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 9788577852765

1. Catadores de lixo - Duque de Caxias (RJ). 2. Lixo - Eliminação - Aspectos sociais.

I. Título.

14-13051

CDD: 363.728098153

CDU: 363.728098153

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 2224-7071 / 2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Valéria Pereira Bastos

Profissão: Catador

Um estudo do processo de construção da identidade

LETRAPITAL

*Dedico este trabalho a todos os catadores
e catadoras de materiais recicláveis, trabalhadores
do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho,
sujeitos principais deste estudo.*

“(…) a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania. Os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões e as profissões só existem via regulamentação estatal. O instrumento jurídico comprovante do contrato entre o Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico.”

Wanderley Guilherme dos Santos, 1988.

Prefácio

Só há lixo, se houver homem. A existência do lixo está associada à existência do homem. Tanto o lixo – definido como tudo que o homem rejeita por ser inútil, sem valor – quanto o excremento – entendido por tudo que o homem expele do seu corpo pelas vias naturais, como também o seu próprio corpo, que morto, sem vida, inanimado, torna-se cadáver – são considerados dejetos humanos.

O lixo, o excremento e o cadáver são passíveis de descarte pelo próprio homem e pela sociedade. O que muda são as formas pelas quais o homem e a sociedade lidam com o seu próprio descarte. Os valores, as crenças, a disponibilidade de recursos humanos e materiais são condicionantes no processo de constituição de normas e costumes próprios de cada tempo específico. Como a sociedade está em constante mutação e esta mutação não é hegemônica, muitas vezes convivemos no mesmo tempo e no mesmo espaço com práticas diferenciadas de descarte humano.

Na obra completa *Debret e o Brasil*, de Julio Bandeira e Pedro Correa do Lago¹, encontramos fotos de telas de 1817 a 1829, hoje expostas no Museu Castro Maia, no Rio de Janeiro, que retratam cenas urbanas brasileiras. Elas nos mostram o negro escravo no exercício de várias tarefas, dentre elas, a da limpeza da cidade e distribuição da água. Os escravos utilizavam enxada para recolher o lixo da rua. O lixo recolhido era colocado em um cesto de palha e, em seguida, arremessado em uma carroça puxada a burros. Em outra tela, vemos os “aguadeiros”: eram seis escravos, organizados em três pares, que tinham como função carregar grande tonel de água e distribuir nas residências.

Nessa mesma época, dada à inexistência de redes de esgoto, foi publicada a charge de FLEUISS, H², com o seguinte título “Cuidado com o Tigre”. Os “tigres” eram os escravos encarregados de despachar para bem longe os dejetos domésticos acumulados durante o dia. Eles

¹ BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correa do. *Debret e o Brasil: obra completa (1816-1831)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2013. 720 p.

² Revista *Nossa História*, ano 1, nº 8, editada pela Biblioteca Nacional, na secção Almanaque, pág. 89.

levavam os excrementos na cabeça dentro de barricas (estas, por associação, também eram chamadas de “tigre”). Diz o texto que, à noite, por brincadeira ou vingança, os “tigres” esbarravam de propósito nos passantes desavisados, fazendo respingar sobre eles a carga malcheirosa, deixando todos sujos e apavorados.

Em relação aos cadáveres, as telas de Debret nos mostram que tanto brancos quanto negros, provavelmente os batizados, eram enterrados em caixões nas igrejas, no subsolo, nas catacumbas, no próprio chão, ou, nos jardins. Em outras telas, mostram cadáveres de negros sendo envolvidos em palha, tipo esteira. Não indicam o local do enterro; provavelmente em cemitérios de escravos. Essa realidade do Brasil Colônia, retratadas em telas de pintores consagrados, como Debret ou Rugendas, está muito distante do mundo atual.

Vivemos hoje numa sociedade globalizada, informatizada, organizada em redes sociais, competitiva, onde o poder é tecnocrata, compartimentado, fragmentado e exercido de forma hierárquica. Se o poder que vigora em nossa sociedade é tecnocrata, também a política, os programas e os projetos o são. Da mesma forma, as diversas escalas de poder reproduzem essa mesma lógica centralizadora do poder central. Esse modelo vem sendo adotado no Município do Rio de Janeiro desde a década de 1960 e, com entusiasmo, intensificado no período da ditadura militar.

Dada à magnitude de seus projetos, hoje, a reversão do modelo parece ser quase impossível, pois a implementação desse modelo criou rupturas na perspectiva político-administrativa, econômica, cultural, social e, principalmente, ambiental em nosso estado.

Foi na década de 1970/1980, quando as maiores alterações se sucederam. Nessa década, o governo federal impôs a fusão entre os dois estados: o do Rio de Janeiro e o da Guanabara. Com essa fusão, o Estado do Rio de Janeiro passa a ter como capital não mais Niterói e, sim, o Município do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara.

Com essa configuração, um novo reordenamento político-administrativo se sucede. É abandonado o conceito de Recôncavo da Guanabara, tão apregoado pelo nosso notável geógrafo Maurício de Abreu, e utilizado o de Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O conceito político-geográfico do Recôncavo da Guanabara considerava relevante o estabelecimento de uma política comum entre todos os municípios circundantes à Baía de Guanabara. Já o de Região

Metropolitana do Rio de Janeiro compreende apenas os municípios do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense.

A Baía de Guanabara, nesta perspectiva, deixa de ser o eixo norteador e passa a ser o local privilegiado do destino final do lixo, do esgoto, dos poluentes e excedentes industriais. Nestas circunstâncias, inaugura-se uma nova política voltada para a destinação de dejetos humanos, (lixo e esgotamento sanitário), como também para a captação, tratamento e distribuição da água.

O sistema Guandu se tornou responsável pela captação, tratamento e distribuição de água em toda a Região Metropolitana. Qualquer iniciativa coletiva da população de captação de água em mananciais próximos às suas residências foi proibido.

O sistema de esgotamento sanitário privilegiou a construção de grandes estruturas de redes, centralizando, em um ponto, o destino final dos resíduos. Este é o modelo do Emissário Submarino de Ipanema, inaugurado na década de 1970, que, sem tratamento, lança no mar esgoto de toda a zona sul da cidade, captando desde o bairro da Glória até São Conrado.

Em relação ao lixo, em 1975, foi doada pelo INCRA à COMLURB, uma área de manguezal de 370.55 hectares, no fundo da Baía de Guanabara, município de Duque de Caxias, bairro Jardim Gramacho. A doação desta área foi condicionada à implantação do Aterro Sanitário Metropolitano de Gramacho, para onde seriam levados todos os resíduos sólidos dos municípios da Região Metropolitana, a saber: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Petrópolis e Guapimirim.

Baseada em dados apresentados pela autora Valéria Bastos, de 1975 a 1995, *“a área foi fortemente explorada e degradada, sem tratamento adequado dos resíduos e do solo”*. Com isto, o lixo invadiu todo o manguezal e a Baía de Guanabara, transformando a área em um grande “lixão”, isto é, espaço onde são escoados resíduos sólidos, sem tratamento adequado do solo e, com a presença de catadores.

No final da década de 1970, 1980 e início de 1990, surge no Brasil um novo cenário político. Em 1978 foi aprovada a Lei da Anistia, que permitiu o retorno ao país de todos os exilados políticos. Na mesma época, a população se organizou em diversas frentes: Trabalhadores e Sindicatos; Associações de Moradores; Mulheres; Homossexuais; Ambientalistas; Crianças e Adolescentes; Negros; Índios; Idosos entre outros, todos lutando por causas específicas, na busca por direitos e

formulação de políticas públicas. Nesse mesmo momento, partidos políticos foram criados, eleições diretas foram realizadas e uma nova Constituição foi promulgada (1988), o que permitiu a promulgação de uma nova Constituição Estadual (1989), assim como a promulgação da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (1990) e do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992.

Não bastassem todas essas conquistas, que embasaram o processo de redemocratização do país, em 1992, a cidade do Rio de Janeiro sediou a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, chamada de “Cúpula da Terra”, e mundialmente conhecida como ECO 92 ou Rio-92. Este encontro produziu importantes documentos, sendo o mais significativo a “Agenda 21”. Ela indica as bases para a despoluição do planeta e a construção de modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, “que não esgote os recursos disponíveis” (GADOTTI, 2000).

As novas perspectivas políticas e as pressões exercidas pelos movimentos sociais impulsionaram a decisão do Ministério Público de promover ações, obrigando a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a adotar medidas ambientalmente corretas para o tratamento e destinação final dos resíduos do Lixão de Gramacho, considerado um grave problema ambiental.

Em 1995, de acordo com a entrevista dada pelo assessor da presidência da COMLURB, José Henrique Penido (2004) à assistente social Valéria Bastos:

a COMLURB terceirizou o Aterro, tendo a empresa vencedora, como obrigação, transformar o ‘Lixão’ em ‘Aterro’, como também construir para os catadores uma central de triagem, banheiros, refeitórios e área de separação coberta, livre do sol e da chuva.

A empresa vencedora da licitação foi a Construtora Queiroz Galvão S.A. que, em 1996, montou uma equipe interdisciplinar para dar conta dos novos desafios socioambientais a ela impostos pelo contrato. Essa equipe foi formada por profissionais da área operacional (engenheiros, arquitetos, biólogos, topógrafos) e da área social (assistentes sociais). Nesse momento, foi contratada a assistente social Valéria Pereira Bastos, com vasta experiência profissional, tendo iniciado sua vida profissional em 1985 na Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

Mesmo desenvolvendo árduo trabalho como assistente social,

sempre esteve envolvida profissionalmente na área acadêmica. Foi professora de Serviço Social, desde 1986, na Universidade Gama Filho; depois na Universidade Santa Luzia, e, desde 2005, na PUC-Rio. Na PUC-Rio, atua como professora e pesquisadora, ministrando aulas no Curso de Serviço Social (graduação e pós) e em diversos cursos de extensão e especialização. Na área Ambiental (Geografia e Meio Ambiente e Engenharia Ambiental), ministra disciplinas de caráter socioambiental nos cursos de especialização e mestrado profissionalizante. Por participar na pós-graduação dos cursos de Serviço Social e Ambiental, vem orientando, com brilhantismo, alunos em suas dissertações de mestrado e doutorado desde 2011.

Como cidadã, militante e engajada em movimentos socioambientais, transformou suas lutas políticas em pesquisas e, os resultados subsidiaram as mesmas no enfrentamento de suas causas. Como exemplo, a sua tese de doutorado defendida na PUC-Rio, que subsidiou a presente obra, intitulada “CATADOR: PROFISSÃO. Um estudo do processo de construção identitária, do catador de lixo ao profissional catador. Jardim Gramacho, de 1996 aos dias atuais”. Essa tese de grande significado para todos os estudiosos, profissionais, militantes e interessados nas causas socioambientais se mostrou de grande valor a ponto de justificar a sua publicação.

Este livro nos mostra a cadeia produtiva industrial da reciclagem de lixo, sendo “o catador” a figura central do estudo. A autora nos apresenta o processo de organização desse grupo, no sentido de sair da informalidade tanto no mercado dos produtos quanto na regulamentação da profissão.

Esta publicação traz à tona a realidade que nos é tão próxima, porém, tão invisível, apesar de estarmos lidando com o nosso próprio descarte. Como afirma James Lovelock (2006), “somos perigosamente ignorantes da nossa própria ignorância e, poucas vezes tentamos ver as coisas como um todo³”. Ler este livro abre a você mais uma oportunidade de ver “as coisas como um todo”.

Boa leitura!

Luiza Helena Nunes Ermel
Diretora do Departamento
de Serviço Social da PUC-Rio

³ LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

Atualizando a história: antigos dilemas *versus* novos desafios

Decorrido décadas de funcionamento de efetiva atividade do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, em 3 de junho de 2012 foi chegada a hora do encerramento das atividades de vazamento e recebimento de resíduos sólidos urbanos, inicialmente pela alegação técnica de esgotamento dos espaços para acomodação dos resíduos, mas também por causa dos compromissos socioambientalmente assumidos pelas autoridades na direção de atender a Lei Federal 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, exigindo uma resposta adequada por parte do Estado, em relação à destinação correta de resíduos em um prazo de até quatro anos após sua publicação.

O anúncio do encerramento das atividades do “lixão de Gramacho” foi algo veiculado pela mídia desde 2004. Portanto, já há algum tempo vinha sendo pensado e discutido junto às lideranças dos catadores as alternativas viáveis de garantia de trabalho e renda para todos, uma vez que estava previsto no contrato de operação do aterro, celebrado entre a COMLURB, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e a empresa operadora terceirizada, um fundo “compensatório” de participação para garantir capacitação e sustentabilidade para os catadores após o encerramento das atividades, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) anuais pelo período de 14 anos.

Nos últimos meses que antecederam o encerramento, ocorreram inúmeras reuniões, quase que semanais, envolvendo o governo federal, estadual e a Prefeitura do Rio de Janeiro, objetivando materializar as devidas condições para o encerramento das atividades e efetividade nas ações que o referido fundo poderia apoiar. Foram promovidas as seguintes atividades voltadas para atender as necessidades dos catadores do aterro:

- realização de dois recadastramentos de todo o efetivo de catadores, sendo que o segundo, realizado em fevereiro de

2012, foi além da quantificação e identificação, pois os trabalhadores foram também cadastrados nos Programas de transferência de renda do governo federal – Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e no Programa Renda Melhor;

- promoção de ação social para emissão de documentos, tais como o Registro Civil de Nascimento e a Carteira de Identidade;
- realização de Assembleia que contou com a participação maciça dos catadores, onde ficou decidido que o fundo se reverteria em processo indenizatório;
- criação do Grupo Gestor para administrar recursos financeiros destinados ao apoio para inclusão social e econômica dos catadores atuantes no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho.

Como uma das parcelas de ação inclusiva, os catadores receberam por parte do governo municipal, a soma de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), pois o fundo previsto para apoiá-lo ao longo dos 14 anos após o encerramento se tornou indenizatório, portanto, se reverteu em pagamento individual para cada um. Reconhecemos que essa pode não ter sido a melhor opção, tendo em vista que o acompanhamento aos catadores e a continuidade das ações na área de coleta seletiva de resíduos ainda não está efetivamente assegurada.

Outro ponto relevante que se faz necessário registrar é que a prefeitura resolveu antecipar o fechamento do aterro como forma de compromisso político e ambiental no contexto da preparação da cidade para a Conferência das Nações Unidas (Rio + 20). Pois, ter o maior “lixão” da América Latina em operação seria uma péssima vitrine para o modelo de cidade que se queria apresentar ao mundo durante a conferência. Assim, há apenas alguns dias antes da realização da conferência supracitada, foi celebrada uma cerimônia em que o prefeito e outras autoridades fecharam oficialmente e definitivamente o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Tratava-se, assim, de mostrar ao mundo as aspirações cariocas de se tornar uma cidade ambientalmente correta, mesmo que sem existir ainda nenhuma política de reciclagem do lixo que viesse substituir o enorme trabalho de cunho ambiental realizado pelos catadores. Todo o lixo é atualmente vazado no novo aterro sanitário de Seropédica, que responde a todas as exigências ambientais e não conta com a presença de catadores no seu interior.

Apesar de a Prefeitura do Rio de Janeiro, juntamente com o governo estadual e federal, terem descerrado a placa de “aterro fechado” e, conseqüentemente, marcando oficialmente o fim das atividades e das histórias dos catadores dentro do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, registra-se ainda que muitos desafios devam ser vencidos, pois as tarefas de acompanhamento e realização de projetos para o efetivo processo de organização dos catadores, não acabou. Portanto, será necessário envidar esforços na busca de garantir a continuidade das ações socioambientais corretas para que seja mantido o trabalho dos catadores, mas sem perder de vista o compromisso com o tratamento e destinação correta dos resíduos na garantia de que o meio ambiente não sofra. Aí sim, todos sairão ganhando nesta relação que foi estabelecida por décadas, mas que somente com a decisão de fechamento do aterro não se encerrou.

Sumário

Lista de siglas e abreviaturas	20
1. Introdução.....	21
1.1. “Jardim Gramacho”: um território de catação e catadores... 24	
1.2. Apropriando os conceitos.....	27
1.3. Os sujeitos do estudo.....	33
1.4. Identificando as suas percepções.....	40
2. O alicerce teórico: da definição de conceitos ao momento da pesquisa	47
2.1. Pobreza, exclusão social e cidadania: elementos constitutivos da análise.....	47
2.2. “Território” e “territorialidade”: para além do espaço geopolítico.....	70
2.3. Estigma e Identidade: fundamentos conceituais.....	91
3. Jardim Gramacho e “território de jardim gramacho”	109
3.1. O bairro Jardim Gramacho: o espaço geográfico.	109
3.2. A territorialidade dos catadores: olhando o amanhã.....	116
3.3. De catadores de lixo a agentes ambientais: o processo	133
4. Catadores dentro e fora do território de jardim gramacho	149
4.1. Catadores, pobreza e exclusão social.....	149
4.2. Catadores e o sentido do estigma.....	152
4.3. Catadores, identidade e cidadania	160
5. Afinal, o que foi construído?.....	165
6. Referências	175

Lista de siglas e abreviaturas

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACAMJG – Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
- ASMARE – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
- CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem
- CIEP – Centro Integrado de Educação Pública
- COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome pela Vida
- COHAB – Conjunto Habitacional
- COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana
- COOPERGRAMACHO – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho
- FELC – Fórum Estadual Lixo e Cidadania
- FUNDREM – Fundação de Desenvolvimento Regional Metropolitana
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- IBISS – Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
- MUB – Federação Municipal das Associações de Moradores de Caxias
- ONG – Organização Não Governamental
- PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
- PIB – Produto Interno Bruto
- RICAMARE – Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis
- UNICEF – United Nations Children’s Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

1. Introdução

Quando a prática profissional constitui-se muito mais em um desafio a ser vencido do que em um processo de implementação de ações voltadas para organizar pessoas em uma determinada tarefa, o profissional que se encontra envolvido no projeto, além de adotar a postura de voltar-se para o compromisso de provar o êxito da intervenção, tem também inúmeras indagações, questionamentos e inquietudes a respeito do assunto.

Face ao exposto, construímos, ao longo de uma década de trabalho, um forte desejo de investigar o processo de organização dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, local destinado ao escoamento de grande parte do lixo produzido na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, localizado no bairro de Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias, e assim aprofundar conhecimentos teóricos para alicerçar uma defesa a respeito do potencial humano e da real possibilidade da construção identitária de trabalhadores que lidam com lixo e que, ao longo de suas vidas, perceberam-se furtados deste reconhecimento.

Neste sentido, a escolha do tema de estudo e motivo que nos levou, no ano de 2004, a cursar o doutorado, tem como base o trabalho social que realizamos desde fevereiro de 1996 junto aos catadores de lixo.

É importante salientar que este trabalhador passou a ser classificado pelo Ministério do Trabalho através do Decreto 397, publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2002, sendo sua atividade identificada como ocupação brasileira, sob o código 5.192-05, e recebeu como denominação o seguinte título: “Catadores de Materiais Recicláveis”.

Ao longo deste estudo vamos nos referir a este profissional utilizando as duas nomenclaturas, isto é, quando falarmos a respeito dos profissionais que ainda permanecem na frente de serviço, catando o lixo de forma rudimentar, sem ter consciência de seu papel na perspectiva de meio ambiente, utilizaremos o termo “catadores de lixo”; quando nos referirmos àqueles trabalhadores engajados na

luta pelo reconhecimento formal e jurídico da categoria e que busca contribuir para a formulação de política pública de Coleta Seletiva, utilizaremos o termo “catadores de materiais recicláveis”.

Cabe ressaltar ainda que, embora o Ministério do Trabalho tenha classificado este trabalhador, a profissão ainda não foi reconhecida oficialmente e encontra-se em discussão no Senado desde 2007 por meio do Projeto de Lei nº. 618, que visa à regulamentação do exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel. Em discurso no auditório do BNDES, em 1º de outubro de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, junto à representação nacional dos catadores, a sancionar a lei de regulamentação até o final de seu mandato, mas não ocorreu.

Para melhor entendimento de seu escopo, o estudo está dividido em quatro capítulos. Porém, já na introdução procuramos dedicar atenção à história da implantação do Aterro Sanitário – que, segundo a norma da ABNT NBR 8.419/1984, é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à sua segurança, minimizando os impactos ambientais –, situado no bairro de Jardim Gramacho. Apontamos alguns conceitos que serão tratados no estudo, tais como: pobreza, exclusão social, cidadania, identidade, território, territorialidade entre outros. Apresentamos os sujeitos sociais envolvidos no estudo e ainda pontuamos as diferenças acerca do olhar que os catadores têm em relação ao trabalho que desenvolvem.

No segundo capítulo, intitulado “O alicerce teórico: da definição de conceitos ao momento da pesquisa”, tratamos dos conceitos eleitos para alicerçar teoricamente este estudo.

Em “Jardim Gramacho e o ‘território de jardim gramacho’”, apresentamos o bairro e o território de jardim gramacho como os lugares onde se processa a atividade de catação e seus desdobramentos. Procuramos contextualizar a forma perversa existente na relação mercantil estabelecida entre a catação de lixo e a parca remuneração do trabalho árduo que os catadores desenvolvem. Em seguida, descrevemos como se iniciou o trabalho social, os primeiros movimentos voltados para o processo de organização. Prosseguimos apontando o cenário diferenciado no território de jardim gramacho em relação às diferentes formas dos diferentes grupos presentes na atividade de catação, olhando o trabalho que realizam, o que tornou visível a dificuldade que têm no processo de organização. Identificamos quem são os catadores de lixo e os catadores de materiais recicláveis. Finalizamos

analisando como a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) e a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (COOPERGRAMACHO) se interligam no processo de parceria para garantia de trabalho e renda ao contingente ativo de catadores.

Esclarecemos que a categoria território de jardim gramacho somente será utilizada quando estivermos nos referindo ao mundo construído pelos catadores em função da atividade de catação, que envolve para além do espaço geopolítico, devido à relação direta com o sentido de pertença construído por esse segmento de trabalhadores, sendo descrita com letras minúsculas. Quando estivermos abordando questões relativas ao bairro de Jardim Gramacho, localização geográfica onde se situa o Aterro Metropolitano de Gramacho, pertencente ao 1º Distrito do Município de Duque de Caxias, será descrito com letras maiúsculas.

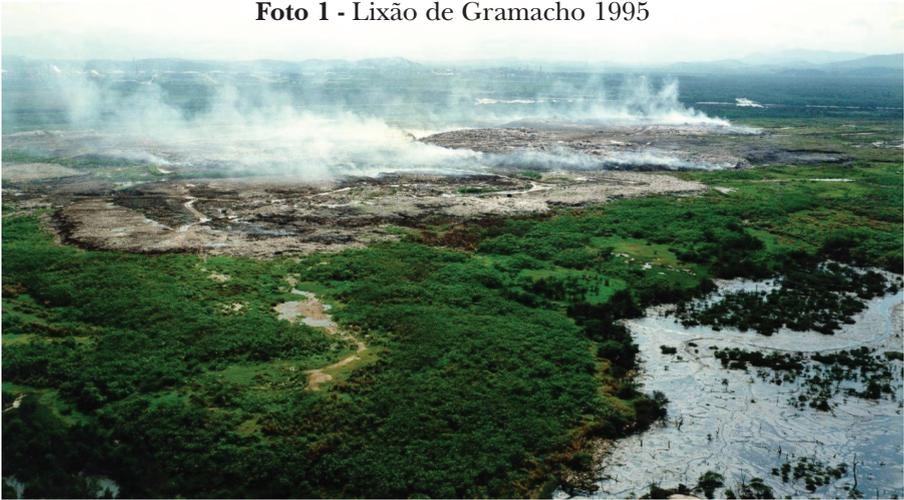
No quarto capítulo – “Catadores dentro e fora do território de jardim gramacho” – procuramos articular a situação de vida destes trabalhadores com a realidade atual. Um mundo em que a atividade se estabelece pela via da informalidade, desregulamentada e flexibilizada, onde estão presentes questões afeitas à natureza da atividade que exercem. Portanto, o estigma é presente, bem como a dificuldade de sobreviver diante da condição socioeconômica, que mais o impossibilita do que dá acesso a bens e serviços. Isso faz deles trabalhadores sem garantias previstas em lei, não regulamentados profissionalmente, ou seja, com a cidadania comprometida. Com isso, deixamos para reflexão se os catadores são trabalhadores em busca da inclusão nos padrões brasileiros de contratação ou trata-se de um novo formato de trabalhador.

O quinto capítulo, intitulado “Afinal, o que foi construído?”, constitui-se das considerações finais do estudo, onde é focado como os catadores se movimentam dentro e fora do território de jardim gramacho, não somente em relação à garantia de direitos do mundo do trabalho, mas também quanto à defesa do meio ambiente e aos ganhos relativos às novas legislações. Apontamos ainda os avanços e retrocessos do processo de organização e construção identitária, com base nas falas de representantes de organizações da sociedade civil que trabalham diretamente com catadores e defendem ações voltadas para o meio ambiente, como também representantes do poder público, aqui representados por empregados da Companhia de Limpeza Urbana (COMLURB).

1.1. “Jardim Gramacho”: um território de catação e catadores

O cenário que me levou a construir novos pilares de entendimento do potencial humano no processo de organização é o Aterro Metropolitano de Gramacho. Trata-se de uma área de 370,55 hectares que foi doada à COMLURB por meio da cessão inicialmente provisória efetuada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e viabilizada pela Coordenadoria Regional Leste Meridional, com a finalidade

Foto 1 - Lixão de Gramacho 1995



Fonte: COMLURB

Foto 2 - Aterro Controlado de Gramacho



Fonte: COMLURB

de instalar um aterro sanitário metropolitano, desde dezembro de 1975.

O aterro seria responsável pelo recebimento e destinação final de resíduos sólidos de grande parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sob a forma de consórcio, com os seguintes municípios beneficiados na época: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Petrópolis e Guapimirim.

Para melhor explicitar esse contexto é preciso informar que, por cerca de duas décadas, o que estava previsto não ocorreu, pois essa área foi fortemente explorada e degradada, sem tratamento adequado do solo e dos resíduos depositados. Com isso, o lixo invadiu o manguezal e a Baía de Guanabara, transformando a área que deveria comportar um aterro sanitário em um lixão, isto é, espaço onde são escoados resíduos sólidos, sem tratamento adequado do solo e com a presença de catadores.

Este cenário degradante, embora já tivesse sido alvo da crítica pública, somente começa a receber a atenção das autoridades a partir da metade da década de 1990 e a responsabilidade por esta transformação pode ser associada à realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou ECO-92, onde o meio ambiente passou a ser pauta no Brasil, conforme aponta Gadotti (2004):

[...] em 1992 com a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (CNUMAD/UNCED) que foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), de 3 a 14 de junho de 1992. Essa conferência foi também chamada de 'Cúpula da Terra', pois representou o maior encontro internacional de cúpula de todos os tempos, com a participação de 175 países e 102 chefes de estado e de governo. Ela ficou conhecida como **ECO-92** ou, simplesmente, **RIO-92**.

Entre os muitos temas tratados na RIO-92, destacam-se: arsenal nuclear, desarmamento, guerra, desertificação, desmatamento, crianças, poluição, chuva ácida, crescimento populacional, povos indígenas, mulheres, fome, drogas, refugiados, concentração da produção e da tecnologia, tortura, desaparecidos, discriminação e racismo.

[...] cumprindo o seu objetivo de propor um modelo de desenvolvimento comprometido acima de tudo com a preservação da vida no planeta, a UNCED produziu importantes documentos. O maior e mais importante deles foi a **Agenda 21** [...]

As 175 nações presentes aprovaram e assinaram a Agenda 21, comprometendo-se a respeitarem os seus termos. Ela representa base para a despoluição do planeta e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, que não esgote os recursos disponíveis. A Agenda 21 não é uma agenda ambiental. É uma agenda para o desenvolvimento sustentável cujo objetivo final é a promoção de um novo modelo de desenvolvimento (GADOTTI, 2004, p. 2).

Pontuamos que, embora este megaevento tenha tratado de aspectos ambientais do planeta como um todo, também impulsionou a tomada de decisão pública no Rio de Janeiro, visto que o Aterro de Gramacho já era considerado um grave problema ambiental, o Ministério Público promoveu ações obrigando a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro a adotar medidas ambientalmente corretas para o tratamento e destinação final dos seus resíduos.

Então, desde 1996, a área tem sofrido transformações que envolvem a ação de vários profissionais, tanto na área operacional, onde têm atuado engenheiros, arquitetos, biólogos, topógrafos, entre outros, como também na área social.

No sentido de resgatar não somente a área geográfica e o ecossistema, paralelamente às operações civis, o serviço social foi implantado com a finalidade de identificar todas as pessoas que estavam na atividade de catação, efetuando um cadastramento, que excluía (em razão da natureza do trabalho ser penosa, perigosa e insalubre) crianças, adolescentes, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Além desta identificação e cadastramento, o trabalho social a ser realizado, proposto pela COMLURB, incluía também orientar os catadores que atuavam na área de vazamento quanto à importância da formação cooperativista.

O processo de organização dos catadores em cooperativa contemplaria a humanização da atividade e capacitação dos mesmos quanto ao processo legal e comercial. Além disso, previa a construção de um galpão e a instalação de equipamentos mecânicos, custeados pela empresa operadora do aterro. Em dezembro de 1995, a COMLURB abriu um processo de licitação para operação do aterro – cuja empresa ganhadora da concorrência foi a Construtora Queiroz Galvão S/A – para viabilizar a execução do trabalho de modo similar ao realizado na **Rampa de Vazamento**. Ou seja, a separação do material potencialmente reciclável seria processada por meio da colocação e

passagem dos resíduos em esteiras rolantes, onde os catadores faziam a retirada sem precisar garimpar de saco em saco, arriscando a vida.

O material seria melhor aproveitado pela via da limpeza, prensagem, separação e pelo acondicionamento mais adequado para venda, agregando maior valor comercial. Isto porque o entendimento do poder público centrava-se na proposta de valorização do material separado pelo catador como uma alavanca propulsora para sua inclusão social.

1.2. Apropriando os conceitos

Dada a natureza da atividade e as circunstâncias que envolvem o trabalho desenvolvido pelos catadores, buscamos compreender qual é o sentido empregado por eles à atividade de catação, pois, apesar de viabilizar as mínimas condições de sobrevivência, também provoca distanciamento, desigualdades, discriminações, entre outras mazelas. Então, encontramos em Milton Santos (2004) uma definição de espaço que nos auxiliou no entendimento da questão: “Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (SANTOS, 2004, p. 43).

O autor complementa afirmando que, portanto, “o espaço que, para o processo produtivo, une os homens é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa” (SANTOS, 2004, p. 33).

Com esse sentido, a partir da implementação das atividades sociais desenvolvidas junto aos catadores, começamos a observar o Aterro Metropolitano de Gramacho e passamos a identificá-lo como o espaço apontado por Milton Santos (2004). Foi possível compreender que somente a identificação, o cadastramento e a organização dos catadores em cooperativa não resolveriam a problemática desta categoria, conforme determinava a COMLURB. Era preciso considerar que havia inúmeras questões a serem resolvidas, principalmente as ligadas ao processo de organização dos trabalhadores e de construção de sua identidade.

Esses fatos eram evidenciados a partir da própria falta de perspectiva na implementação das ações públicas, pois dois aspectos eram relevantes e provocavam o primeiro ponto de estrangulamento das atividades desenvolvidas com os catadores. O primeiro respaldava-se na própria crise brasileira neoliberal, que a cada dia tem desempregado milhões de brasileiros que, para sobrevivência, eram e são obrigados a inventar e reinventar uma forma economicamente ativa

de superação da miséria. Com isso, a busca de vagas para a atividade informal de catação no aterro era crescente, pois foi entendida como fonte propulsora de sustento das pessoas.

O segundo aspecto diz respeito à efetiva falência das políticas públicas que, por indefinições de competência e responsabilidade, não vêm atendendo às demandas sociais.

Neste sentido, vários autores têm problematizado e discutido a questão, o que acreditamos contribuir para o entendimento, além de apresentar diversos focos para análise.

Em Neise Deluiz (2000) encontramos o seguinte debate:

As propostas neoliberais têm seu fundamento na liberdade econômica e no mercado como princípio auto-regulador das sociedades. Para superar a crise econômica e propiciar a expansão e o desenvolvimento pleno do capitalismo é preciso evitar que o Estado interfira na economia e na vitalidade da concorrência empresarial. Como consequências da adoção dessas políticas, constatam-se mudanças com relação ao tamanho e às atribuições do Estado, a desregulamentação das economias nacionais, as privatizações, o desmonte das políticas de previdência e seguridade sociais, e a desobrigação paulatina do Estado em áreas tradicionalmente de sua competência, como a saúde e a educação.

As consequências sociais desse modelo são visíveis: o desemprego estrutural, a reestruturação do mercado de trabalho, novas formas de organização do trabalho, a flexibilidade e a desregulamentação do trabalho, a terceirização das atividades, o crescimento dos empregos precários, a exclusão de amplos contingentes de trabalhadores do mercado formal e o empobrecimento da população em geral (DELUIZ, 2000, p. 15-16).

Concordamos com a autora no que diz respeito à dimensão política do processo, visto que se faz necessária à construção de identidade dos trabalhadores e seu pleno exercício da cidadania. No entanto, há muito que caminhar nesta direção, uma vez que a solidariedade permeada somente pelos iguais não dará conta do processo de organização e nem da participação efetiva dos menos favorecidos.

Há também uma posição de Elimar Pinheiro Nascimento (2000) a respeito do estado neoliberal e o mundo do trabalho no tocante ao processo de exclusão:

Adentramos no processo acelerado de inovação tecnológica e competitividade empresarial, criando o desemprego estrutural e tecnológico. Aderimos à hegemonia neoliberal – sem jamais termos sido liberais – encolhendo o Estado, reduzindo as políticas sociais, incentivando a cultura da concorrência e da competição pela posse de bens materiais. Paradoxalmente, também inauguramos a era da “estagnação” econômica, abandonando as taxas históricas de 7,5% em média por ano, para habitar a dos medíocres 2%. *Como o Coelho de Alice no País das Maravilhas*, o país corre aceleradamente para não sair do lugar. Ou, o que dá no mesmo, moderniza-se para se tornar mais injusto. No mundo, e no Brasil, o novo movimento de internacionalização da economia, associado à hegemonia neoliberal, produziu um aumento considerável das desigualdades sociais (NASCIMENTO, 2000, p. 57).

José Luiz Quadros de Magalhães (2000), em seu artigo “Do Estado Liberal ao Estado Social”, também apresenta alternativas diante do Estado neoliberal e o empobrecimento da classe trabalhadora:

Por tudo que estudamos até aqui percebemos que permanece uma grande interrogação: para onde ir? O neoliberalismo não é capaz de responder às necessidades de trabalho e bem-estar social da população mundial, o socialismo real está ameaçado de desaparecimento, assim como, há muito, o liberalismo clássico morreu para não mais voltar, e o Estado Social está em crise de difícil solução, pois mergulhado num mundo globalizado. Para onde ir? A resposta está na sexta fase de evolução do Estado, uma alternativa de uma democracia participativa que deve ser construída em nível local, na cidade, espaço da cidadania, encontrando um novo papel para o Estado e para a Constituição (MAGALHÃES, 2000, p. 93).

Apesar de comungarmos das mesmas posições dos autores, percebemos a necessidade de buscar analisar outros elementos, tendo em vista que além dos aspectos já apontados no território de jardim gramacho, há registro de outro ponto de grande relevância: o próprio local.

De um lado encontra-se o poder do grupo de sucateiros, que constituiu uma rede de interdependência na qual o catador permanece sempre preso à teia de pequenos ganhos, enquanto o mencionado grupo se beneficia de forma mais vantajosa do que aquele que execu-

tou o árduo trabalho. Portanto, não há interesse desse segmento na transformação do estado de miserabilidade dessa população explorada, pois a organização inviabilizaria a manutenção e o domínio da exploração social, histórica na área de reciclagem.

Por outro lado, verifica-se a instalação do processo de marginalidade crescente no Jardim Gramacho, onde a formação sistemática de bandos, principalmente na área de tráfico de drogas, vem arregimentando crianças, adolescentes, jovens e até mesmo adultos para a prática infracional.

Para compreender essa teia de relações existente entre os catadores e os demais segmentos envolvidos, tanto na comercialização do material quanto no poder do tráfico, buscamos em Dirce Koga (2000) elementos conceituais e substantivos que pudessem contribuir para o entendimento das tramas existentes no aterro, que não se constitui apenas como área geográfica escolhida para escoamento de lixo e/ou de concentração de catadores, mas pode também representar:

[...] o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desigual (KOGA, 2000, p. 33).

A título de ampliar o entendimento, recorreremos a Milton Santos (2000) em busca de um posicionamento a respeito do lugar e do valor do indivíduo, pois acreditamos que possa complementar a ideia de território:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde

se está. Enquanto um lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, 2000, p. 81).

Para finalizar a sequência de fatores que dificultam o processo de organização dos catadores, elucidamos o aspecto que estamos denominando de eixo cultural, pois tem relação direta com o cotidiano do catador que desenvolve sua atividade “independente”, individual, e nutre a ilusão de ser livre das imposições patronais, agregando, desta forma, valores exclusivamente voltados para o seu potencial produtivo e desprezando formas de organização e ganhos coletivos.

Esse modo de ver o trabalho, aqui entendido como a atividade de catação, de forma falseada, é pontuado por Maria Augusta Tavares (2004), quando enfoca que:

A descentralização produtiva se constitui no meio mais adequado à exploração da força de trabalho, pois cria no trabalhador a ilusão de que a posse de meros instrumentos de trabalho, uma boa idéia e alguns atributos de natureza subjetiva são suficientes para que todos se tornem agentes econômicos capazes de se confrontar no mercado em condições iguais (TAVARES, 2004, p. 20).

Acreditamos que os aspectos supracitados tenham contribuído para a manutenção do trabalho solitário, individual e desorganizado dos catadores. Arriscamos levantar as seguintes questões:

– por que os catadores, apesar de reconhecerem a existência de uma cadeia de exploração do seu trabalho, “optam” por permanecer na relação de submissão e desvantagem econômica, principalmente na forma de comercialização do seu material?

– a organização dos catadores poderá também contribuir para romper com o domínio daqueles que encontram nesses trabalhadores a fonte de exploração e enriquecimento de toda ordem?

Acreditamos que sim, pois o segmento que detém o poder de compra do material reciclável, embora não seja organizado como uma categoria profissional consegue se sustentar em nome da ausência da organização, da informação, entre outros processos faltantes na vida do catador.

Diante disto, pensamos ser relevante à investigação desse fenômeno, pois irá contribuir para desvendar aspectos que dificultam a organização destes trabalhadores. Procuramos trabalhar na pesquisa

questões que pudessem nos levar a responder com clareza como se configura o processo identitário e a organização dos catadores no território do jardim gramacho.

Neste sentido as questões norteadoras da pesquisa foram:

- quem são os catadores do território de jardim gramacho?
- simplesmente pessoas que foram expulsas do mercado formal de trabalho, mendigos, vagabundos, ou aqueles que concorrem com abutres pelo refugio humano?
- como os catadores veem sua inserção na cadeia industrial produtiva do lixo?
- que iniciativas os catadores do território de jardim gramacho têm efetivado na direção da construção de sua identidade?
- quais iniciativas têm sido assumidas pelos catadores no processo de organização no território de jardim gramacho?
- que estratégias precisam ser mobilizadas para um maior envolvimento dos catadores e fortalecimento de sua organização?

Creemos que essas indagações deveriam ser desenvolvidas à luz do real envolvimento das partes integrantes do processo de organização da categoria catadores, visto que, cada vez mais, o Estado se constitui como agente ausente ao não possibilitar a inserção da população no mundo do trabalho.

Construímos ainda alguns pressupostos que acreditamos ter nos auxiliado na construção deste estudo.

Os catadores do território de jardim gramacho são, prioritariamente, indivíduos expulsos do mercado de trabalho formal, encontrando na atividade de catação a única possibilidade de sobrevivência pessoal e familiar.

Os catadores do território de jardim gramacho apresentam atitudes contraditórias em relação ao processo de trabalho que desenvolvem, ora reconhecendo seu valor, ora desqualificando-o, uma vez que têm pouca consciência sobre as etapas que configuram fora do espaço do vazamento de lixo.

As principais iniciativas assumidas pelos catadores envolvem a articulação com experiências já em andamento. A realização de encontros de discussão procura envolver todos os segmentos identificados no território de jardim gramacho, ou seja, o catador cadastrado com mais de dez anos de experiência e os novos catadores, aqueles que estão na atividade com cinco anos ou menos e não são cadastrados pelo Serviço Social.

O processo de organização dos catadores ainda envolve uma minoria de trabalhadores, em decorrência das experiências que têm acumulado em suas histórias de vida (ausência de experiências de caráter coletivo) e das características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo.

A identidade e a organização dos catadores do território de jardim gramacho podem ser fortalecidas por meio de seu acesso às informações sobre o cenário do lixo e da reciclagem, bem como de seu envolvimento mais efetivo em ações que extrapolem o espaço da catação.

1.3. Os sujeitos do estudo

O Serviço Social, desde 1996, mantém um cadastro atualizado dos catadores, e o perfil destes atores é o seguinte: pessoas potencialmente ativas, de ambos os sexos, na faixa etária entre 25 e 67 anos, residentes, em sua grande maioria, no município de Duque de Caxias, e que, por falta de capacitação e/ou saída do mercado formal de trabalho, encontraram na atividade de catação a sua sobrevivência. Há ainda aquelas que são oriundas de famílias que culturalmente tiveram como referência de trabalho os seus antepassados que também exerceram a atividade, configurando, portanto, a catação como um ofício passado de geração em geração.

Nos dias atuais, os catadores, quando cadastrados pelo Serviço Social, são identificados dentro do aterro por um colete na cor laranja.

Foto 3 - Catadores na linha de produção da cooperativa



Fonte: Valéria Pereira Bastos

Aqueles que são “empregados” dos depósitos, mas desenvolvem a atividade de catação também dentro do aterro, usam colete na cor verde limão. Há ainda os que utilizam uniforme na cor cinza, dentro dos padrões estipulados pela COMLURB, e são pertencentes ao quadro de sócios da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Metropolitano de Gramacho (COOPERGRAMACHO).

Tem-se, então, um universo com três cenas diferenciadas, visto que, embora a matéria-prima seja a mesma como fonte de sobrevivência, a forma de lidar com a comercialização, os ganhos e benefícios são totalmente diferenciados. Isto significa dizer que entre a proposta cooperativista lançada pela COMLURB/Queiroz Galvão e o cotidiano dos catadores surgiram inúmeros desafios a serem vencidos

Com base na realidade, sentimos um desejo profundo de investigar como os catadores do território de jardim gramacho constituiriam sua identidade e, conseqüentemente, buscariam o processo de organização da categoria.

Passamos então a ter as seguintes questões como referência para a pesquisa:

- os catadores em sua maioria conseguiram construir uma identidade de trabalhador a partir do processo de organização do trabalho social no aterro? Cremos que a transformação da condição de catador de lixo para a situação de catador de material reciclável, uma categoria profissional, está em processo de construção.

- se não conseguiram, quais foram os elementos impeditivos? A dificuldade de desconstruir a cultura estigmatizante que gira em torno do lixo, ou até mesmo o processo de acomodação e medo do desconhecido.

Acreditamos que as questões levantadas encontraram respostas em determinados estágios do trabalho social que vem sendo desenvolvido junto aos catadores, mas somente a pesquisa nos levará às conclusões.

Na intenção de desvelar e possibilitar o real entendimento de todas as questões já levantadas, que se constituíram em objeto da investigação que realizamos para fundamentar este estudo, optamos pela metodologia quanti-qualitativa por acreditar que esta possibilitaria a compreensão dos atores sociais, seu agir e suas percepções.

Optamos por envolver todos os segmentos de catadores do aterro, isto é, tanto os da Cooperativa quanto os da frente de serviço, cadastrados no Serviço Social ou nos depósitos, porque buscamos

entender como, na atualidade, os catadores estão construindo o processo identitário e se há fortalecimento da categoria na construção de um projeto único de coleta seletiva, tanto na dimensão da erradicação da atividade de catação de “lixo” efetiva no território de jardim gramacho, como na prática garantidora não somente de trabalho e renda, mas de acesso a bens e serviços necessários à vida.

Como todos os trabalhadores estão envolvidos na mesma atividade, embora sejam identificados de forma diferenciada, acreditamos que as contribuições para este estudo serão válidas advindas de todos os segmentos.

Para sustentar a decisão tomada como um dos critérios adotados na escolha dos sujeitos da pesquisa, recorreremos a Chizzotti (2000), que apresenta considerações a respeito do reconhecimento da participação nas pesquisas:

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, a experiência individual com o contexto geral da sociedade (CHIZZOTTI, 2000, p. 83).

Antonio Chizzotti (2000) complementa esta reflexão enfocando que:

Supõe-se que os ‘os atores sociais não são imbecis’, na expressão forte de Garfinkel, mas autores de um conhecimento que deve ser elevado pela reflexão coletiva ao conhecimento crítico. Como sujeitos da pesquisa, identificam os seus problemas, analisam-nos, discriminam as necessidades prioritárias e propõem as ações mais eficazes. As ações de intervenção na realidade não são, necessariamente, consensuais; devem sempre ser ‘negociadas’ para se adequar às possibilidades concretas do contexto, das pessoas e das condições objetivas em que devem ser postas.

Cria-se uma relação dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado

que não será desfeita em nenhuma etapa da pesquisa, até seus resultados finais. Esta relação viva e participante é indispensável para se apreender os vínculos entre as pessoas e os objetos, e os significados que não serão fruto de um trabalho meramente individual, mas uma tarefa coletiva, gestada em muitas micro-decisões, que a transformam em uma obra coletiva (CHIZZOTTI, 2000, p. 83).

As abordagens utilizadas para a coleta de dados junto aos catadores foram duas: entrevistas semiestruturadas, que ocorreram no âmbito da representação da categoria, isto é, com aqueles que reconhecemos como “catadores de materiais recicláveis”, realizadas com três catadores da ACAMJG – Sebastião Carlos dos Santos (presidente), Glória Cristina dos Santos (diretora financeira) e Alexandre Mariano (diretor executivo) –, que atualmente também fazem parte da comissão que representa o Movimento Estadual da Categoria. Entrevistamos ainda dois membros representantes do Conselho de Administração da COOPERGRAMACHO, a vice-presidente Ana Paula Serafim e a secretária, Audinéa da Silva. Esclarecemos que fomos autorizados pelos entrevistados, por meio de termos de consentimento, a citar nomes e a publicar o conteúdo das entrevistas para fins de estudo e publicação científica.

A escolha destes sujeitos se deu por acreditarmos que este segmento já acumulou maior experiência na área de trabalho, visto que já participaram de vários processos de capacitação dentro e fora do estado, o que lhes permitiu ampliar a visão acerca do papel e da importância do seu trabalho no cenário nacional.

A segunda abordagem, por meio da aplicação de formulários, deu-se através de uma amostra de 20% de cada segmento representado, na garantia de obter o maior número de informações contidas na fala de cada catador, o que totalizou uma abordagem realizada com 142 catadores, de ambos os sexos, com idades variando entre 19 e 67 anos.

Na cooperativa, do total de 90 cooperados existentes no início da pesquisa, abordamos 18 pessoas. Embora a escolha tenha sido aleatória, procuramos equilibrar o quantitativo de abordados tomando por base a questão de gênero, entrevistando nove catadores e nove catadoras. As entrevistas aconteceram no próprio espaço da cooperativa, onde nos aproximávamos dos cooperados e, além de fazer o convite, explicávamos o objetivo da pesquisa. Diante do consentimento, procedíamos à aplicação do formulário.

Em relação aos catadores cadastrados que atuam na frente de serviço, ou seja, aqueles que ainda permanecem no garimpo do lixo na área de vazamento e têm cadastro no Serviço Social desde fevereiro de 1996, o quantitativo identificado no primeiro semestre de 2007 (momento da pesquisa) foi de 371 catadores, o que significa dizer que 74 pessoas foram abordadas para aplicação do formulário.

Embora tenhamos nos balizado pela questão de gênero, neste espaço trabalhamos com uma quantidade maior de homens, por ser um número mais expressivo que o das mulheres. Foram ouvidos 42 catadores e 32 catadoras. A abordagem ocorreu na própria área de trabalho, onde fazíamos o convite para participarem da pesquisa, explicando seu objetivo. Após o aceite, realizávamos as perguntas e, por fim, éramos procuradas pelos catadores, que se ofereciam para responder as perguntas e colaborar com o trabalho, fator que consideramos positivo na relação estabelecida.

Em relação aos **novos catadores** – termo que estamos utilizando para caracterizar aqueles que não têm cadastro no Serviço Social, mas que se tornaram uma massa expressiva na atividade –, registramos a presença atualmente de aproximadamente 800 pessoas, de ambos os sexos, que desenvolvem atividade de catação filiada aos **42 depósitos cadastrados no aterro desde março do ano de 2000**.

Esclarecemos que os depósitos cadastrados supracitados são ferros velhos instalados na via de acesso ao aterro e que são responsáveis pela retirada e compra do material separado pelos catadores na frente de serviço. No entanto, a partir de março de 2000, além de efetuar a negociação do material, passaram a ter sob sua responsabilidade um contingente excedente de catadores não cadastrados que, por orientação da companhia responsável pelo aterro, não poderiam ser absorvidos pelo cadastro que fora realizado pelo Serviço Social em fevereiro de 1996.

Como forma de manter sob controle o acesso e o quantitativo de catadores ligados a esses depósitos, foi estabelecida pela COMLURB que a sua classificação fosse medida pelo número de caminhões de sua propriedade, ou seja, a cada caminhão foram agregados dez catadores e estes foram classificados como de grande porte (por ter quatro caminhões), de médio porte (dois caminhões) e os de pequeno porte (somente um caminhão).

Assim, os depósitos considerados de grande porte têm um efetivo calculado em 40 catadores; os de médio porte, 20 catadores; e os de pequeno porte, dez catadores.

Neste sentido, consideramos relevante ouvir os trabalhadores ligados a estes depósitos, pois representam um contingente maior do que os catadores cadastrados e, portanto, se constituem como massa expressiva na frente de serviço. Sendo assim, selecionamos para a pesquisa somente **dez depósitos cadastrados**, cerca de um pouco mais de 20% do universo dos estabelecimentos.

Destes, optamos por abordar 20% dos catadores de três depósitos de grande porte, perfazendo um total de 120 catadores. A aplicação dos formulários foi realizada com 24 deles, divididos também por gênero, como nas demais abordagens e, após a aceitação do convite para participar da pesquisa, aplicávamos o formulário. Consideramos significativo elucidar que, embora estes catadores não tenham relação direta com o Serviço Social, não encontramos qualquer resistência.

Já nos depósitos de médio porte, aumentamos o percentual de sujeitos a serem pesquisados para cerca de 30%, em razão do quantitativo de catadores ligados aos depósitos considerados de grande porte ser inferior, alcançando assim um total de 18 pessoas, divididas também por gênero.

Nos de pequeno porte, embora tenhamos mantido percentual de 20% de catadores, aumentamos o número de depósitos e trabalhamos com quatro, em razão de a quantidade de catadores ser bem menor que nos demais e, mesmo assim, foram abordadas oito pessoas, também divididas entre homens e mulheres.

Em complementação aos critérios de escolha dos depósitos, selecionamos os que comercializam diferentes tipos de materiais; sendo assim, identificamos aqueles que comercializam garrafas PET, outro que negocia papelão e papéis de modo geral, e outro que negocia somente plásticos em geral.

Com o objetivo de ampliar as possibilidades de falas que possam contribuir para a análise do processo de organização e construção identitária dos catadores, ouvimos também representantes da sociedade civil que lidam com a questão socioambiental, principalmente na área de resíduos sólidos, e catadores. Sendo assim, foram entrevistados dois representantes do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro, organização dedicada à discussão, reflexão acerca das ações socioambientais do estado, que sempre abre espaço para capacitação, reivindicações, entre outras necessidades dos catadores.

Foi entrevistado também um representante da NOVA PESQUISA,

organização que apoia a Rede Independente de Catadores (RICAMARE), um representante do Instituto Brasileiro de Inovação da Saúde Social (IBISS), uma das organizações que vem apoiando os catadores na área da saúde e também no processo de organização.

Entrevistamos também dois técnicos representantes do IBASE, por ser outra organização apoiadora dos catadores, gestora, inclusive, do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável do bairro de Jardim Gramacho, que deu origem ao Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, fundado em 2005.

Quanto ao poder público, representado pela COMLURB, foram realizadas quatro entrevistas: duas com os responsáveis pela fiscalização das atividades da empresa operadora do aterro sediado no território de jardim gramacho; uma com o assessor da presidência, responsável pelas negociações com a Prefeitura de Duque de Caxias, com o Ministério Público, com a ACAMJG (quanto ao processo de garantia de trabalho e renda dos catadores), entre outros órgãos; e a última foi com o gerente de todos os aterros que a companhia opera no Rio de Janeiro.

Em relação ao município de Duque de Caxias, onde o aterro está localizado, e que deveria ter melhor interface com os catadores, em razão, inclusive, de grande parte ser munícipe, não foi possível realizar entrevistas, devido à ausência da identificação de parceiros na causa dos catadores, muito embora já tenha havido o estabelecimento de contatos com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, a de Obras e Urbanismo, e a de Ação Social, mas não foram fortalecidos laços que efetivassem uma real parceria.

Esclarecemos que também fomos autorizados pelos entrevistados citados a publicar o conteúdo das entrevistas para fins de estudo e publicação científica e dispomos do termo de consentimento de participação em entrevista de pesquisa.

Dentro da perspectiva documental, buscamos identificar e apresentar os avanços e retrocessos ocorridos em termos de legislação, tanto no que diz respeito à regulamentação da profissão, a de Política Pública de Resíduos Sólidos e de Saneamento Ambiental, assim como as legislações pertinentes à Política Pública de Coleta Seletiva e o real envolvimento dos catadores nesse cenário.

Neste contexto, entendemos ser de grande relevância buscar ouvir os principais atores deste estudo, isto é, os catadores e, com isto, procuramos levantar alguns trabalhos em que as falas são bastante significativas a respeito do sentido da atividade que desenvolvem.

1.4. Identificando as suas percepções

Levantamentos e pesquisas acadêmicas focadas no trabalho dos catadores surgiram a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e, ao realizar revisão bibliográfica a respeito do assunto, encontramos algumas produções apresentando vivências de diferentes estados/municípios a respeito da atividade de catação e dos profissionais que dela sobrevivem.

As falas escolhidas abordam diferentes aspectos da relação dos catadores com o trabalho que desenvolvem, pois apresentam enfoques regionalizados e, portanto, nos permitirá perceber como estes sujeitos, em diferentes territórios, têm lugar comum no processo de organização e de construção identitária. Isto porque o “lugar” do trabalho da catação de lixo é identificado como insalubre, perigoso, penoso e não como “espaço” dedicado ao exercício de atividade geradora de trabalho e renda para sobrevivência humana. Com este pensamento, selecionamos textos que retratam experiências focadas para o processo de organização dos catadores.

Encontramos em Medeiros e Macedo (2007), que trabalharam com catadores na cidade de Goiânia, o seguinte posicionamento:

Vale ressaltar que o trabalho com o lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características ruins ou de características boas. Ele abarca tanto aspectos positivos como negativos ao mesmo tempo, por isso a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação. O lixo, segundo Miura (2004), representa, para os catadores, seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho; sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito (MEDEIROS & MACEDO, 2007, p. 86).

As autoras exemplificam a posição acima com a fala de sujeitos da pesquisa:

É um serviço ruim, mas é um serviço digno, eu tô fazendo um serviço digno, eu tô ganhando o meu dinheiro limpo, né? É um serviço sujo, mas eu tô ganhando meu dinheiro limpo, né? (S4).

O desemprego da época, a oportunidade de trabalho que era muito pouco, né, e a necessidade de ter minha tenda, de assistir minhas necessidades. (S4)

Eu tava precisando ganhar dinheiro; então quando a gente tá precisando a gente enfrenta qualquer trabalho. (S7)

Aí isso daí deixa a gente triste porque a gente chega lá na idade de se aposentar, cadê o direito: não tem. Se eu tivesse, você já pensou? Eu com seis anos e fosse carteira assinada, era outra coisa. (S4)

Nada, não tem futuro nenhum. Porque o futuro da gente é no trabalho da gente; se o trabalho da gente não está dando resultado, o futuro da gente também não vai dar em nada. Sempre é o que minha esposa fala: você não tá pagando o INSS, não tá pagando nada, como é que a gente vamos fazer daqui mais tempo? Quando você tiver mais véio ainda, porque cada vez a gente vai ficando só mais velho ainda. (S5) (MEDEIROS & MACEDO, 2007, p. 87-88).

Na experiência da cidade de Uberlândia, encontrei Ferreira (2005), revelando os seguintes dados a respeito dos catadores ouvidos na pesquisa:

A maior parte dos ‘catadores’ (68%) tem idade superior a 30 anos, concentrando-se na faixa etária adulta da vida. E o desemprego, conforme 45% destes apresentaram-se como o motivo maior por estarem na atividade. A grande maioria dos entrevistados (91%) possui dependentes de sua renda. E 60% obtêm renda média de um salário-mínimo, ao passo que os demais não ultrapassam os quatro salários-mínimos. As necessidades básicas ainda são o motivo principal que levou pessoas para a ‘coleta de lixo’ – 90% deles. Entre os entrevistados, 56% são de Uberlândia, sendo os demais migrantes provenientes de áreas rurais e das regiões Norte e Nordeste do país. O grau de escolaridade deles é relativamente baixo – 25% são analfabetos, 37% cursaram até o ensino básico, 32% fizeram até o ensino fundamental, 6% até o ensino médio. Do público alvo da pesquisa, 69% vivem apenas da coleta do lixo, enquanto 23% têm esta atividade como complementar de renda (FERREIRA, 2005, p. 4).

A autora complementa a informação, apontando que:

Os ‘catadores do lixo’ buscam outras formas de sobrevivência, diferentes daquelas que estão postas pelo sistema técnico-produtivo,

o que não significa que estão sendo autônomos no seu processo de sobrevivência. Só buscaram tal alternativa porque não conseguiram se incluir nos padrões estabelecidos pelo sistema. E, quando saem às ruas para ‘catar’ lixo, não saem por uma nova consciência, com o desejo de mudança. Pelo que foi constatado nesta pesquisa, eles saem às ruas, trabalhando nesta atividade, para, de certa forma, se manterem incluídos no sistema, para adquirirem os bens de consumo postos por este (FERREIRA, 2005, p. 6).

Encontramos também na tese de Velloso (2004), quando faz referência ao filme *Boca do Lixo*, rodado no município de São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, fala de catadores que apresentam a forma como percebem o trabalho de catação:

[...] Melhor trabalhar aqui do que em casa de família ‘estamos trabalhando e não roubando’; ‘bom não é, mas é de onde tiramos nosso dinheiro’; ‘na casa de família a gente almoça e janta; aqui a gente não almoça; aqui a gente acha roupa, calçados, o que não serve para o rico, serve para o pobre; não gosto de ser mandada, já trabalhei muito em casa de família’.

Muita gente trabalha aqui porque é relaxado, não quer pegar um ônibus para trabalhar. Aqui tem tudo, a gente come, veste. A gente foi tudo criado no lixo (VELLOSO, 2004, p. 58).

Na dissertação de Rohem (2004) cuja referência do estudo é o Aterro Metropolitano de Gramacho, encontramos as seguintes falas:

A gente trabalha, a gente ganha por quanto a gente cata. Tem dia que tá bom, nós arruma bem. Quando tá ruim, nós arruma nada; arruma dez reais, quinze. Quando tá bom, trinta, trinta e cinco, quarenta, depende do movimento dos carros (ROHEM, 2004, p. 63).

Encontramos também em Juncá (2004) depoimentos que revelam o sentimento destes trabalhadores:

Em relação aos catadores de Belo Horizonte, precisamente na ASMARE (2001):

O nosso material, pra bem dizer, já vem um pouco separado. Vem mais limpo. Plásticos, papel, papelão, revista, jornal e tudo trazi-

do pela SLU e pelos convênios, pelas pessoas que doam. O lixo é trazido aqui na porta e nós separamos; então chegam os caminhões e colocam no pátio. A gente pega e leva para os lugares de separação. Depois chegam os balanceiros, pesam, e aí nos trazemos pra cá e despejamos na unidade operacional para enfardar. Formamos fardos de PET, de plásticos, de papel branco, de revista (JUNCÁ, 2004, p. 198).

Agora é um trabalho reconhecido porque está ajudando a prefeitura, ajudando a sociedade a limpar a cidade. Um dia só que você fica sem ir na rua, você precisa ver como fica sujo (JUNCÁ, 2004, p. 205).

Já os catadores do Rio de Janeiro:

Eu já fui da cooperativa, mas voltei pra rampa. O que eu recebia não dava. Mas minha mulher está na cooperativa. Eu vou explicar o porquê: ela tem idade já. Está com 51 anos e ela nunca fez autonomia. Nunca trabalhou pra levantar amanhã ou depois um INPS ou um tratamento. Aí, ali é um grupo e ela entrou pra ter os direitos. Já está com dois anos. Eu num trabalhei mal. Trabalhei com a cabeça (JUNCÁ, 2004, p. 116).

E no Rio Grande do Sul os catadores falam:

Era pra ser mais organizado, mas a gente não consegue. É muito lixo. Muitas vezes não dá tempo, mas a gente procura deixar tudo limpinho. Não é porque a gente trabalha no lixo, que o ambiente tem que virar um lixão; tudo tem que ficar organizadinho, limpinho, bonitinho (JUNCÁ, 2004, p. 175).

Encontramos em Cavalini e Ferreira (2006), no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, falas dos catadores do Rio de Janeiro, precisamente do Aterro Metropolitano de Gramacho:

Tive que pegar o ônibus com a roupa de trabalho e vi na face das pessoas o rejeito e os comentários. Eu não me senti mal, pois estava vindo do meu trabalho, mas a sociedade é muito preconceituosa (CAVALINI & FERREIRA, 2006, p. 49).

Aqui na cooperativa não corre risco de acidentes. Problemas de saúde. É um trabalho menos pesado. Paga seguro, tem crédito para comprar a prestação e conta bancária (CAVALINI & FERREIRA, 2006, p. 48).

Nas falas apresentadas, percebemos que, embora alguns catadores já tenham percorrido o caminho da organização, há sempre a “sombra” do motivo que os levou para a atividade, comum a todos, que é o desemprego, reconhecido como o vilão da sociedade, visto que o trabalho é que habilita o homem a ser inserido no mundo e, sem este, torna-se quase impossível alcançar as esferas da vida social, coletiva e individual.

Sustentamos esta posição calcada na fala de Ferreira (2005) quando sinaliza que:

O desemprego é uma questão importante, pois é consequência histórico-social de um modo de produção que é eficiente na geração de riqueza para uns na medida em que é eficiente na exploração do trabalho, precarização da mão-de-obra e o empobrecimento da população. Há ainda desobrigação crescente do Estado em competências, como saúde e educação, marcas do neoliberalismo. [...] O desemprego é um dos problemas mais sérios apresentado neste estudo, assolando de forma trágica principalmente aqueles que possuem baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação técnica: mulheres, negros, idosos e deficientes físicos, uma vez que são os mais afetados neste processo de restrição de oportunidades. A resposta encontrada por esses atores, por não terem condições de competir por vagas no mercado formal, é o subemprego, a ocupação precária do espaço urbano e o ‘inchaço’ da economia informal (FERREIRA, 2005, p. 1).

Acreditamos que, apesar do fator desemprego ser preponderante no processo de exclusão dos catadores do mundo do trabalho, a forma “desorganizada” encontrada por eles para desempenho de suas tarefas contribui para mantê-los fora do processo, visto que um dos problemas encontrados no trato direto com eles é fazê-los compreender a importância do zelo e da organização, pois, normalmente, o que é imposto pelo mundo do trabalho não comporta, na maioria das vezes, o modo de catação adotado, seja na própria atividade ou qualquer outra tarefa ligada a ela.

Assim, mais uma vez, recorreremos aos conceitos de Hall (2000) para ampliar o entendimento em relação ao que ele pontua a respeito de identidades:

[...] são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Neste sentido, pensamos que se faz necessário desconstruir o ideário de organização imposta pela sociedade que moldou a divisão do trabalho à luz da proposta taylorista/fordista, para então ser entendido como este segmento concebeu a sua “perfeita” organização em busca da inserção no mercado do capital.

É importante ressaltar que, embora seja relevante respeitar o processo de organização trilhado pelos próprios catadores, em um determinado momento histórico esta construção entrará em confronto com o que está preestabelecido nas esferas socioeconômica, política e cultural. Com isso, volto a afirmar o que Hall (2000) acentua sobre a identidade:

As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (Hall, 1995). Elas são os resultados de uma bem-sucedida articulação ou ‘fixação’ do sujeito ao fluxo do discurso – aquilo que Stephen Heath, em seu pioneiro ensaio sobre ‘sutura’, chamou de ‘uma intersecção’ (1981, p. 106), ‘uma teoria da ideologia deve começar não pelo sujeito, mas por uma descrição da efetivação da junção do sujeito às estruturas de significação’. Isto é, as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir embora ‘sabendo’ (aqui a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma ‘falta’, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro

e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos. Se uma suturação eficaz do sujeito a uma posição-de-sujeito exige não apenas que o sujeito seja ‘convocado’, mas que o sujeito invista naquela posição, então a suturação tem que ser pensada como uma articulação e não como um processo unilateral (HALL, 2000, p. 112).

Embora sejamos favoráveis ao processo de emancipação dos catadores em prol da organização da categoria e da construção identitária, chamamos atenção para a importância das articulações necessárias para garantir não somente o único olhar dos catadores a respeito do trabalho, mas a possibilidade de uma direção que os leve a “romper com o sentimento de que trabalhar com o lixo significa ser lixo”, e voltar para o avanço dos processos organizativos e de identidade profissional que, com certeza, os levará à inserção na cadeia produtiva industrial, bem como no contexto socioambiental.

2. O alicerce teórico: da definição de conceitos ao momento da pesquisa

2.1. Pobreza, exclusão social e cidadania: elementos constitutivos da análise

Pobreza e segregação são elementos constantes na história, mas sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza: o trabalho e a inevitável interdependência entre os dois lados. Mas os tempos atuais estão mostrando uma nova realidade: a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza, que se vai tornando excluída. Marcel Bursztyn, 2000.

Este estudo nos remete à necessidade de construir um alicerce conceitual que traduza com clareza o sentido das categorias aplicadas à análise da realidade dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho.

Neste sentido, o pano de fundo inicial deste estudo está centrado em três categorias, a saber: pobreza, exclusão social e cidadania. Isto porque a própria natureza do trabalho dos catadores leva ao nexo correlacional da atividade de catação, ao não acesso desses trabalhadores tanto a melhores ganhos quanto a bens e serviços disponíveis na sociedade.

Inicialmente, buscamos o entendimento do que é a pobreza, por acreditarmos que esteja entrelaçado pelo conceito de exclusão social, bem como ao de cidadania para quase todos os autores pesquisados.

Assim, ao realizarmos a revisão bibliográfica sobre o tema, encontramos Elimar Pinheiro Nascimento (2000) definindo a categoria pobreza como “situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade de despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm as condições mínimas para

suprir as suas necessidades básicas” (NASCIMENTO, 2000, p. 58).

Nascimento (2000) ainda agrega a esta definição a questão conceitual da desigualdade social e da exclusão social, enfocando que, embora estejam próximos, são questões distintas, devido a um fato não implicar necessariamente em outro, e justifica este posicionamento enfocando que:

Embora próximos, os termos desigualdade e pobreza são evidentemente distintos, um não implicando necessariamente o outro. Assim, um determinado país pode ter uma grande desigualdade na distribuição de suas riquezas sem que haja pobres, embora seja pouco comum. Ou pode ter uma pequena escala de diferença na distribuição de riquezas, tendo a maioria de seus membros na condição de pobreza (NASCIMENTO, 2000, p. 59).

Complementa ainda este posicionamento apontando o que conceitua como desigualdade social: “[...] à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma determinada sociedade e apropriadas pelos seus participantes” (NASCIMENTO, 2000, p. 58).

O autor, ao conceituar as duas categorias acima apontadas, ou seja, pobreza e desigualdade social procurou apresentar distinção entre elas, no entanto, elucidando que uma situação quase sempre provoca o acontecimento da outra, pois é muito raro caso contrário, conforme ele mesmo afirma.

Nascimento (2000), quando enfoca a questão da categoria exclusão social, também aponta o distanciamento conceitual tanto em relação à categoria pobreza, quanto à de desigualdade social. Ele afirma que a exclusão social está mais próxima inversamente do conceito de coesão social, visto que a exclusão, para ele, significa sucessivas perdas do vínculo societário. Isto é, o excluído é aquele que, sequencialmente, vem perdendo os vínculos sociais em suas relações ao longo do processo. O autor acrescenta que é uma ida sem volta, o que nos leva a entender que a pessoa cai em um abismo com pouca ou quase nenhuma possibilidade de salvação, conforme ele elucida:

[...] A exclusão social, portanto, ocorre como resultado de uma rede de rupturas dos vínculos sociais. Xiberras (1993) irá assinalar a existência de ruptura com três vínculos: com os valores e repre-

sentações sociais próprios a uma determinada sociedade (vínculos sociais); com os laços e relações de afeto e parentesco (vínculos comunitários) e, finalmente, com a capacidade de comunicação com o exterior (vínculos individuais). Como se a exclusão fosse uma trajetória de sucessivas e crescentes rupturas sem retorno, concepção que se aproxima da desenvolvida por Castel (1991), que irá se debruçar, particularmente, sobre as diversas trajetórias de exclusão no espaço urbano (NASCIMENTO, 2000, p. 60).

Podemos compreender que os excluídos socialmente, conforme o autor conceitua, perdem suas referências, pois o rompimento com os vínculos sociais inicia-se com as relações de trabalho indo até mesmo ao interior do vínculo parental. Embora sejam raros os casos identificados por nós na relação direta com os catadores, registramos alguns exemplos dessa forma de exclusão. A pessoa deixa de valorizar até mesmo a questão documental, passando a ser mais um homem ou uma mulher em meio a uma população identificada, isto é, portadora de Registro Civil de Nascimento, Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física, entre outros.

Os conceitos apresentados nos levaram a verificar que transitamos em um terreno complexo, fértil de interpretações, pois as categorias aqui elencadas possuem definições vastas.

Seguindo o levantamento acerca das categorias, encontramos Luciano Oliveira (2002) efetuando um questionamento a respeito da exclusão social e pobreza, em seu artigo intitulado “Os Excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito”. O autor contextualizou que a questão da exclusão social é algo antigo, porém apresentado com outras conceituações, e que não é peculiaridade somente dos países pobres, pois nos países ricos a problemática da exclusão também acontece. Ele procura exemplificar apresentando a França dos anos 50 e 60, inclusive elucidando denominações dadas ao conceito de exclusão social na época, tais como “quarto mundo” e “nova pobreza”, estabelecendo uma relação entre o próprio conceito de exclusão social de Ribeaud em 1976.

Complementa suas reflexões afirmando que os excluídos eram encarados como resíduos que o pós-guerra parecia ter esquecido, e aquilo que aparentemente era residual e conjuntural passou, nos anos 1980, a ser estrutural, além de afirmar que o maior vilão deste processo é o fenômeno do desemprego, devido a este ser um subproduto do

desenvolvimento científico-tecnológico que a cada dia dispensa a mão de obra humana e, conseqüentemente, quando a aproveita é de forma precária, auxiliando o processo de desregulamentação do contrato formal de trabalho, gerando formas cada vez mais descompromissadas de fixação do homem no mercado, bem como de suas garantias sociais.

A nosso ver, Luciano Oliveira (2002) deposita o crédito do aumento do processo de exclusão social do mundo atual flexível, que desregulamenta o trabalho e precariza as relações, devido à substituição da mão de obra humana pela máquina em nome de um desenvolvimento tecnológico avançado:

[...] desemprego, o principal gerador da exclusão, se revelou em grande parte um subproduto do próprio desenvolvimento científico-tecnológico, por sua capacidade de liberar mão-de-obra e, no caso dos que conseguem emprego, precarizar a relação empregatícia na sua forma clássica, que era o contrato de trabalho por tempo indeterminado. Para se ter uma idéia da amplitude do fenômeno, basta considerar que, num país rico e altamente desenvolvido como a França – para nos atermos ao nosso exemplo –, Robert Castel estima que cerca de 70 por cento das pessoas entram atualmente no mercado de trabalho sob formas mais ou menos atípicas, ocasionando o que ele considera uma ‘fragilização completa da condição salarial’ (1995, p. 19) (OLIVEIRA, 2002, p. 49-50).

Mas o autor complementa enfocando, em especial, a situação dos países de Terceiro Mundo, elucidando que no Brasil, além destes componentes econômicos e políticos, há o aparecimento de uma nova cisão, isto é, aquela que opõe incluídos e excluídos, e, visto que na atualidade todos os grupos que diferem do padrão social, ou seja, que estejam em desvantagens e identificados a partir de uma pertinência étnica (negros e índios), comportamental (homossexuais) ou outra qualquer, como é o caso dos deficientes físicos, por exemplo, (OLIVEIRA, 2003, p. 51), são conceituados como excluídos socialmente.

Procura fazer uma recomendação que denomina de razão teórica e ao mesmo tempo prática, afirmando que deve ser reservado o conceito de exclusão social para aqueles grupos que no primeiro momento assim foram chamados, e procura exemplificar quem são: “Em termos bem empíricos, no Brasil eles são os moradores e meninos

de rua, os desempregados das favelas e periferias, muitos convertidos em ‘flanelinhas’ e mesmo em delinquentes, os catadores de lixo etc.” (OLIVEIRA, 2003, p. 51).

O autor encaminha suas reflexões, enfocando o mesmo ponto abordado por Nascimento (2000) em relação a este segmento de excluído se tornar desnecessário, pois, para ele, o fato do aparecimento da cisão incluído e excluído tem a mesma base de análise, ou seja, o processo econômico. Portanto, para a acumulação flexível, os excluídos são economicamente desnecessários, e dá um exemplo na área de catação de lixo:

Em 1987, estudos realizados pelo BNDES estimavam que 25 mil pessoas viviam à custa da atividade de catar lixo, no Brasil (dado citado por Lima, 1988). Um estudo mais recente, de 1993, informa que apenas na região da Grande Recife ‘quase 8 mil pessoas sobrevivem dessa atividade’ – número que inclui os catadores diretos e seus dependentes (ALENCAR, 1993).

Aparentemente, essas pessoas são literalmente supérfluas, pois vivendo de restos, a sua presença ou ausência não faria – do ponto de vista da acumulação global, é evidente – nenhuma diferença (OLIVEIRA, 2002, p. 54).

Oliveira (2002) continua sua reflexão enfocando que se olharmos isoladamente para a figura do catador, a sua conceituação será como excluído e desnecessário. Mas se o incluimos como base de sustentação para a cadeia industrial produtiva, onde ele é a primeira ponta da relação comercial na área de materiais recicláveis, este passa a ser incluído no processo mercantil e, portanto, estabelece a relação social mais perversa do processo de acumulação. Isso ocorre porque o atravessador utiliza esta mão de obra precária e barata para se apropriar do material catado nos lixões ou até mesmo nas ruas, para negociar com a indústria 1.000% a mais do que o valor pago ao catador.

O autor finaliza afirmando que o conceito de exclusão social tem uma razão teórica, mas, sobretudo ética e política, tendo em vista serem estes os componentes que interpelam a sociedade quanto ao fato de querer entender qual é a relação estabelecida pela *polis que estamos construindo* (OLIVEIRA, 2002, p.13), isto é, qual é o modelo de trabalhador e de cidadão que a sociedade quer construir?

Marcel Bursztyrn (2000) também apresenta como elemento de

análise, ao conceituar pobreza e exclusão social, o fato histórico da flexibilização do trabalho e de sua desregulamentação, que obriga o homem a descer níveis de condições socioeconômicas, passando do estado de pobreza para o da miséria, pois, com a crise do trabalho, o desemprego se tornou carro-chefe na vida da população trabalhadora.

Neste sentido, o autor enfoca que os velhos pobres são atores antigos na sociedade nacional, e que os novos pobres e excluídos são um produto do rompimento da interdependência entre trabalho e riqueza que, no mundo globalizado, onde a desregulamentação do contrato de trabalho é comum, torna esta relação dissociada e excluída.

Em relação ao conceito de novo-pobre, Bursztyn (2000) informa que poderia ser este apenas um trabalhador empobrecido, mas não é. Este ator social representa cada vez mais a expressão da exclusão social, tendo em vista ser um antigo trabalhador, ou, melhor dizendo, o autor elucida que não é um indivíduo à margem, e sim fora do mercado de trabalho. Conseqüentemente, fora do sistema econômico e social.

O autor complementa enfocando que nem mesmo no mercado informal este indivíduo está inserido, independentemente de seu grau de qualificação profissional (BURSZTYN, 2000) e, portanto, cada vez mais fica excluído do sistema de proteção social do “moribundo *welfare state*” (BURSZTYN, 2000, p. 34). Arriscamos acrescentar a esta afirmativa que, normalmente, quando este indivíduo é incluído, isto se processa de forma perversa, não fornecendo condições necessárias para o mesmo ser reinserido no mercado formal como trabalhador e passar a ter acesso a bens e serviços da sociedade.

Outro ponto abordado por Bursztyn (2000) diz respeito à forma como o Estado encarou as transformações propostas pelo neoliberalismo e informa que nos países mais desenvolvidos a “engenharia de demolição institucional do neoliberalismo” se processou voltando seu foco para as funções produtivas do Estado para depois processar a privatização dos serviços públicos. Diferentemente, países menos desenvolvidos como o Brasil focaram suas ações no enxugamento da máquina pública, o que provocou um aumento no volume de gastos públicos com o seguro-desemprego, além do aumento do processo de aposentadorias sem reposição dos quadros, pois grande parte das vagas foi preenchida por serviços terceirizados, gerador por vezes de mão de obra precarizada, desregulamentação do contrato de trabalho, bem como o aumento do desemprego.

Ao nos apropriarmos desta reflexão, podemos localizar a realidade de parte dos catadores de Gramacho, visto que um número significativo tem a catação como única fonte de sobrevivência devido à saída do mercado formal de trabalho sem possibilidade de retorno, tornando-os excluídos do sistema contributivo previdenciário e nem sempre incluído no sistema de proteção social previsto na LOAS.

Esta reflexão ganha sustentação na fala de Bursztyn (2000), quando ele afirma que:

Ainda que nem todos os excluídos sejam necessariamente miseráveis, eles são, geralmente, pobres e vão-se constituindo em mundo à parte, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os outros, os incluídos. Seus elementos são objeto, na melhor das hipóteses, de políticas de proteção (caso dos países desenvolvidos). Políticas de inserção, entretanto, quando são lançadas, não se revelam capazes de minimizar os efeitos ou de neutralizar as causas da exclusão (BURSZTYN, 2000, p. 36).

O autor amplia a reflexão sinalizando que concorda com Nascimento (2000) quando enfoca que há mais de um tipo de exclusão, isto é, os autores argumentam que além da exclusão social propriamente dita, há também uma exclusão geográfica, que passa pela exclusão educacional, econômica, de saúde, de todos os serviços do Estado e da cidadania, o que nos leva a afirmar que é neste tipo de exclusão que se enquadram aquelas pessoas qualificadas como em situação de indigência ou abaixo da linha da pobreza.

Bursztyn (2000) sinaliza ainda a situação de violência social cometida contra aos pobres afirmando que, embora tenha raízes históricas, na atualidade ganhou vulto, chegando a se aproximar da realidade de países tão distantes, pois a exclusão radicaliza a pobreza (BURSZTYN, 2000). Informa que esta violência tem três etapas: a desqualificação, que, segundo o autor, “demoniza o outro”; a segunda é a desvinculação que reflete a rejeição pelo outro; e a terceira é a eliminação, que está voltada tanto para o extermínio, quanto para esterilização, pelo genocídio cultural ou mesmo pela deportação (ibid: 12-13 e CASTEL: 90-108).

Com este posicionamento apontado, verificamos que Bursztyn (2000) comunga da mesma ideia apontada por Nascimento (2000)

quanto ao fato de os excluídos se tornarem pessoas desnecessárias socialmente, transformando-se em “exército de reserva em lixo industrial”, pois segundo o autor eles não têm apenas trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como também não têm as qualidades requeridas para nele ingressar, se tornando além de desnecessário, ameaçador, bandido em potencial (NASCIMENTO, 2000, p. 70).

O autor apresenta ainda uma análise acerca das políticas públicas voltadas para a hierarquização do uso do solo, enfocando ser este um grande vetor de espacialização do processo de exclusão, pois se produzem “territórios da exclusão que, no limite, podem ser comparados aos bantustões da África do Sul do Apartheid” (BURSZTYN, 2000). O que automaticamente ligamos ao local onde o aterro de Gramacho está instalado, denominado de território de jardim gramacho, por entendermos ser o local permeado pela ausência de políticas públicas capazes de atender sua demanda.

Finaliza apontando que o lado perverso da exclusão do trabalho leva as pessoas a se sentirem rebaixadas socialmente, fazendo com que gradativamente passem a perder todos os vínculos sociais existentes, inclusive os familiares. Neste sentido, o autor afirma que:

[...] é possível pensar em uma fórmula tradicional de resgate e reinserção, na qual o Estado tem a responsabilidade indutora, mesmo que não executora. Mas onde nunca houve políticas de proteção universalizadas, é impossível pensar em deixar ao sabor do mercado o enfrentamento da exclusão social (BURSZTYN, 2000, p. 52).

Yasbek (2001), em sua análise a respeito da categoria pobreza e exclusão social, também ratifica o que Bursztyn elucida:

[...] a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobranete, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas (Telles 1998). Expansão que cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade no trabalho. Implica a disseminação do desemprego de longa duração, do trabalho precário, instável e intermitente,

dos biscates e de outras modalidades de relacionamento da força de trabalho com o capital, que em sua essência representam uma mesma ordenação da vida social (YASBEK, 2001, p. 35).

A autora complementa sua reflexão agregando em seu estudo os diferentes níveis de inserção social adotados pelas pessoas, ou seja, afirma que a forma pela qual o grupo se organiza faz com que o mundo exterior avalie seu processo de desigualdade ou não em relação aos demais, ou seja, esta forma de interagir torna-se elemento reiterador da desigualdade e que isto expressa as relações estabelecidas pela sociedade.

Enfoca ainda que a abordagem conceitual sobre exclusão social configura-se como uma forma de pertencimento e de inserção na vida social, porque:

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando as relações vigentes na sociedade (YASBEK, 2001, p. 34).

Remetemos esta posição de Yasbek (2001) ao estudo voltado para os catadores de Gramacho e neste sentido concordamos com a autora, pois este fenômeno ocorre, na realidade, porque além de permanecerem no local para a catação, eles passam a residir no bairro e efetuam todas as atividades da sua vida social no local, o que nos leva a acreditar que além de ser uma maneira de demonstrar uma forma de pertencimento, também reitera o processo da desigualdade social existente entre os catadores e os demais trabalhadores.

O outro dado apontado por Yasbek (2001) tem relação direta com o crescimento expressivo de trabalhadores expulsos do mercado de trabalho, o que conseqüentemente permanece sem garantias de proteção social, gerando assim um contexto de subalternidade do trabalho à ordem do mercado de desmontagem de direitos sociais e trabalhistas, realidade bem próxima dos catadores do aterro de Gramacho.

Yasbek (2001) procede ainda à análise do fenômeno da violência social contra a pobreza, enfocando a questão do aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e

intermitente, e ainda aqueles que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre. Esta violência social ocorre a todo tempo na realidade dos catadores, pois embora o material reciclável seja de grande valor no mercado, o trabalho de catação é totalmente desvalorizado e estigmatizado das demais atividades laborativas.

A autora amplia sua reflexão a respeito das categorias pobreza e exclusão social e enfoca que “no labirinto de problemas do país” o reconhecimento de direitos sociais para a população sem emprego, recebe alguns recuos constitucionais, crescendo assim os “abismos entre o país real e o país legal”. Complementa o raciocínio apropriando-se da fala de Paoli e Oliveira (2000) enfocando que “enfrenta-se ‘o encolhimento da possibilidade de enunciação, no plano simbólico e político, dos direitos de cidadania em espaços públicos que possam ser regidos pelo debate, pelo conflito e pela negociação’” (PAOLI E OLIVEIRA apud YASBEK, 2001, p. 37).

Em sua análise, Yasbek (2001) aponta que o Estado brasileiro em seu Plano Diretor anuncia que não assumirá tarefas que a sociedade possa assumir e, sendo assim, não se responsabiliza por questões relativas à pobreza e à exclusão social, tornando-se alvo de uma ação estatal irregular e tímida, insuficiente, valendo apenas para minimizar os fortes impactos do ajuste neoliberal que promoveu ao nível de miseráveis aqueles que já eram classificados como pobres.

Finaliza seu artigo, levantando a seguinte hipótese:

É que, frente a esta conjuntura de crise e mudanças, as Políticas Públicas na área social deverão acentuar seus traços de improvisação e inoperância, seu funcionamento ambíguo e sua impotência na universalização dos acessos a serviços sociais delas derivados. Permanecerão políticas *ad hoc*, casuísticas, fragmentadas, sem regras estáveis e operando em redes obsoletas e deterioradas. Corremos o risco de uma grave regressão de direitos sociais (YASBEK, 2001, p. 37).

Campos et al. (2004) defendem o mesmo ideário de novo e velho processo de pobreza e exclusão social e ampliam o foco de análise, elucidando que o mundo atual da desregulamentação não solapa apenas o pobre, mas também os jovens desempregados, os idosos, migrantes etc., do primeiro mundo. Arriscamos afirmar, embora

não seja tema deste estudo, que nos países como o Brasil, além dos sujeitos citados, as mulheres, os negros, nordestinos e até as pessoas graduadas sem maior especialização são excluídas, porque o primeiro a realizar este processo é o próprio mercado de trabalho.

Sendo assim, o que dizer a respeito dos catadores de lixo, que na maioria das vezes são oriundos de família empobrecida, negra, migrante e ainda foi expulso do mercado formal de trabalho e tem pouco acesso à escolarização?

Acreditamos que os autores respondem nossa indagação quando apresentam o seguinte conceito de nova exclusão:

O conceito da nova exclusão social passou a ser cada vez mais utilizado como forma de identificar a manifestação de categorias de desigualdade, como no caso dos desprotegidos pelas políticas sociais de inclusão existentes, especialmente no caso do desemprego generalizado e de longa duração, dos moradores de rua e das pessoas de elevada escolaridade sem trabalho, como nos países europeus (CAMPOS et al., 2004, p. 32).

A exclusão social, todavia, resultaria de um processo mais amplo e complexo no tempo, que vai para além da situação singela de não ter. Trata-se, na realidade, dos constrangimentos do ter, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do ser muito mais do que simplesmente ter (CAMPOS et al., 2004, p. 29).

Com isto, passamos a entender que, hoje, definir a categoria pobreza e exclusão social significa compreender o processo sócio-histórico, político e cultural que reflete a ausência de postos de trabalho, de acesso ao consumo, bem como a possibilidade de incluir o cidadão no espaço social, conforme aponta Bursztyn (2000):

Quando o Estado não proporciona mecanismos de proteção sociais amplos e universais, a exclusão tende a se manifestar não apenas na dimensão social, mas também na esfera da sobrevivência. Nessa categoria, se enquadram vários tipos de atores sociais, alguns com certa capacidade de reação, outros não (BURSZTYN, 2000, p. 37-38).

Campos et al. (2004) ampliam o foco do nosso entendimento, afirmando que a exclusão social é resultado de um processo mais

amplo e complexo no tempo, que vai para além do fato de não ter acesso aos direitos sociais, mas sim dos constrangimentos ocasionados pela ausência destes. Afirmam que este conceito passou a ser utilizado de forma mais frequente para a identificação das categorias que envolvem a presença efetiva da desigualdade social e citam como exemplo as pessoas desprotegidas das políticas sociais de inclusão, como é o caso dos desempregados de longa duração, dos moradores de rua e também dos catadores de lixo.

Os autores abordam uma questão interessante acerca da metropolização da pobreza, afirmando que, até o final da década de 1970, as cidades eram fontes de movimento migratório por conta das oportunidades de emprego e, atualmente, estes locais se tornaram territórios de desemprego, poluição, violência e enchentes, fazendo assim com que o fenômeno exclusão social em seu novo formato torne-se uma constante.

Procuram enfatizar que se o país não conseguiu superar as questões advindas da velha exclusão, não poderá combater o avanço das mazelas sociais advindas da nova exclusão. Complementam informando que o Brasil insiste em não realizar as reformas necessárias à melhoria das condições de vida da população e citam como exemplos as reformas fundiária, tributária e até mesmo social, conforme a maioria dos países desenvolvidos realizou, antes do século XX.

Consideramos importante sinalizar ainda neste contexto de exclusão social e pobreza abordada por Campos et al. (2004) que no capítulo dedicado à “Evolução da exclusão social ao longo do tempo”, no livro *Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial*, eles procuraram apresentar como elemento de análise para finalizar o capítulo a seguinte questão:

Durante as duas últimas décadas do século XX, as reformas permanecem sem serem realizadas no Brasil, mesmo com a redemocratização nacional. Agora, mais do que nunca, as condições de produção e reprodução da velha e nova exclusão social ganharam maior profundidade e complexidade. Não apenas de crescimento econômico sustentado o Brasil necessita urgentemente, mas também da realização de reformas que alterem o padrão distributivo nacional, inadiáveis quando se trata de enfrentar, sob novas bases, a exclusão no país (CAMPOS, 2004, p. 41).

Já para José de Souza Martins (2003), a categoria exclusão social é apenas um rótulo abstrato que não corresponde a nenhum sujeito de destino (MARTINS, 2001), porque excluído, para ele, é mais uma projeção feita por quem tem acesso a bens e serviços na sociedade, julgando, portanto, aqueles que não têm como diferentes. Torna-se assim um discurso daqueles que aderiram ao sistema, tanto à economia, quanto aos valores que lhes correspondem (MARTINS, 2003).

O que podemos compreender das reflexões de Martins (2003) é que o julgamento a respeito de pobreza e de exclusão social ocorre muito mais por aqueles que estão inseridos na vida social e participam do mundo formal do trabalho (cujo acesso a bens e serviços não são custosos) do que por aqueles que deste benefício não usufruem. Este fator torna-se preponderante na fala do autor.

Martins (2003) complementa seu raciocínio enfocando que a mudança se deu na forma da pobreza, e elucida a questão do consumo sinalizando que:

O pobre aderiu ao mundo que o fez pobre. Tornou-se cúmplice, para desespero de quem tem uma visão de mundo pautada por uma história possível, diversa da história irremediável. O pobre ostensivo, mal vestido ou esfarrapado, estereotipado, que havia há algumas décadas, foi substituído pelo pobre para o qual a aparência e o aparente e, portanto, os disfarces, tornaram essenciais. Os pobres descobriram uma característica fundante da sociedade contemporânea e da Modernidade, a da realidade social como máscara, a incorporaram e por meio dela realizam a sua plena e impotente integração social. Negam o imaginário e na vivência a propalada 'exclusão social' de que falam os militantes da classe média incomodada (MARTINS, 2003, p. 37).

Outra argumentação do autor diz respeito ao uso abusivo da noção de exclusão, como se ela pudesse explicar todas as questões sociais. Martins (2003) reafirma que a exclusão social é uma ficção, pois o que realmente ocorre é o desenraizamento, traduzido como destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que estavam acostumadas a ser (MARTINS, 2003).

Complementa a reflexão enfocando que o capitalismo promove a transformação das pessoas, desenraizando-as e fazendo se tornarem

propriedades de uma única coisa, ou seja, a força de trabalho.

Ao deslocarmos teoricamente o posicionamento dos autores para o centro da discussão sobre os catadores e seu processo de construção identitária e organizacional, é possível articular a realidade do território de jardim gramacho, visto que esses trabalhadores, além de não serem incluídos no mercado formal de trabalho, são rejeitados inclusive pela natureza da tarefa que desenvolvem, pela ausência de reconhecimento formal da profissão e, ainda como afirma Nascimento (2000) e Oliveira (2003), os catadores são incluídos no seguinte grupo de excluídos: “[...] grupos sociais considerados desnecessários do ponto de vista econômico, incômodos politicamente e perigosos socialmente, o que os torna plausíveis de eliminação física” (NASCIMENTO, 2000, p. 23).

Maria do Carmo Brant de Carvalho (1994), além de comungar das ideias já apontadas, apresenta outra contribuição ao estudo no que diz respeito ao poder, pois enfoca que pobreza não significa apenas precariedade de rendimentos, mas também falta de poder para ter acesso aos benefícios sociais existentes:

Há um consenso de que a pobreza significa não apenas ausência ou precariedade de rendimentos, mas também ausência ou precariedade de usufruto de bens e serviços sócio-urbanos básicos (educação, saúde, habitação, cultura, saneamento etc.) Pobreza significa, ainda e, sobretudo, ausência de poder.

É nesse contexto que se justifica a apreensão de que o rosto da miséria, no capitalismo moderno, pode se apresentar suavizado, mas a taxa de pauperização se expande de forma progressiva.

A pobreza não é um fenômeno conjuntural, residual, que as promessas de pleno emprego e do bom do *welfare state* do pós-guerra nos induziram a acreditar (CARVALHO, 1994, p. 87).

Carvalho (1994) enfoca que, sem dúvida, é no Terceiro Mundo que a pobreza assume características dramáticas, não somente pela massiva presença dos pobres, mas também pela dificuldade de erradicá-la, o que tem como fator de limitação a transnacionalização da economia capitalista que circunscreve os países pobres à periferia da produção, do mercado e, conseqüentemente, do consumo (CARVALHO, 1994).

Enumera quatro elementos propulsores de expansão da pobreza: o primeiro tem relação direta com o processo produtivo, fazendo com que a mão de obra humana se torne desnecessária em razão do

processo de tecnologia avançado; o segundo tem relação direta com o processo de recessão praticamente mundializado e o aumento das taxas de desigualdade na partilha da riqueza produzida (CARVALHO, 1994); o terceiro está condicionado aos déficits públicos crônicos; e o quarto está ligado aos processos de exclusão social e política:

A transnacionalização da economia e da política produziu ‘uma nação formada com os ricos do mundo inteiro, não importa a distância em que estejam fisicamente; e separados dos pobres do mundo inteiro, não importa a aproximação em que esteja fisicamente’ (CARVALHO apud BUARQUE, 1994, p. 89).

Procura reafirmar que é no processo capitalista que a pobreza encontra resistências, ou melhor, o capitalismo não extingue a pobreza; o que ele faz é suavizar o rosto da miséria. A taxa de pauperização, porém, é progressiva, jamais regressiva: “A acumulação e a mais-valia supõem concentração de riqueza e poder. Em consequência, supõem pobreza e subalternidade em expansão que precisa ser controlada” (CARVALHO, 1994, p. 95).

Para a autora, a Assistência Social é uma política moldada para constituir-se em governo paralelo da pobreza, onde o pobre, pela ausência de rendimentos ou pela falta de poder, precisa se ancorar para alavancar sua condição de subalternidade. Ela conclui sua análise apresentado seis motivos que abalizam sua afirmativa:

1º) a política de Assistência Social tem como missão garantir a oferta de mínimos de proteção social;

2º) pelo seu recorte conjuntural;

3º) porque tende a ser reconhecida como política pública de garantia de direitos para o cidadão;

4º) tanto o Estado como as ONGs são sujeitos políticos determinantes dessa política;

5º) garantia de direitos mínimos para todos que dela necessitar;

6º) a autora afirma que o mundo contemporâneo mantém as tensões postas à política de Assistência Social.

O que podemos compreender de sua reflexão é que, diante do quadro de miséria e exclusão social posto no cenário atual, devemos acreditar na política de Assistência Social, pois ela ainda pode garantir os mínimos sociais para aqueles que perderam sua condição de trabalhador, passando para a de desempregado de longa duração,

constrangido por não ter condições de sobrevivência e desenraizado do processo produtivo.

Aldaíza Sposatti (1998), em seu artigo “Exclusão social abaixo da linha do Equador”, procurou contribuir com as reflexões acerca do fenômeno exclusão social e, conforme os demais autores, elucida que o conceito é velho, embora com uma nova roupagem, enfoca que o Terceiro Mundo recebeu a herança de um perverso processo de inclusão social a partir do ideário do pós-guerra onde o primeiro construiu o modelo de Estado Social.

Complementa a afirmação enfocando que a noção de exclusão social já era tratada desde Adam Smith, quando, à luz do liberalismo, o processo era explicado como uma condição individual, e somente com Marx é que esta categoria passa a ser entendida através da lógica do processo produtivo.

Informa que, no seu entender, exclusão social é um “conceito/denúncia” que aponta a ruptura da noção de responsabilidade social e pública construída a partir da Segunda Guerra Mundial, como também a quebra da universalidade da cidadania conquistada no Primeiro Mundo (SPOSATTI, 1998).

Apresenta suas considerações acerca da noção de exclusão social, enfocando que no final do século XX apresentou duas grandes marcas: a perda de um patamar alcançado e a aquisição do novo direito à diferença, concluindo que a exclusão social é a negação da cidadania.

Apresenta as distinções entre pobreza e cidadania, enfocando que elas têm diferenças éticas e culturais, pois exclusão social é também elemento de discriminação e é estigmatizante, enquanto que pobreza define uma situação absoluta ou relativa. Consequentemente, pobre é quem não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho etc. (SPOSATTI, 1998, p. 3).

Ratifica o posicionamento de Elimar Pinheiro Nascimento (2000) com relação à diferença entre e pobreza e desigualdade, respaldando-se nas categorias utilizadas pelo Banco Mundial, enfocando que pobreza não é o mesmo que desigualdade, pois enquanto pobreza diz respeito ao padrão de vida obsoleto de uma parte da sociedade, desigualdade se refere a padrões de vida relativos de toda a sociedade, pois é possível tanto com pobreza zero, quanto com pobreza máxima.

Encontramos também em estudos feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) as categorias pobreza e exclusão social sendo definidas e recebendo mais um elemento de análise:

Na prática a pobreza é associada à insuficiência de renda. Diz-se, portanto, que um indivíduo ou uma família é pobre quando a soma de seus rendimentos não lhe permite satisfazer as necessidades básicas de alimentação, transporte, moradia, saúde e educação. Por sua vez, exclusão social é interpretada de maneira mais ampla e abrange, além da renda, restrições à **mobilidade social** (intra e intergerações) derivados de condições como raça, sexo, tipo de ocupação, condições socioeconômicas, além de fatores culturais, institucionais e políticos (IPEA, 2005, p. 86).

O elemento que consideramos interessante apontar nos conceitos elaborados pelo IPEA tem relação direta com a questão de mobilidade social, visto que o que podemos verificar na realidade dos catadores do território de jardim gramacho é exatamente este fenômeno, pois embora até percebam mensalmente quantias acima de dois ou três salários mínimos, o que se torna impedimento para eles é a mudança de situação socioeconômica ou de grupo social, visto que não conseguem mudar de residência, de bairro e isto efetivamente os impede de serem classificados como pertencentes a outro tipo de grupo social.

Este posicionamento é reforçado pelo estudo realizado no livro *Brasil: o estado de uma nação*, do IPEA, quando apresentam outro entendimento de exclusão social:

Nesse sentido, a exclusão social pode ser entendida como um conjunto de mecanismos que fazem com que um indivíduo ou família, independentemente de seu esforço ou mérito, esteja limitado em sua possibilidade de ascensão social presente ou tenha artificialmente reduzida a probabilidade de ascensão futura. O fenômeno da exclusão social assim estaria associado a mecanismos institucionais, políticos e culturais que podem impor restrições à mobilidade social efetiva ou potencial devido a fatores como posição do indivíduo no mercado de trabalho, escolaridade, cor, sexo e origem socioeconômica (SILVA & TAFNER, 2005, p. 87).

Uma contribuição que consideramos também importante, por apresentar outra roupagem ao conceito de exclusão social, é o estudo desenvolvido por Paugan (2003) a respeito do processo que ele denomina desqualificação social, referindo-se à “precariedade do trabalho, à ausência de qualificação, ao desemprego, à incerteza do

futuro, enfim, ao pauperismo, associado à crise da sociedade industrial (desde o século XIX até os dias atuais) e à exclusão propriamente dita”.

O autor complementa sua análise a respeito da questão e associa ao conceito de exclusão outra noção:

A noção de trajetória, ou seja, de que há um processo que deve ser visto longitudinalmente, o que permite apreender o percurso temporal de indivíduos em confronto com o ambiente mais ou menos permeável; em segundo lugar, o conceito de identidade, positiva ou negativa, de crise e de construção dessa identidade; e o aspecto da territorialidade, ou seja, a base espacial que abriga processos excludentes, incluindo a segregação (PAUGAM, 2003, p. 15).

O autor identifica, a partir do conceito de desqualificação social entre os atingidos por esse processo, três diferentes tipos de indivíduos em estado de privação, não apenas material, mas em vários outros sentidos: os assistidos (que denotam dependência dos serviços), os fragilizados (que guardam ainda distância da prestação dos serviços) e os marginalizados (que rompem com os vínculos sociais).

Outro subsídio importante do mesmo autor para este estudo é a descrição sobre a marginalidade organizada, pois contribui para o entendimento da postura adotada pela categoria de catadores em determinados momentos:

A marginalidade organizada corresponde à reconstrução simbólica de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas e das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário. Por meio do espaço vivido, que contém potencialmente a história de seus conflitos e fracassos, mas também de festas e momentos felizes, essas pessoas acabam tendo acesso a uma forma de identidade positiva. Não se trata, porém, de um anseio de mudança de *status*, mas, antes, de uma adaptação individual a uma condição que pode ser considerada como no limite da exclusão social (PAUGAM, 2003, p. 177).

Paugam finaliza sua análise enfocando que o estudo realizado a respeito do conceito de desqualificação social, permitiu conhecer as relações sociais que se estabelecem entre as pessoas, sobretudo entre as famílias atendidas pelos serviços de ação social na França e,

inclusive, as semelhanças no que diz respeito ao sentimento de *status* desvalorizado existente entre os fragilizados e os assistidos. Para ele ficou claro que os marginalizados e os assistidos se constituem a partir das antigas e novas formas de pobreza, enquanto os fragilizados formam o que chamou de “nova população”. O que não foge das outras reflexões efetuadas quanto à nova e velha exclusão.

Diante de inúmeras questões que permeiam as condições de pobreza e de exclusão social, consideramos oportuno apresentar outra categoria que julgamos ser transversal ao tema, que é a questão da cidadania.

Encontramos em Wanderley Guilherme dos Santos (1979) questões referentes à pobreza, como a relativa à exclusão social, que rebate transversalmente a noção de cidadania, uma vez que o autor enfatiza que somente são reconhecidos como cidadãos aqueles que têm reconhecida a sua profissão por meio da perspectiva legal; do contrário, o que ocorre é uma pré-cidadania, isto porque, segundo Santos:

[...] são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membros da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1979, p. 75).

Santos (1979) conceitua cidadania como regulada, visto que, para o autor, o homem precisa provar sua condição de trabalhador, ou seja, estar inserido no mercado formal de trabalho, através de comprovação pelo sistema de estratificação ocupacional, para fazer jus aos benefícios sociais; portanto, não há respaldo em um código político onde o seu acesso aos direitos sociais estaria assegurado, calcado na dignidade da pessoa humana, mas sim na importância da comprovação de ser trabalhador formal e reconhecido legalmente.

Embora a conceituação a respeito de cidadania regulada tenha sido uma questão levantada anteriormente à Constituição Federal de 1988, que determina a universalização dos direitos sociais, o que

pudemos constatar ainda é que este tipo de cidadania, embora seja ilegal, é presente no cenário nacional.

Ratificando esta posição, encontramos Vera da Silva Telles (2001), em seu estudo sobre pobreza e cidadania, focalizando que:

É a cidadania regulada, de que fala Wanderley Guilherme dos Santos (1979). Dissociado de um código universal de valores políticos e vinculados ao pertencimento corporativo como condição para a existência cívica, é um modelo de cidadania que não construiu a figura moderna do cidadão referida a uma noção de indivíduo como sujeito moral e soberano nas suas prerrogativas políticas na sociedade. A rigor, este não tem lugar na sociedade brasileira, já que sua identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei, que o qualifica para o exercício de direitos.

[...] Desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo ou ocupação definida são na prática transformados em pré-cidadãos, ‘sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico’, ou seja, repressão pura e simples, tanto privada como estatal (TELLES, 2001, p. 75-76).

Com isto, podemos afirmar que, embora seja prerrogativa legal toda e qualquer pessoa ter acesso aos serviços públicos e, se desempregado ou em precária situação de sustentabilidade, usufruir dos benefícios da Assistência Social, reafirmamos que mesmo assim é necessário comprovar seu estado de miserabilidade, então esta condição passa da cidadania regulada (SANTOS, 1979) para o que Sonia Fleury (2007) conceituou de cidadania invertida, pois em seu artigo “Por uma sociedade sem excluídos (as)” a autora enfoca que:

Cidadania invertida é quando o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como não cidadão. Tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas de assistência, além de uma base que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais (FLEURY, 2007, p. 76).

Neste sentido, procura elucidar que a proteção social só ocorre para as pessoas pobres ou indigentes, ou até mesmo, afirma a autora, para aqueles que fracassaram no mercado de trabalho, tornando-se objeto da caridade privada ou pública (FLEURY, 1995), por meio de caráter preventivo ou punitivo.

Conseguimos localizar a questão dos catadores do território de jardim gramacho nesta afirmação da autora, visto que, uma vez identificados, não são vistos como trabalhadores do mercado formal, portanto não são vinculados aos sistemas que lhes asseguram aposentadoria e benefícios previstos na Previdência, e acabam por permanecer no contexto da cidadania universal, ainda que limitada pelo pertencimento dos cidadãos e cidadãs a um Estado nacional (FLEURY, 2007).

Sonia Fleury (2007) amplia esta análise enfocando que este modelo de cidadania universal que está determinada pela Constituição Federal de 1988, é um modelo homogêneo, sem peculiaridades de gênero, porque na época a mulher não estava tão presente no mercado de trabalho, e deixa de levar em conta a condição da maternidade e o trabalho doméstico ou cuidado, exercido pelas mulheres, mas chama a atenção para informar que já vem sendo discutida e incorporada como direito da cidadania.

Diante de diversos conceitos que consideramos significantes, pinçamos alguns pontos que são comuns entre os autores e agregamos novos condicionantes à realidade estudada, ou seja, ao mundo dos catadores de Gramacho, para garantirmos a aproximação mais fiel do nosso estudo.

Podemos focar que o catador do território de jardim gramacho pode ser classificado como um pré-cidadão, tendo em vista a profissão não ser regulamentada, embora o projeto de lei esteja tramitando no Congresso e o Ministério do Trabalho tenha promovido sua classificação no Código Brasileiro de Ocupações (CBO). Esse trabalhador não tem acesso aos direitos sociais, portanto necessita passar pelo crivo da não igualdade, tendo necessariamente que provar e comprovar seu estado de miserabilidade, ou melhor, passar a ser uma figura da pobreza incivil como pontua Telles (2001):

Se é verdade que a matriz corporativa dos direitos produz a figura da pobreza incivil, sabe-se hoje que a tradição assistencial não começa com o Estado getulista, mas com a filantropia privada cujas

origens remontam ao Brasil colonial. Tradição que será redefinida no século XIX e continuará pelas três primeiras décadas desse século como lugar de pobreza desvalida (Abreu, 1990). Como mostra Aldaíza Sposati, no pós-30, o assistencialismo será resgatado e redefinido pelo Estado getulista, institucionalizando e sacramentando o que os autores chamam de ‘gestão filantrópica da pobreza’ – paralelamente à centralização e estatização dos serviços para os trabalhadores de posse de seus direitos de cidadania, a assistência social seguirá, ao contrário, o caminho da descentralização através da articulação do Estado com a filantropia privada responsável pelos destituídos dos atributos da cidadania. Enquanto a regulamentação profissional segmenta a sociedade em cidadãos e não cidadãos, o perfil das instituições de proteção social irá, portanto, produzir a segmentação estigmatizadora entre trabalho e pobreza. Trabalho e pobreza transformam-se, assim, em dois modos antinômicos de existência social (TELLES, 2000, p. 27).

Sendo assim, a realidade dos catadores nos leva a fechar um quadro conceitual onde as categorias pobreza, exclusão social e cidadania, sempre que forem citadas, terão como sustentação teórica os componentes de análises dos autores aqui estudados, mas com a peculiaridade particular daqueles que habitam o território de jardim gramacho.

Entendemos que os catadores de gramacho são sujeitos de uma ação determinante do mundo atual, isto é, de um mundo globalizado com vistas ao neoliberalismo que a cada dia promove a desregulamentação do trabalho, tornando, portanto, a informalidade a única fonte de sobrevivência, e com isto a fonte real de realização de sua atividade laborativa; portanto, por vezes sendo excluído do acesso aos direitos sociais assegurados ao trabalhador do mercado formal.

Neste sentido, são pessoas classificadas como pré-cidadãos, tomando o termo de Wanderley Guilherme dos Santos (1979), pois a profissão de catador de materiais recicláveis ainda não foi regulamentada, tornando os catadores, portanto, pessoas sem acesso e sem chancela estatal em termos profissionais. Ou ainda, conforme aponta Sposati apud Telles (2001):

Direitos que recriam desigualdades, pela sua vinculação profissional, são também direitos que não se universalizaram,

sobrepondo às diferenças sociais outras clivagens que transformam em não-cidadãos os que não escapam às regras do contrato. Esses são os não-iguais, os que não estão credenciados à existência cívica justamente porque privados de qualificação para o trabalho. São os pobres, figura clássica da destituição. Para eles, foi reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo não é levar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria (Sposati, 1988). Esse é o lugar dos não direitos e da não cidadania. É o lugar no qual a pobreza virá 'carência', a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. É o que Aldaíza Sposati chama de 'mérito da necessidade', que define a natureza perversa de uma relação com o Estado que cria a figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidência do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para a vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal (TELLES, 2001, p. 26).

Em relação à situação de pobreza e de exclusão, os catadores, embora percebam quantias acima de um dos balizadores de medição da categoria pobreza, que no caso é o salário mínimo, arriscamos afirmar que são pessoas pobres e excluídas socialmente de acesso, que vai desde a informação até aos benefícios e serviços sociais postos pelo atendimento da população trabalhadora, e algumas pessoas que atuam na atividade de catação, arriscamos ainda em classificá-las como pessoas que estão abaixo da linha da pobreza. Isto porque tomamos como ponto de sustentação teórica a questão da mobilidade social apontada pelo IPEA como movimentos de um indivíduo ou grupo de indivíduos entre diferentes segmentos ou estratos da sociedade, tornando assim um dos impeditivos de ascensão da pobreza e, conseqüentemente, de assento no processo de exclusão social, pois embora o rendimento seja acima de R\$ 412,00, salário mínimo da época, na maioria das vezes é "líquido", conforme aponta Bauman (2005), ou seja, é diluída com compromissos domésticos que não garantem acesso à seguridade social, previdência, bem como à aquisição de bens oferecidos aos cidadãos trabalhadores formalmente reconhecidos pelo poder estatal.

Nenhum compromisso dura o bastante para alcançar o ponto sem retorno. Todas as coisas, nascidas ou feitas, humanas ou não, são até segunda ordem dispensáveis. Um espectro paira sobre os habitantes do mundo líquido-moderno e todos os seus esforços e criações: o espectro da redundância.

A modernidade líquida é uma civilização do excesso, da superfluidade, do refugio e de sua remoção (BAUMAN, 2005, p. 120).

Enfim, a categoria profissional catador aqui estudada é reconhecida como de pessoas pobres, excluída socialmente de direitos sociais, mas por vezes incluída perversamente em alguns cenários brasileiros, principalmente os das cobranças de impostos e posturas de cidadão no compromisso cívico do voto, entre outros que não envolvam compromisso estatal; pois os valores recebidos no mercado da informalidade permitem a aquisição de utensílios domésticos, vestuário entre bens, mas, no entanto, não os reconhece como cidadãos plenos de direitos sociais adquiridos, como qualquer trabalhador reconhecido no mercado formal de trabalho.

2.2. “Território” e “territorialidade”: para além do espaço geopolítico

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quicá divergentes ou opostas.

Milton Santos, 2006.

Dando continuidade à construção teórica deste estudo, iremos trabalhar as categorias território e territorialidade por considerarmos serem estes elementos fundamentais para o entendimento da relação dos catadores com o bairro de Jardim Gramacho.

O bairro de Jardim Gramacho, além de abrigar o Aterro Metropolitano, abriga também, em termos de moradia, cerca de 43% dos 142 catadores abordados na pesquisa e ainda 42% de moradores do município de Duque de Caxias, reservando apenas 15% para os demais municípios da Baixada Fluminense.

Neste sentido, tornou-se condição fundamental para fins de nosso estudo, compreender como essas pessoas se relacionam com o bairro e também com o município. Ademais, nosso entendimento acerca desta categoria vai além do contexto geopolítico.

Diante da importância de compreendermos como se estabelecem as relações nestes espaços singulares, efervescente de relações sociais, econômicas, culturais dentre outras, buscamos em Milton Santos (2006) o conceito de território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 2006, p. 14). [Grifo nosso].

Milton Santos (2006) apresenta outro elemento que permeia o território: o dinheiro. Elucida que ele aparece em função do processo econômico, devido ao fato da relação de troca não ser mais satisfatória. Então o dinheiro torna-se elemento fundamental não só do comércio, mas também como medida de valor dada ao trabalho e aos seus resultados.

Complementa sua posição enfocando que ocorreu uma metamorfose ao longo do tempo, visto que o dinheiro no início dos tempos não era expressivo, era local e limitado, e o território é que regia o dinheiro, pois este era usado por uma “sociedade localizada” (SANTOS, 2006).

No entanto, explica que na atualidade vem ocorrendo o inverso, devido aos componentes serem polos da vida contemporânea. Com este sentido, Santos elucida que o dinheiro busca tudo desmanchar e o território mostra que há coisas que não podem ser desfeitas (SANTOS, 2006, p. 13).

Ainda refletindo sobre a questão do território e o dinheiro, Santos (2006) enfoca que no Brasil existem várias modalidades de dinheiro, mas é o dinheiro-moeda que provoca um ponto isolado no estado mais pobre, visto que ele provoca desigualdade em razão de não fluir da mesma forma para todos:

[...] o território também pode ser definido nas suas desigualdades a partir da idéia de que a existência do dinheiro no território não se dá da mesma forma. Há zonas de condensação e zonas de rarefação do dinheiro. Todavia, o comando da atividade financeira está ali onde os dinheiros todos podem estar presentes (...). Mas, sobretudo, o comando se dá a partir do dinheiro global. Esse dinheiro fluído, que é também invisível, um dinheiro tornado praticamente abstrato, um dinheiro global e um dinheiro despótico (SANTOS, 2006, p. 17).

Pensando no território de jardim gramacho, esta contribuição de Santos é muito valiosa, tendo em vista que o catador tem uma relação semelhante à apontada pelo autor, visto que são reféns da atividade de catação e conseqüentemente do dinheiro resultante do trabalho desenvolvido. Mas, por este não fluir da mesma maneira para todos, os catadores passam a ser os menos beneficiados nesse processo, pois embora desenvolvam a tarefa mais árdua do processo produtivo da cadeia industrial da reciclagem, são os menos favorecidos. Isto porque esse dinheiro é global e, portanto, torna-se “invisível” e abstrato conforme elucida Santos (2006):

Nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável, quanto esse dinheiro global. É esse dinheiro global fluído, invisível, abstrato, mas também despótico, que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações. O equivalente geral torna-se afinal o equivalente realmente universal. Mas esse dinheiro não é sustentado por operações da ordem da infraestrutura. É um dinheiro sustentado por um sistema ideológico. Esse dinheiro global é o equivalente geral dele próprio. E por isso ele funciona de forma autônoma e a partir de normas (SANTOS, 2006, p. 17).

Justifica esta posição, enfocando que o território continha o dinheiro, tendo em vista ser este um “território usado” (SANTOS, 2006, p. 19), isto é, o lugar onde a efervescência das ações se processa, sejam elas financeiras, fiscais ou sociais, mas atualmente é o dinheiro que promove todas as ações, conforme aponta o autor:

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 2006, p. 19).

Portanto, o autor elucida que o território sofreu todo um processo de mudança devido à globalização, e isto se deu em todas as esferas – no “conteúdo demográfico”, no econômico, no fiscal, no político – e estas mudanças são rápidas e consonantes com o avanço tecnológico proposto no mundo global.

O autor complementa focalizando o rebatimento deste processo no Brasil, afirmando que o território brasileiro se tornou “ingovernável” (SANTOS, 2006, p. 20), por este ser reconhecido como “[...] o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições, o país também se tornou ingovernável como nação, como estado e como município” (SANTOS, 2006, p. 20-21).

Transferindo este dado de ingovernabilidade para o território de jardim gramacho, é possível entender porque há um crescimento desordenado do processo de favelização e do quantitativo de catadores que vão em busca da sobrevivência para o local e, além de trabalhar, habitam, enfim acabam por resolver todas as suas demandas no local. Este ponto também é observado por Santos:

E outro dado que resiste a essa ação cega do dinheiro é a cidadania. No caso do Brasil isso é grave, porque o fato de que jamais tivemos cidadãos faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com a rapidez com que se instala (SANTOS, 2006, p. 21).

Consideramos também de grande importância o que vem sendo apontado por Santos (2006) e que acreditamos possa contribuir para nosso estudo, o que ele denomina de recortes de horizontalidades, de verticalidades dentro do território e também de espaço banal e espaço das redes, pois o autor enfoca que estes recortes são originados pelo

processo de transnacionalidade e que o território abarca expressando o conflito que há entre o global e o local.

Segundo Santos (2006), estaríamos hoje perante uma dialética do território das geografias das desigualdades produzidas pelo sistema-mundo, as quais permitem ver o território como dimensão histórica do processo de globalização e fragmentação. Santos enfoca que o processo de globalização tem vários matizes e um deles é, no caso europeu, a revitalização da região como unidade geográfica:

Globalização? Espaço global? E ao mesmo tempo a tendência à fragmentação. Mas que fragmentação? Uma das manifestações é a relevância do local, mas o local é uma fragmentação em sentido próprio e não apenas figurado, é a ruptura de laços políticos-territoriais, com a ambição de criar novas fronteiras e novos Estados (SANTOS, 2006, p. 11).

Prossegue suas reflexões acerca destes recortes e enfoca que as horizontalidades são promotoras da ação solidária dos iguais, promovendo o que foi denominado no Brasil por Jacques Bourdeville (1970), discípulo de François Perroux (1950), de espaço banal, que seria o espaço de todos dentro do território, o que, para o autor, desembocaria em uma ação solidária.

Já a questão do recorte focado para verticalidades seria o que o autor denominou de relação dos pontos distantes ligados por um processo social, chamado então de espaço em redes que também é defendido por Manuel Castells (2002). No entanto, para Santos (2006), entre o espaço banal e o espaço em rede há uma oposição, visto que as redes deixam de fora alguns, pois não promove a ação solidária, conforme o autor aponta:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns (SANTOS, 2006, p.16).

Complementa a afirmação enfocando que atualmente o território pode ser constituído de lugares próximos e de lugares estabelecidos em rede, e que estes são os mesmos lugares que tanto podem formar as redes como também os espaços banais. No entanto, funcionam de formas distintas ou, até mesmo como aponta Santos (2006), são opostos.

Por acreditar na perspectiva do fazer solidário, o autor apresenta três formas que ocorrem no território atual:

- a primeira diz respeito ao acontecer ‘homólogo’ - ‘é aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada’ -, isto é, tem relação direta com as semelhanças;

- o segundo acontecer tem a denominação de ‘complementar’ que é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo;

- o terceiro, o acontecer ‘hierárquico’, é um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tende a ser concentrada e nos obriga a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribui para a produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço (SANTOS, 2006, p. 17).

Transferindo esta reflexão para pensar qual é o acontecer que se processa no território de jardim gramacho em relação aos catadores, elegemos a terceira fase - acontecer hierárquico -, visto que os catadores, em sua maioria, ainda se submetem ao poder do atravessador para processar a cadeia industrial de reciclagem. Embora Santos (2006) condene neste mundo globalizado a perspectiva de rede, acreditamos que esta, no caso dos catadores de Gramacho, se processe em um misto entre o espaço banal e o espaço das redes. Na busca do fortalecimento desta categoria, romper com o poder do dinheiro torna-se missão espinhosa e um grande desafio para os catadores no território de jardim gramacho.

Isto porque o desafio posto não é, na verdade, para vencer o dinheiro, visto que ele é elemento presente no território. É necessário superar as formas que ele se metamorfoseia neste mundo global, conforme aponta Santos (2007):

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum (SANTOS, 2007, p. 109).

O autor apresenta uma reflexão acerca destas questões que, se não explica, pelo menos auxilia no entendimento do território de estudo. Santos (2007) denominou de “esquizofrenia do lugar” tudo aquilo que se torna ambíguo e que, por vezes, nos deixa confuso para explicar ou até mesmo entender por que esses atores, os catadores, respondem algumas questões de forma contraditória à realidade que vivem, e isto pode ser esclarecido com a fala de Santos (2007) :

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem vetores da globalização, que neles se instalam para impor nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. Crescentemente reunidas em cidades cada vez mais numerosas e maiores, e experimentando a situação de vizinhança (que, segundo Sartre, é reveladora), essas pessoas não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica e por isso, com frequência podem se entregar a manifestações que são a contraface do pragmatismo. Assim junto à busca da sobrevivência, vemos produzir-se, na base da sociedade um pragmatismo mesclado com a emoção, a partir dos lugares e das pessoas juntos (SANTOS, 2007, p. 114).

O autor complementa esta afirmação abordando a questão da cidadania, e enfoca que no Brasil esta questão é muito presente e precisa ser revalorizada, visto que ser cidadão em países de grande extensão territorial significa estar submetido ao que é conceituado de “cidadania integral”:

Ser ‘cidadão de um país’, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a se alcançada nas escalas subnacio-

nais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (SANTOS, 2007, p. 113).

Santos (2007) chama a atenção nesta reflexão para o fato de ser cumprido no Brasil somente o que está previsto constitucionalmente, pois o exercício da cidadania de forma plena, onde seja assegurado o acesso ao trabalho e outras garantias sociais, não é cumprido, fator que também é realçado por Sonia Fleury (2007), quando discorre acerca da questão da cidadania universal.

Podemos exemplificar este posicionamento com a fala de um dos catadores, liderança do movimento de organização em Gramacho, quando este apresenta a importância do processo de organização da categoria. No entanto, conforme já sinalizamos, a profissão ainda não foi regulamentada legalmente, portanto não há registro civil de profissional, conforme afirma Wanderley Guilherme dos Santos (1979), fazendo assim com que sejam identificados como não cidadãos:

Sou catador, tenho 28 anos, eu acho que a maior importância é o catador ser discutido hoje; é assim é de uma maneira mais do próprio catador ser protagonista dessa história, porque dizer que o trabalho já é, todos os catadores estão conscientes desse trabalho, os catadores não estão, mas o processo de debate de discussão dos próprios catadores, uns porque aderem ao movimento de organização que a Associação defende e outros porque não aderem; acho assim que a maior importância foi colocar em questionamento tudo que acontece dentro do Jardim Gramacho, desde o processo de organização dos catadores até seu próprio fechamento.[O fechamento aqui mencionado refere-se ao encerramento da atividade de vazamento de lixo]. Acho que o processo de organização da Associação e que existe uma organização de catadores protagonizada pelos próprios catadores que têm seus defeitos, mas que está tentando discutir o processo de organização e a importância do catador ter a consciência do papel que ele exerce na sociedade, que é um papel importante (Sebastião dos Santos; entrevista em 21/05/2007).

Embora a fala do Sebastião seja vibrante e carregada de otimismo em relação ao processo de organização da categoria, acreditamos que

ainda não traduza o que realmente ocorre no território de jardim gramacho, visto que hoje ainda se contabiliza na frente de serviço, no garimpo direto do lixo, cerca de 1.180 catadores de lixo, ou seja, trabalhadores que ainda estão sem ou com muito pouca consciência da importância de seu trabalho e, por isso, continuam trabalhando de forma isolada, solitária, sem prática coletiva, e somente na condição de catadores de materiais recicláveis, inseridos na COOPERGRAMACHO ou na ACAMJG, um contingente de cerca de 10% do universo total.

Ao enfatizar sua posição em relação ao nível de consciência dos catadores, percebemos que o catador Sebastião não conseguiu dimensionar a realidade no território de jardim gramacho, pois a promoção da prática de convencimento de todos para uma ação focada na perspectiva de coleta seletiva e de catação de forma mais salubre, fora da frente de serviço através da ação coletiva, nos parece ainda remota, visto que tanto a COOPERGRAMACHO como a ACAMJG ainda não contam com um efetivo representativo dos catadores, pois a maioria ainda prefere desenvolver a atividade individualmente.

Neste sentido, acreditamos que seja ainda prematuro somente alicerçar o processo de organização dos catadores calcados na perspectiva do protagonismo da história, se ainda a construção identitária desta categoria encontra-se no início, além do que nos parece prudente pensar que necessitarão da participação de atores influentes para construir parcerias na promoção de diversos processos, como o educacional, o político, o cultural, o econômico, entre outros que possam alavancar a capacitação necessária, unindo a experiência acumulada por eles e as técnicas advindas do mundo globalizado, onde o avanço tecnológico é efervescente e, a cada dia, automatiza todas as tarefas antes processadas pelo ser humano.

Contamos com a contribuição de Milton Santos (2007) para compreender que entre a fala da liderança dos catadores e a realidade do território de jardim gramacho **há realmente um processo de distanciamento que por vezes não é entendido pela lógica da rotina de trabalho, pois os catadores estão acostumados a lidar com questões afeitas à relação estabelecida no próprio território de jardim gramacho**, onde o poder é estabelecido entre eles e os atravessadores. Há um fundamento na “esquizofrenia do lugar”, conforme afirma o autor:

É este o fundamento da esquizofrenia do lugar. Tal esquizofrenia se resolve a partir do fato de que cada pessoa, grupo, firma,

instituição realiza o mundo à sua maneira. A pessoa, o grupo, a firma, a instituição constituem o de dentro do lugar, com o qual se comunicam, sobretudo pela mediação da técnica e da produção propriamente dita, enquanto o mundo se dá para a pessoa, grupo, firma, instituição como *o de fora do lugar* e por intermédio de uma mediação política (SANTOS, 2007, p. 115).

Milton Santos (2007) complementa sua reflexão, enfocando que:

Uma filosofia banal começa por se instalar no espírito das pessoas com a descoberta autorizada pelo cotidiano, da não-autonomia das ações e dos seus resultados. Este é um dado comum a todas as pessoas, não importa a diferença de suas situações. Mas outra coisa é ultrapassar a descoberta da diferença e chegar à sua consciência (SANTOS, 2007, p. 115-116).

É nesse sentido que pensamos o que deve ocorrer com as lideranças dos catadores no território de jardim gramacho, visto que se faz necessário saírem do estado de “dentro do lugar” para irem para “fora do lugar” (SANTOS, 2006), com a finalidade de chegarem ao estado da consciência necessário para promoção da construção identitária, categoria que iremos tratar no próximo capítulo.

Ampliando as reflexões acerca da categoria território, encontramos ainda Milton Santos (2006) abordando a questão da territorialidade, pois para ele esta categoria vai para além da noção de espaço:

[...] territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS, 2006, p. 19).

Complementa a reflexão apontando que, ao adotarmos esta linha de raciocínio, temos que compreender a noção de “espaço territorial” enfocando que, independentemente de sua conceituação, este espaço está sempre em transformações sucessivas, embora os “termos da

equação” (SANTOS, 2006, p. 20) continuem os mesmos, conforme aponta:

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (SANTOS, 2006, p. 20).

Portanto, na divisão territorial desse espaço há dois lados: um do “trabalho vivo” nos lugares que compreendem a existência das pessoas e outro do “trabalho morto e dos naturais”, que envolvem o processo de regulação e os modos de organização social. Santos (2006) afirma que:

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização (SANTOS, 2006, p. 21).

Ele amplia sua reflexão a respeito da territorialidade apontando que o uso do território é marcado pela infraestrutura existente, que ele também chama de “sistemas de engenharia” (SANTOS, 2006, p.21), mas que vai além deste fato civil para o contexto da dinâmica econômica, política, educacional, cultural e social existente. Isto é, este processo se dá por conta de todas as dinâmicas implantadas e implementadas dentro do espaço geográfico, inclusive no que diz respeito ao processo de extensão da cidadania. Este fato se comprova com a fala do autor:

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a

distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (M. SANTOS, 1987; M.L. SILVEIRA, 1997) (SANTOS, 2006, p. 21).

Procuramos articular esta reflexão ao território de jardim gramacho e acreditamos que a territorialidade tem nos levado a pensar como serão estabelecidas as relações de trabalho para os catadores, uma vez que necessitam fortalecer o processo de organização em busca de promover não somente a retirada dos catadores da frente de serviço – face mais perversa da atividade de catação –, como também propor ao Poder Público a implantação da política pública de Coleta Seletiva, não existente na maioria dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Cada vez mais se fortalece outro ponto apontado por Milton Santos (2006) a respeito do povoamento do território, principalmente quando articulamos com a realidade econômica da catação em Gramacho, que a cada dia atrai quantitativo significativo de desempregados na esperança de sobreviverem das sobras, e isto se confirma quando Santos (2006) afirma que:

Outro dado indispensável ao entendimento das situações ora vigente é o estudo do povoamento, abordando, sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens. É também a história da fluidez do território, hoje balizada por um processo de aceleração (M. Santos, 1996). Com a instalação de um número cada vez maior de pessoas em um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território (SANTOS, 2006, p. 21).

Este dado abordado por Santos (2006) tem relação direta com o território de jardim gramacho que hoje abriga, segundo Diagnóstico Social do IBASE (2005), cerca de 40 mil habitantes, contando com cerca de somente 16 ruas asfaltadas e oficiais, pois há mais 32 ruas sem asfalto e ainda 16 ruas pertencentes às ocupações clandestinas mais recentes que ainda não foram registradas oficialmente pelo município de Duque de Caxias.

O autor finaliza suas reflexões enfocando que a territorialidade tem seu arcabouço tanto voltado para ações técnicas como para os objetos técnicos e nos insumos técnico-científicos que tendem a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares, mas para tanto se faz necessário o território condicionar a localização dos atores, movendo ações que sobre ele se operem.

Trazendo para o centro de nosso estudo estas reflexões, torna-se claro que o processo de organização e capacitação técnica dos catadores do território de jardim gramacho se evidencia como condição fundamental para eles se movimentarem e, com isto, manterem uma territorialidade capaz de cimentar a manutenção do trabalho que desenvolvem de forma salubre, não perigosa e penosa, e geradora de trabalho e renda para aqueles potencialmente capazes, isto é, para homens e mulheres na idade adulta que tenham plenas condições físicas, motoras e intelectuais para desenvolver o trabalho de coleta seletiva de materiais potencialmente recicláveis.

Ao trazer esta discussão acerca de território para o interior das reflexões na perspectiva social, encontramos Dirce Koga (2001) apontando a questão da categoria território imbricada com as categorias pobreza e exclusão social:

[...] como um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como a própria reforma fundiária, a reforma fiscal. Parto do pressuposto de que as políticas públicas, ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas apresentam fortes limitações no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania (KOGA, 2001, p. 14-15).

Complementa a autora, elucidando que, “(...) o território não se configurará como um simples ‘acidente de percurso’, mas efetivamente um sujeito em ação, onde a cidadania ganha vida ativa” (KOGA, 2001, p. 15).

A autora finca a posição de que este espaço é o lugar do

acontecimento não só de trabalho, mas também de garantia de direitos, fator que poderá nos auxiliar, visto que no caso do nosso estudo os catadores além de trabalharem no lugar, residem com seus familiares. Então se faz necessário o território ser dotado de bens e serviços colocados à disposição da população residente e necessitada.

Enfocamos esta questão tendo em vista que foi possível identificarmos que, do universo pesquisado (142 catadores de lixo), somente 24, (17%) são contemplados por benefícios sociais dos programas governamentais, pois os 118 restantes (83%) não têm garantias de direito previsto pela Política Pública de Assistência Social.

Ampliando algumas informações e confirmando os resultados da pesquisa do estudo, encontramos no Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE (2005) as seguintes questões:

Com relação a outras esferas de governo, a Federação das Associações de Moradores de Duque de Caxias (MUB), realizou no bairro o trabalho de cadastro do Bolsa Família, programa do governo federal, porém esbarrou na burocracia do programa diante da miséria e escassez de informações dos moradores locais. Para receber a bolsa, todas as crianças da família teriam que estar matriculadas na escola (em um local que não tem escola para todo mundo e a condução para outros bairros é precária) e estar com a vacinação em dia (tinha gente que nunca havia sido vacinada). Alguns não puderam nem se cadastrar, pois não tinham certidão de nascimento e, conseqüentemente, não tinham outros documentos. Das 400 pessoas cadastradas apenas 200 recebem hoje a bolsa (IBASE, 2005, p. 17).

Tendo como perspectiva a representação do conhecimento geográfico, Koga (2001) sustenta teoricamente as posições de Milton Santos (2000) para desenvolver sua análise a respeito de território e, valendo-se da contribuição do autor, elucida que a análise territorial deve ir além da cartografia. Apresentando conceitualmente o espaço como “sistema de objetos e sistemas de ações”, e afirmando que Milton Santos defende a dinâmica dos territórios e suas transformações, colocando em xeque os limites da representação cartográfica, como assinalam Câmara, Monteiro & Medeiros (2000) (KOGA, 2001, p. 16).

Complementa a reflexão enfocando que no Brasil, após a Constituição Federal de 1988, a descentralização político-

administrativa que propiciou a municipalização, embora tenha esta ênfase, necessita atualmente ser revista, principalmente no tocante às políticas públicas, visto que:

Apesar da existência de debate sobre as políticas públicas do Estado brasileiro, os municípios não têm sido submetidos a análises destas políticas sob o ponto de vista regional/local. Após a Constituição de 1988, com ênfase dispensada à descentralização e municipalização, faz-se necessária uma nova reflexão sobre o tema políticas públicas (KOGA, 2001, p. 16).

O que a autora quer relevar é a ausência do Estado nas ações que preveem garantias sociais, deixando por vezes a população sem respostas às suas necessidades. O que não é diferente no território de jardim gramacho que, segundo informação documental do IBASE, tem cerca de seis escolas oficiais do ensino fundamental e dois postos de saúde (IBASE, 2005), mas não são suficientes para o atendimento da população residente e usuária dos serviços públicos básicos.

Koga (2001) apresenta também como contribuição para nossa reflexão a questão da implementação da política pública a partir do território, enfocando que é necessário revisarmos o contexto histórico local até o cotidiano, indo então do universo cultural da população que vive ali até o universo cultural da população que vive no território cotidiano, para então entender como estas relações se estabelecem. A autora utiliza a fala de Milton Santos (2000) para complementar sua reflexão quando este enfoca que, “o homem não vê o universo a partir do universo, o homem vê o universo desde um lugar” (SANTOS apud KOGA, 2001, p. 20).

Este dado nos leva a pensar como o aterro foi instalado no bairro de Jardim Gramacho e de como as pessoas foram levadas à atividade de catação. Remetemos este dado para nosso estudo, onde podemos verificar que, do universo pesquisado, dois foram os grandes motivos que ocasionaram o ingresso e a permanência das pessoas na atividade de catação, sendo o de maior incidência o que estamos chamando de cultura familiar, atividade passada de geração em geração, seguido do contexto de desemprego. Se cruzarmos este dado com a referência de garantia de direitos, podemos verificar que grande parte dos catadores pesquisados não usufrui das políticas públicas locais, conforme já mencionamos anteriormente, e dos 17% que participam,

somente 13% são contemplados pelo Programa Bolsa Família, que é de transferência de renda direta do governo federal, enquanto que os 87% deste pequeno grupo atendido é contemplado pelo programa estadual Bolsa Cidadão.

Koga (2001) apresenta a dimensão territorial enfocando que serve também para nos fornecer elementos que nos permitem ter uma perspectiva de “totalidade da questão social”, isto porque:

[...] trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência esta relação dinâmica se contrapõe à corriqueira e simplista noção de necessitados ou carentes como comumente se referem às políticas direcionadas aos pobres, que os destitui da condição de sujeito (KOGA, 2001, p. 33).

Complementando esta reflexão, Koga (2001) elucida que as questões afeitas ao território não são medidas pelos dados objetivos, mas também pelas subjetividades que se concretizam nos momentos de sofrimentos, expectativas, anseios, desejos entre outros.

A autora discorre acerca do lugar social e do território, elucidando que “(...) espaços concretos de vivência podem significar também uma imersão na história do lugar onde se vive e dos sujeitos construtores” (KOGA, 2001, p. 33).

Aproveita para apontar o que Milton Santos (2000) aborda a respeito do conteúdo do território, enfocando que o autor versa sobre a existência de uma tecnosfera e uma psicofera, definidas a seguir:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio, e desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes; porém, desde que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla e mais complexa (SANTOS apud KOGA, 2001, p. 45-46).

Koga (2001) se apropria da fala de Santos (2000) e informa que o autor discorre a respeito destes dois conceitos, e enfatiza que são de esferas redutíveis uma à outra: “a tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicofera é a esfera da ação [...], assim cada lugar, cada subespaço, tanto se define por sua existência corpórea quanto por sua existência relacional” (KOGA, 2001, p. 46 apud SANTOS, 1997b: 204-205).

A autora afirma que, por este espaço ser relacional, isso o torna efervescente de mudanças, de movimentos e ação, fazendo assim a vida no território. É este movimento que acreditamos acontecer no território de jardim gramacho, quando identificamos os catadores no seu movimento de trabalho e de organização.

Utiliza também nesta análise o conceito de “homens lentos”, criado por Milton Santos (2000), para adjetivar os pobres que conseguem criar novas formas de se relacionar e de organizar suas vidas nos lugares mais “opacos da cidade” (SANTOS apud KOGA, 2001, p. 46).

Transferimos esta reflexão efetuada pela autora para o território de jardim gramacho, pois apesar de os catadores conviverem com o insalubre, o penoso e perverso contexto da catação e da própria favelização promovida no entorno do aterro, conseguem sonhar e propor um mundo melhor, devido a inventarem e reinventarem formas para tocar suas vidas sem rancores e com muito otimismo; e este dado se comprova na fala da catadora Glória Cristina dos Santos, uma das lideranças dos catadores no território de jardim gramacho, quando em entrevista realizada em nossa pesquisa fala a respeito das estratégias de organização da categoria:

Bom, nós já realizamos dois encontros em parceria com a Cooperativa, encontros da Baixada Fluminense de Catadores, realizamos Catando Beleza. Já realizamos uma série de eventos, visando promover a autoestima. Dizer que existe a categoria e que eles podem se organizar. De concreto, a gente também tem várias ações de documentação para os catadores, porque sem documento não dá para organizar ninguém. Então, já conseguimos parceria com a prefeitura, com algumas secretarias, visando regulamentar a situação dos catadores para facilitar o processo de organização. Fizemos parceria com o Polo de Reciclagem para organizar a venda e dar um aumento real para os catadores. A gente tem um grupo que está representando a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) perante o

Fórum Municipal, e também no Estadual de Lixo e Cidadania. A ACAMJG tem um assento no Conselho de Meio Ambiente para discutir a categoria e a implantação de Coleta Seletiva no Município e diversas outras ações que realizamos com várias parcerias visando a implantação da Coleta Seletiva no município de Duque de Caxias e no Estado do Rio de Janeiro (Gloria Cristina dos Santos entrevista em 21/05/2007).

A fala de Glória Cristina representa, a nosso ver, o crédito e a confiança empregada por ela na perspectiva de mudança e de organização da categoria, pois abre o contexto da formação de parcerias, trata do assunto documentação como um dos direitos à cidadania e ponto de partida, e ainda elucida a questão da autoestima. Sendo assim, acreditamos ser esta uma das representantes da categoria catadores de materiais recicláveis e também dos “homens lentos”, por conseguir criar novas formas de relacionamento e de organização da vida em território, embora o acesso a bens e serviços não seja algo do privilégio na escala da garantia de direitos do cidadão, em um território opaco como Jardim Gramacho.

Neste sentido, agregamos outro conceito apresentado por Koga que acreditamos ter relação direta com nosso estudo, que é o conceito de “pedaço” (MAGNANI, 1997) . A autora analisa o conceito de Magnani (1997) enfocando que ele está ligado ao sentimento de “pertencimento” que cada um tem em relação ao lugar e, no caso dos catadores, este fato é muito importante. Embora percebamos que nem sempre as lideranças identificadas por eles tenham ascensão em ideias pertinentes à melhoria do trabalho, o sentido que o universo dá em relação à união para defender alguns princípios é visível, e isto ganha sustentação teórica em Magnani (2001) quando elucida que:

A compreensão das tramas que se tecem no cotidiano pode revelar um mundo desconhecido pelos diagnósticos normais de apreensão da realidade; nuanças que os dados objetivos não costumam prever em seus questionários. A trama da exclusão/inclusão social também passa por este caminho, onde a organização interna do ‘pedaço’ tem seu significado para as populações que ali residem, que por ali transitam (KOGA, 2001 apud MAGNANI, 1997, p. 48).

Koga (2001) complementa enfocando que a identidade na análise de Magnani (1997) é atrelada ao sentido de pertença que as pessoas têm e com isto a autora diz que:

Na análise de Magnani, a identidade relacionada ao pertencimento ao ‘pedaço’ produz significados diferentes à própria questão social, por exemplo, quanto à pessoa desempregada: ‘no pedaço, porém o fato de alguém estar desempregado não significa que deixa de ser filho de fulano, irmão de sicrano, colega ou ‘chegado’ a beltrano; se não puder pagar o seu ‘me’ sempre haverá quem se disponha a fazê-lo’ (MAGNANI apud KOGA, 2001, p. 48).

Podemos ainda elucidar que o sentido de “pedaço” conceituado por Magnani (1997) tem relação com o que Milton Santos (2000) vem categorizando de territorialidade, pois tanto para um quanto para outro o sentimento que liga as pessoas está voltado para o sentido de pertença existente, ou seja, a identificação que uma pessoa tem com a outra que permite demarcar o pedaço ou a territorialidade local.

É exatamente o que ocorre no território de jardim gramacho, e podemos exemplificar através da fala do catador Sebastião Carlos dos Santos, quando o mesmo apresenta quais as estratégias que vem utilizando para propor os primeiros passos de organização dos catadores:

Nossa estratégia já vem há algum tempo traçada: primeiro a gente começou mais pela questão de festa só para reunir os catadores, que foi no dia do catador. Acho que este negócio também é importante de comemorar a categoria; o dia 10 de dezembro é o dia do catador, e daí a gente foi idealizando outros processos, desde a discussão da identidade como categoria, o processo de organização que a gente discutiu nos dois encontros, onde as pautas não foram muito diferentes nem as palestras, até porque ainda tem que se discutir mais a questão da identidade como categoria, essa formação como categoria, o que esta categoria quer enquanto categoria de trabalhador. Então, a ACAMJG tem batido muito nesta tecla, a questão de criar a identidade dos catadores, discutir mesmo profundamente com quem trabalha no dia a dia com os catadores e com outras pessoas que discuti o tema, tentando juntar a prática com a teoria deste universo que é muito complexo, que é uma categoria que existe já um bom tempo, mas que só agora toma

o pensamento de que é uma categoria pela questão do próprio desenvolvimento da reciclagem no mundo, não só no país. Então, assim a Associação está numa de discutir a nossa categoria, este é um propósito agora criar a identidade de que o catador como um profissional da área da reciclagem; este tem sido o papel da Associação: gerar encontros e momentos para discutir este processo (Entrevista em 21/05/2007).

Fica nítido aqui o sentido de pedaço e também da territorialidade embutida, visto que ele enfoca que deram início ao processo de organização a partir da comemoração do “Dia do Catador”, isto é, a festa foi uma forma de aproximação dos iguais. Neste momento, seja ele catador de lixo ou catador de materiais recicláveis, são todos iguais no “pedaço”, em busca dos mesmos ideais, mesmo que alguns não tenham “consciência” do que está realmente ocorrendo.

Outro ponto abordado por Sebastião e considerado importante é o aspecto da identidade: mesmo sem maior conhecimento técnico a respeito dessa construção, ele sabe que esse processo é importante para alavancar a organização da categoria, o que para nós fica claro com a demarcação do sentimento de pertença com o grupo e a perspectiva da territorialidade, pois vai para além do acontecimento presente, devido ter ligação com o destino e com a construção do futuro, condição que, segundo Milton Santos (2000) , somente é “privilégio do homem dentre os seres vivos”.

Dirce Koga (2001) sustenta, ao analisar esta posição, que neste contexto de pedaço existem regulamentos estabelecidos, portanto é importante que sejam levadas em conta as seguinte questões:

[...] a regras de convivência estabelecidas e consagradas nos ‘pedaços’ que significam, muitas vezes, solidariedade nas necessidades, segurança contra riscos sociais, enfim, relações que não se resumem apenas ao âmbito da família nuclear, mas se estendem a outros parentescos, ‘conterrâneos’, vizinhos. Em meio a situações de carências conjugadas com as de ausência de recursos públicos, estas redes de solidariedade costumam funcionar eficazmente nestes territórios excluídos (KOGA, 2001, p. 48).

Neste sentido, são diversos elementos em jogo no território de jardim gramacho que nos permitem entender como as relações se

estabelecem e quais os caminhos a serem percorridos na perspectiva de nos remeter ao processo de criação de redes de solidariedade e nível de consciência, capaz de inverter o jogo de ausências em reivindicações da presença de garantias de direitos.

A nossa afirmação ganha sustentação a partir da fala de Koga (2001) quando enfatiza qual é o tipo de olhar que devemos ter a respeito do território:

Assim, o olhar sobre o território é relacional, pois diz respeito à própria dinâmica do cotidiano que ultrapassa os limites geográficos, cartográficos ou comunais, no sentido restrito do termo. Tendo em vista o forte traço relacional da sociedade brasileira, onde a perspectiva territorial pode ganhar um viés de comunidade simplesmente convivial e o local podem significar sinônimo de redução ao exercício de cidadania, é preciso estabelecer a distinção entre a dimensão territorial e a dimensão comunitária (KOGA, 2001, p. 49-50).

Antes de comentarmos a fala da autora, consideramos prudente esclarecer que apesar de reconhecermos a importância do conceito de comunidade apresentado no estudo de Koga (2001) e comentado por outros autores, para fins de nosso estudo, não iremos aprofundar esta categoria.

Sendo assim, ao situar a questão de comunidade, a autora faz um levantamento acerca do conceito e cita Boaventura de Souza Santos (2000), sinalizando que o autor apresenta quatro “constelações de relações sociais” existentes e aplicadas à sociedade, tanto as que conceitua de nacionais como as subnacionais, e também as transnacionais: “o espaço-tempo doméstico; o espaço-tempo da produção; o espaço-tempo da cidadania; e o espaço-tempo mundial” (BOAVENTURA apud KOGA, 2001, p. 57).

Prossegue enfocando que Boaventura define de “espaço-tempo da cidadania” como sendo o conceito de comunidade, devido a esse espaço ser composto pelas relações sociais entre o Estado.

É no espaço-tempo da cidadania que ele trabalha o conceito de comunidade, entendendo que tal constelação é ‘constituída pelas relações sociais entre o Estado e os cidadãos, e nele se gera uma forma de poder, de dominação, que estabelece a desigualdade

entre cidadãos e Estado e entre grupos e interesses politicamente organizados' (SANTOS apud KOGA, 2001, p. 57).

Finaliza sua reflexão a respeito das ações sociais no território e na comunidade afirmando que:

É nesta linha limítrofe estabelecida pela noção de comunidade enquanto garantia de proteção e solidariedade, e do território enquanto dimensão política do lugar, que se pode também vislumbrar processo de exclusão social. Em uma sociedade na qual predomina a lógica da desigualdade social, alguns são considerados parte incluída e outros estão fora desse território de inclusão, ou à parte ou literalmente apartada. A cidadania é legada somente para aqueles que fazem parte do que é considerado comunitário (KOGA, 2001, p. 57-58).

Enfim, ao agregarmos os conceitos aqui apontados por Milton Santos (2000) e Dirce Koga (2001), afirmamos que foi possível entendermos o que ocorre no território de jardim gramacho com mais clareza, tanto em relação ao atendimento das garantias de direitos dos catadores, quanto ao processo de organização dos mesmos, embora consideremos que o fator do estigma e da identidade, categorias que iremos tratar a seguir, possa complementar a nossa compreensão. Compreendemos que no território de jardim gramacho predomina a lógica da desigualdade social, onde alguns estão incluídos mesmo que de forma perversa e outros estão excluídos do processo. Embora em determinados “pedaços” a pertença esteja presente, mas em outro momento, ou em outro “pedaço”, o que irá predominar é a regra da exclusão e do dinheiro global que domina o território.

2.3. Estigma e Identidade: fundamentos conceituais.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande –

algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Erving Goffman, *Estigma*, 1988.

Nossa atenção se voltará para o entendimento das categorias estigma e identidade, por considerarmos ser a base estrutural do estudo, tendo em vista ser o catador um trabalhador cuja tarefa por ele desempenhada é estereotipada, em razão de lidar com aquilo que é indesejável para a humanidade – o lixo, o rejeito, o refugo humano.

Selecionamos a leitura de Goffman (1988) para auxiliar nossa análise, entendendo a categoria estigma com a seguinte referência:

[...] atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos na América obrigam os seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconderem isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos (GOFFMAN, 1988, 13).

Goffman (1988) complementa a referência acerca da categoria estigma evidenciando que é na verdade um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, mas que ele propõe a modificação, enfocando que em parte há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Neste sentido, elucida que há três tipos de situações estigmatizantes nitidamente diferenciadas e informa que a primeira delas tem relação direta com as ‘abominações’ do corpo e cita como exemplo as deformidades físicas; o segundo tipo é apontado pelo autor sinalizando que são estigmas de caráter individual e dá como exemplo os distúrbios mentais, a prisão, o vício, o homossexualismo, o desemprego, e por último Goffman fala a respeito do estigma tribal que tem relação direta com a etnia, religião, nação e que ‘podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família’ (GOFFMAN, 1988, p. 14).

Com este sentido, afirmamos que os catadores de lixo no território de jardim gramacho são pessoas estigmatizadas e classificadas em duas tipologias, tendo em vista estarem adjetivadas pela sua condição individual devido a trabalharem com lixo e ainda porque a maioria é da raça negra, oriunda de família pobre, com baixo nível de escolaridade e, portanto, sendo pertencentes à categoria estigmatizada pelo tipo de “tribo”.

Diante desta reflexão feita por Goffman (1988), fica mais fácil entender como as autoridades formulam as políticas públicas, visto que traçam ações que são imaginadas por elas, pessoas normais, e que acreditam que esses trabalhadores diferentes, pela sua condição de pobreza, precisam aceitar esta lógica de organização à luz do que elas pensam. E é nesta direção que o autor afirma a atitude dos normais, enfocando que:

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a elas são bem conhecidos na medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 1988, p. 14-15).

Podemos elucidar que esta relação estigmatizante é presente no território de jardim gramacho, principalmente pelos profissionais que lidam rotineiramente com os catadores, visto que o juízo de valor emitido é a todo tempo focado na perspectiva deles, catadores de lixo, responderem às demandas como se já estivessem perfeitamente prontos para o mundo dos negócios, e quando este fato não ocorre com este propósito, eles são sempre rebaixados através da alegação de que não dominam a “lógica do capital”.

Por outro lado, são também classificados de “desorganizados” e “sem condições”, devido ao fato de não terem conseguido sair do estado de submissão do atravessador e que, por isso, não poderão gerar um

processo de autossustentabilidade após o encerramento das atividades de vazamento de lixo no Aterro Metropolitano de Gramacho.

Torna-se cotidiana a questão de estigma na relação com estes trabalhadores, e isto se comprova na fala de Goffman, quando ele aponta que “utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica sem pensar no seu significado original” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

O autor também chama atenção para outro ponto que consideramos ter relação direta com a questão acima apontada e que ele está denominando de identidade social virtual – que, na verdade, significa dizer aquilo que o outro acha que o indivíduo à sua frente deveria ser. Assim, as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas de demandas feitas “efetivamente”, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização “efetiva”. Além deste tipo de identidade, o autor enfoca que há também a identidade social real, que é aquilo que realmente a pessoa prova possuir.

Goffman (1988) complementa esta reflexão apontando que há outras diferenças entre a identidade social virtual e a real, elucidando que:

Observe-se que há outros tipos de discrepância entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que nos leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação. Observe-se, também, que nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo (GOFFMAN, 1988, p. 12-13).

Ainda abordando a questão relativa à identidade, o autor afirma que as pessoas, mesmo estigmatizadas, têm como ponto central relativo à construção identitária as mesmas crenças que qualquer “pessoa normal” (GOFFMAN, 1988, p.16), e, portanto não se sentem estigmatizados, como no caso dos catadores de lixo que, uma vez abordados na pesquisa para saber como eles se identificavam em

relação à atividade desenvolvida, a maioria (99) se consideraram guerreiros por sobreviverem das sobras; 28 se identificaram como pessoas felizes; e nenhum se considerou pessoa estigmatizada.

Este resultado nos leva a refletir sobre como estes sujeitos se identificam. Apesar de a natureza da atividade empurrar os catadores para o mundo do rejeito, da discriminação, eles ainda conseguem se ver como pessoas normais e até mais, pois valorizam as tarefas realizadas e se sentem guerreiros por encarar esse tipo de trabalho.

Sustentamos esta posição na fala de Goffman (1988) quando ele enfoca que na América atualmente os estigmatizados têm as mesmas crenças sobre identidades que os normais, a saber:

Na América atual, entretanto, os sistemas de honra separados parecem estar decadentes. O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma ‘pessoa normal’, um ser humano com qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. (Na realidade, não obstante a forma em que se expresse, ele baseia suas reivindicações não no que acredita seja devido a todas as pessoas, mas apenas a todas as pessoas de uma categoria social escolhida dentro da qual ele inquestionavelmente está incluído, como por exemplo, qualquer indivíduo de sua idade, sexo, profissão etc.) (GOFFMAN, 1988, p. 16).

Por outro lado, Goffman (1988) aponta que apesar deste foco de normalidade entre os estigmatizados, há também em outro ponto: “(...) a vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele” (GOFFMAN, 1988, p. 16-17).

Para exemplificar este fator estigmatizante, que também é questão transversal no território de jardim gramacho, trazemos outro resultado da pesquisa, demonstrando que apesar de as pessoas se identificarem como qualquer outro trabalhador sem discriminações e estereótipos, quando perguntamos o que elas querem em suas vidas, a maioria informa que deseja mudar tudo em sua vida, e esta resposta tem relação com aquilo que Goffman (1988) conceituou de vergonha como possibilidade central, e

também como atributo impuro que, no caso do catador, é o trabalho informal sem vínculo empregatício e, portanto, estigmatizado pela sua condição.

Quanto à questão do atributo impuro e da vergonha, nos deparamos com as seguintes respostas dadas pelos catadores quando perguntados o que queriam mudar nas suas vidas: 48% responderam que o maior desejo de mudança está voltado para um trabalho de carteira assinada; seguido de 17% dos que revelaram ter interesse em abrir um comércio como forma de ampliar os ganhos, no entanto, sem sair do território; 13% optaram por arrumar outro tipo de atividade para melhorar a vida dos filhos, fator que podemos considerar como uma perspectiva de romper com o estigma e buscar acesso à cidadania para eles; e 8% desejam sair do território de jardim gramacho, entre outros interesses.

Embora o desejo dos catadores seja arrumar um trabalho de carteira assinada, não temos dados suficientes para afirmar que, mesmo conseguindo, eles realmente deixarão definitivamente a atividade, pois o que temos visto ao longo do trabalho com os catadores é que mesmo indo buscar outra oportunidade fora, eles voltam nos finais de semana para complementar a renda e procuram o Serviço Social para justificar as ausências no meio da semana.

Outra contribuição importante na análise de Goffman (1988) é o fato que o autor chama a atenção para a predisposição desses trabalhadores à “vitimização”, chegando-se ao extremo para romper com os estigmas, e dá como exemplo a seguinte questão:

Quer se trate uma técnica prática ou de fraude, a pesquisa, frequentemente secreta, dela resultante, revela de maneira específica, os extremos a que os estigmatizados estão dispostos a chegar e, portanto, a angústia da situação que os leva a tais extremos...

O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito (GOFFMAN, 1988, p. 19).

A exemplo deste fato, verificamos na mídia a veiculação de reportagens que demonstram surpresa quando um catador ou uma catadora consegue manter sua casa e família e, além disso, possui os

mesmos eletrodomésticos que qualquer pessoa “normal” tem, como se isso fosse algo inviável na vida desses trabalhadores. Este dado não nos surpreende, pois a grande maioria dos catadores pesquisados tem casa e família, embora seja uma realidade distante da realidade admitida pelos “normais”.

Como comprovação da questão levantada acima, apresentaremos uma reportagem da revista *Carta Capital*, publicada em 26 de setembro de 2007, sob o título “Reféns do lixo”:

Entre os homens que se disfarçam de ratos e extraem do aterro a sobrevivência há histórias de vida inimagináveis para quem não conhece o lixo. ‘Nossa pesquisa qualitativa identificou desde anal-fabetos até quem cata lixo à noite e faz faculdade particular de dia. Engana-se quem pensa que o catador ganha pouco’, revela Honorato, que detectou renda média em torno de 2 mil reais (CARTA CAPITAL, 2007, p. 15).

Este fato se deve também ao que Goffman (1988) conceituou de identidade pessoal, que não requer relação de aproximação entre os chamados normais e os estigmatizados conforme ele aponta:

Há uma idéia popular de que embora contatos pessoais entre estranhos estejam particularmente sujeitos a respostas estereotípicas, na medida em que as pessoas relacionam-se mais intimamente essa aproximação categórica cede, pouco a pouco, à simpatia, compreensão e à avaliação realística de qualidades pessoais (GOFFMAN, 1988, p.61).

Diante do que foi levantado, evidenciamos que em nosso caso, particularmente, a identidade aqui tratada, embora seja estigmatizante, versará sobre a forma como um grupo de trabalhadores em situação discriminada pela sociedade consegue construir um espaço que supera as expectativas daqueles tidos como “normais” em seus padrões de vida e identidade tanto pessoal como ocupacional.

Outro ponto abordado por Goffman (1988) que consideramos relevante para nossa análise e que tem articulação com o que ele aponta a respeito do nível de tolerância, ou até mesmo pelo que conceituou de “proteção semelhante”, é o fato da aceitação que os normais acabam tendo quando se relacionam diretamente com

os estigmatizados. Nesta perspectiva, devemos atentar para a não naturalização e banalização de alguns procedimentos adotados pelos catadores em face de aproximação existente, tais como concordar com a falta de compromisso em alguns momentos, por entender que eles foram acostumados a viver assim, aceitar que se alimentem de produtos advindos do lixo porque nunca fez mal, entre outras práticas exercidas por eles ao longo do tempo.

Sendo assim, vamos considerar como ponto de partida para o processo identitário dos catadores, além do processo estigmatizante, outros componentes sociais, políticos e culturais que nos auxiliarão na montagem do quadro de referência.

Pontuando a questão da identidade, encontramos Anthony Giddens (2002) referindo-se ao tema, no entanto focando sua construção a partir do mundo globalizado promovido pela modernidade, que acaba produzindo mecanismos de autoidentidade, que segundo o autor são:

[...] constituídos pelas instituições da modernidade, mas que também as constituem. O eu não é uma entidade passiva, determinada por influências externas; ao forjar suas auto-identidades, independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações (GIDDENS, 2002, p. 9).

Complementa sua reflexão elucidando que a vida social moderna é permeada por intensos processos de reorganização do tempo e do espaço associado ao que ele conceitua de desencaixe, ou seja, para Giddens (2002) são “múltiplas fontes de autoridade, muitas vezes contestadas internamente e divergentes em suas implicações”. Amplia esta reflexão elucidando que, nas situações que ele caracteriza como “modernidade alta” ou “tardia” – nosso mundo de hoje – o eu, como os contextos institucionais mais amplos em que existe, tem que ser construído reflexivamente. Mas essa tarefa deve ser realizada em meio a uma enigmática diversidade de opções e possibilidades (GIDDENS, 2002, p. 10-11).

Giddens (2002) ainda pontua a questão que envolve as circunstâncias de incerteza e de múltiplas escolhas, pois para ele esse contexto da modernidade é constituído pela “cultura do risco”, sendo assim o que deve estar em destaque é a confiança, conceituada por ele

como “um meio de interação com os sistemas abstratos que esvaziam a vida cotidiana de seu conteúdo tradicional ao mesmo tempo em que constroem influências globalizantes. A confiança gera aquele ‘salto de fé’ que o envolvimento prático demanda” (GIDDENS, 2002, p. 11).

O autor procura desdobrar sua análise, enfocando que além da modernidade existe também a “alta modernidade”, outro fator de risco, tendo em vista que para Giddens (2002) é um processo “apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar” (GIDDENS, 2002, p. 12).

Elucida que a “alta modernidade” traz em seu bojo um avanço tecnológico, onde a velocidade no acesso às informações desempenha papel central na vida social das pessoas, e, portanto, tem influência direta tanto na autoidentidade quanto na organização das relações sociais. Giddens (2002) afirma que:

O ‘mundo’ em que agora vivemos, assim, é, em certos aspectos profundos, muito diferente daquele habitado pelos homens em períodos anteriores da história. É de muitas maneiras um mundo único, com um quadro de experiências unitário (por exemplo, em relação aos eixos básicos de tempo e espaço), mas ao mesmo tempo um mundo que cria novas formas de fragmentação e dispersão (GIDDENS, 2002, p.12).

Diante deste posicionamento o autor acredita que a autoidentidade se torna uma ação reflexivamente organizada, deixando o projeto reflexivo do eu com menos evidência, porque para Giddens (2002), na vida social moderna, os indivíduos precisam assumir um estilo de vida a partir da diversidade de opções, tendo em vista que:

Na vida social moderna, a noção de estilo de vida assume um significado particular. Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções. Certamente existem também influências padronizadoras – particularmente na forma da criação da mercadoria, pois a produção e a distribuição capitalistas são componentes centrais das instituições da modernidade (GIDDENS, 2002, p. 13).

Refletindo a partir da análise de Giddens (2002), percebemos que no território de jardim gramacho o catador de lixo estaria no patamar apontado por ele de “quase completamente excluído da possibilidade de escolher o estilo de vida” (GIDDENS, 2002, p.13), uma vez que a refletividade organizada ainda não se processou na realidade deles e a refletividade do eu, fator que consiste em manter “narrativas biográficas coerentes” continuamente revisadas, também não é algo elaborado no cotidiano desses trabalhadores. Sendo assim, a construção da autoidentidade na realidade dos catadores de lixo nos parece prejudicada, embora a alta modernidade esteja presente no dia a dia da vida social.

No sentido de nos aproximarmos de novos conceitos a respeito do processo de construção identitária, encontramos Stuart Hall (1997), falando a respeito de como se constroem as identidades, o que consideramos relevante para o tema em questão:

As identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais um produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriças, sem diferenciação interna (HALL, 1997, p. 109).

Podemos exemplificar esta reflexão do autor com a fala do catador Sebastião Carlos dos Santos que, em entrevista à revista *Carta Capital* afirma: “[...] ‘Dizem que o aterro é uma área de exclusão social. Discordo disso. Ali trabalham analfabetos, ex-presidiários e outros que, batendo de porta em porta, não conseguiram ganhar nem salário mínimo’, compara” (CARTA CAPITAL, 2007, p. 15).

Em face desta fala do catador, fica claro entendermos a posição de Stuart Hall (1997) quando este complementa o conceito, mostrando que acima de tudo as identidades são construídas:

[...] por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da

relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu exterior constitutivo, que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído (Derrida, 1981; Laclau, 1990; Butler, 1993). As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto. Toda identidade tem, à sua ‘margem’ um excesso, algo a mais (HALL, 1997, p. 110).

O autor prossegue sua reflexão enfatizando que o termo “identidade” é utilizado por ele para elucidar onde ocorre a junção entre os discursos e as práticas que estão no cotidiano, para que cada um assuma seu lugar e os processos produzidos de subjetividade que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 1997, 112).

O que podemos extrair desta reflexão é que, quando tratamos da questão identitária dos catadores, faz-se necessário identificarmos esta junção e a sutil passagem das lideranças dos catadores, tanto no momento em que estão envolvidas com o trabalho que possa garantir melhoria das condições de vida para todos, como no momento em que estão discutindo a formulação de política pública de coleta seletiva com o poder público, sem perder a identidade de catador.

Acreditamos que o perfil identitário desejável seja traçado por estas linhas, onde o ator envolvido não perca de vista seus objetivos, enquanto categoria de trabalhadores.

Sendo assim, esta nossa reflexão ganha sustentação com a seguinte análise de Hall (1997):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. ‘Têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’ (HALL, 1997, p. 108-109).

Encontramos Claude Dubar (2005) enfocando que em relação ao termo “identidade” há um ressurgimento, tanto do vocabulário como na linguagem corrente, mas o que não podemos esquecer é que “a identidade é produto das sucessivas socializações” (DUBAR, 2005, p. XXIV). E complementa:

Entre as múltiplas dimensões da identidade dos indivíduos, a dimensão profissional adquiriu uma importância particular. Por ter se tornado um bem raro, o emprego condiciona a construção das identidades sociais, por passar por mudanças impressionantes, o trabalho obriga a transformações identitárias delicadas; por acompanhar cada vez mais todas as modificações do trabalho e do emprego, a formação intervém nas dinâmicas identitárias por muito tempo além do período escolar (DUBAR, 2005, p. XXVI).

Apresenta ainda que a socialização é um processo de identificação de construção identitária, onde o sentimento de pertença e de relação está presente:

A socialização é, enfim, um processo de identificação, de construção de identidade, ou seja, de pertencimento e de relação. Socializar-se é assumir seu pertencimento a grupos (de pertencimento ou de referência), ou seja, assumir pessoalmente suas atitudes, a ponto de elas guiarem amplamente sua conduta sem que a própria pessoa se dê conta disso (id, p.32)^a. Percheron recorda uma aquisição essencial da antropologia cultural (cf. capítulo 2): o sinal decisivo de pertencimento ao grupo é a aquisição do que Sapir denominava ‘saber intuitivo’ (1967, t.1, p. 41) e que Halbwachs designava com a bela fórmula ‘começar a pensar com os outros’ (1950, p. 48). Esse saber implica a assunção, ao menos parcial, do passado, do presente e do projeto do grupo, ‘tais como são expressos no código simbólico comum que funda a relação entre seus membros’ (PERCHERON apud DUBAR, 2005, p. 24).

O autor aproveita para fazer uma revisão em torno da questão da socialização e sobre identidade, e complementa esta informação elucidando que do ponto de vista empírico a identidade se tornou complexa, devido a não existir uma identificação única das pessoas, isto porque, em primeiro lugar, há inúmeros grupos de pertencimento

ou de referência na vida das pessoas e ele então enfoca que se deve a ambivalência das identificações existentes entre o desejo que existe de as pessoas serem como as outras que podem ser aceitas pelos grupos aos quais já pertencem ou por aqueles aos quais querem pertencer. Neste sentido Dubar (2005) enfoca que:

[...] e o aprendizado da diferença, até mesmo da oposição com relação a esses grupos, a criança deve construir sua própria identidade por uma integração progressiva de suas diferentes identificações positivas e negativas. Como escrevia Lacan, ‘o eu é um objeto constituído como uma cebola; poderíamos descascá-lo e encontraríamos as identificações sucessivas que o constituiriam’ (953, 1981, p. 144) (DUBAR, 2005, p. 24).

Outro fator apresentado por Dubar (2005) que consideramos importante é o que ele conceitua de processo identitário relacional, visto que o autor atrelou a formação identitária profissional a etapas anteriores, inclusive ao sistema de trabalho. Ele elucida que para a realização do que está conceituando de “biografia de uma identidade profissional”, e, portanto, social, é necessário que as pessoas tenham em suas relações de trabalho participações em atividades coletivas voltadas para processos de organização, ou seja, elas devem atuar de uma maneira em representações que possam constituir o sentido de pertencimento coletivo, o sentido de grupo que acreditamos promover o processo de organização em termos profissionais.

Reforçando esta posição, Dubar (2005) elucida que essa perspectiva sobre a identidade nos conduz à definição que R. Sainsaulieu (1985) elabora: “maneira como os diferentes grupos no trabalho se identificam com os pares, com os chefes e com os outros grupos, a identidade no trabalho é fundada sobre representações coletivas distintas, construindo atores do sistema social empresarial” (1985, p. IX) (DUBAR, 2005, p. 151).

Diante disso, procura apresentar três dimensões identitárias, que são: a dimensão do campo de investimento “que permite distinguir os tipos que implicam em investimentos no trabalho”; a segunda relativa às normas; e a terceira que tem relação com os valores resultantes do trabalho – “econômico, estatutário, fusionais, negociadores e os afinitários” (DUBAR, 2005, p. 152).

E ainda apresenta quatro modelos associados ao trabalho que

são responsáveis pela formação identitária: distanciamento que tem relação direta com o valor econômico dominante, portanto o salário é elemento de união e de distanciamento entre as pessoas; o segundo está ligado ao modelo fusional que tem relação com valores de massa, as regras e o *status* ocupado; o terceiro está ligado ao modelo de negociação, que tem relação com normas democráticas; e o afinitário tem relação com os profissionais novos, os técnicos e o pessoal móvel.

Finaliza mostrando que a construção da identidade deve ter como foco o que ele denominou de espaço-tempo geracional, isto é, para Dubar (2005):

A identidade social não é ‘transmitida’ por uma geração à seguinte, cada geração a constrói, com base nas categorias e nas posições herdadas da geração precedente, mas também através das estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições pelas quais os indivíduos passam e que eles contribuem para transformar realmente. Essa construção identitária adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação, que conquistou uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição do status social (DUBAR, 2005, p. 156).

As contribuições de Bauman (2005) também nos auxiliaram no entendimento da questão. O autor parte do princípio que o “mundo globalizado expressa uma era líquido-moderna” e que, portanto a questão da identidade para ele tem relação direta com a atualidade. Sendo assim:

Aconteceu que, entre os vários problemas conhecidos como ‘minha identidade’, a nacionalidade ganhou uma proeminência particular. Eu compartilho essa sorte com milhões de refugiados e migrantes que o nosso mundo em rápido processo de globalização produz em escala bastante acelerada. Mas a descoberta de que a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único, é um aspecto que compartilho com um número muito maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era ‘líquido-moderna’ (BAUMAN, 2005, p. 18).

Bauman (2005) complementa a afirmação elucidando que acredita que:

As ‘identidades’ flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras são infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas e arestas ásperas parecem, menos grandioso os desafios e menos irritantes os efeitos. Pode-se até começar a sentir-se *chez soi*, ‘em casa’, em qualquer lugar – mas o preço a ser pago é a aceitação de que em lugar algum se vai estar total e plenamente em casa (BAUMAN, 2005, p. 19-20).

Acrescenta sua análise afirmando que neste mundo moderno e líquido a questão da identidade ao estilo antigo não tem funcionalidade, visto que tudo atualmente tem data de validade, sendo assim:

Com o mundo se movendo em alta velocidade e em constante aceleração, você não pode mais confiar na pretensa utilidade dessas estruturas de referência com base na sua suposta durabilidade (para não dizer atemporalidade!). Na verdade, você não confia nelas nem precisa delas. (...). No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam (BAUMAN, 2005, p. 33).

Bauman insiste no fato de que ter anseios por construir identidade significa buscar uma segurança e, portanto, torna-se desprovida do sentimento ambíguo, visto que, “(...) as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMAN, 2005, p. 35).

Acrescenta que a questão da individualidade promovida pela globalização faz com que as identidades se transformem em “bênçãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando se transforma no outro. Na maior parte do tempo, essas duas modalidades líquido-modernas de identidade coabitam, mesmo que localizadas em diferentes níveis de consciência” (BAUMAN, 2005, p. 38).

Finaliza chamando a atenção para o cuidado que devemos ter

com nossas identidades, não permitindo que se confronte com o supérfluo, o desnecessário, o mundo das sucatas:

[...] Não admira que o uso/consumo das relações humanas, e assim, por procuração, também de nossas identidades (nós nos identificamos em referência a pessoas com as quais nos relacionamos), se emparelhe, e rapidamente, com o padrão de uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluos (BAUMAN, 2005, p. 98).

Ao analisarmos as reflexões de Bauman (2005) a respeito da questão identitária, remetemos o pensamento para o território estigmatizante de Jardim Gramacho e acreditamos que se não forem fincados pilares estruturantes na linha da rede de solidariedade, as relações tendem a ser metamorfoseadas em meros espaços promovidos pela “era líquido-moderna”, onde tudo é fluído.

Encontramos também em Manuel Castells (2002), reflexões que julgamos nos auxiliar, visto que o autor enfoca que o processo de construção identitária requer que entendamos a distinção entre ele e o que os sociólogos chamam de papéis e/ou conjunto de papéis, e dá como exemplo o fato de ser mãe, trabalhador, vizinho etc., dizendo que estas relações são definidas por normas estabelecidas pelas organizações da sociedade e que a importância se torna relativa, tendo em vista o tipo de negociações e articulações acordadas entre as pessoas. Já a questão da identidade se constitui por “fontes de significado para os próprios atores, por eles originados e construídas por meio de individuação” (CASTELLS, 2002, p. 23).

Complementa o conceito enfatizando que existem três formas distintas do processo de construção identitária: identidade legitimadora, que, segundo Castells (2002), tem relação direta com as instituições dominantes da sociedade; identidade de resistência, “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação” (CASTELLS, 2002, p. 24); e a identidade de projeto, “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2005, p.24).

Acreditamos que a proposta que melhor convém no território

de jardim gramacho seja a construção da identidade de projeto, pois dará condições aos catadores de agregarem novos valores as suas vidas e promoverem a transformação necessária para saírem do estado de subalternidade, migrando para a condição de trabalhadores capazes e cidadãos de direitos.

Para tanto, Castells (2002) propõe a construção da sociedade em rede, ideia refutada por Milton Santos, pois ele acredita que este fator está centrado na verticalidade e, portanto, afasta alguns em detrimento de outros, mas o autor enfoca que:

(...) a dinâmica da identidade nesse contexto pode ser compreendida se comparada à caracterização de identidade elaborada por Giddens durante a ‘modernidade tardia’, um período histórico que, creio eu, reflete uma era que chega ao seu fim – com que absolutamente não pretendo sugerir que estejamos de algum modo chegando ao ‘fim da história’ postulado em algumas extravagâncias pós-modernas (CASTELLS, 2002, p. 26).

Complementa a afirmativa elucidando que:

(...) o surgimento da sociedade em rede traz à tona os processos de construção de identidade durante aquele período, induzindo assim novas formas de transformação social. Isso ocorre porque a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global, para a maioria dos indivíduos e grupos sociais (CASTELLS, 2002, p. 27).

Neste sentido acreditamos que no território estigmatizado de jardim gramacho, nesta abordagem de Castells (2002), que pode ser entrelaçada pela ideia de horizontalidade exposta por Milton Santos (2000), funcione, pois a partir das aproximações em uma perspectiva de rede solidária será criada uma linha de organização que levará o grupo ao real fortalecimento enquanto trabalhadores, inclusive no sentido de forçar politicamente o reconhecimento legal da categoria e então propor mudanças significativas no processo de trabalho.

Neste sentido, concordamos com Fonseca (2003) quando sustentada nas reflexões de Castells e apoiada em sua experiência:

O que se busca é conhecer as chamadas ‘redes sociais de solidariedade’ para, a partir delas, apoiar a construção de ‘identidades de projeto’, nas palavras de Castells, que ofereçam uma inserção socioeconômica mais justa e que garantam o efetivo exercício da cidadania. Porém, esta construção de ‘identidade cultural’, ao tocar o intangível, desprende o poder que normalmente fica represado pelas formas tradicionais de ‘identidades legitimadoras’ fazendo emergir no seio da comunidade antigos conteúdos de medos e ódios (FONSECA, 2003, p. 119).

Acreditamos que por meio da constituição da sociedade em rede no território de jardim gramacho poderão surgir novas redes, tais como aponta Fonseca em seu artigo, onde estas poderão ser familiares, religiosas, geográficas e de interesses compartilhados, sendo perfeitamente encaixadas na realidade do nosso estudo, tornando-se assim uma pista perfeita para auxiliar na promoção do processo de organização desses trabalhadores, além de um caminho para a formação da identidade dessa categoria, ainda não reconhecida, constituída de não cidadãos, conforme aponta Wanderley Guilherme dos Santos (1999).

3. Jardim Gramacho e “território de jardim gramacho”

3.1. O bairro Jardim Gramacho: o espaço geográfico.

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.

Milton Santos, 2007.

Para compreender a história do “território de jardim gramacho”, consideramos importante apresentar inicialmente o município de Duque de Caxias, circunscrição administrativa que abriga o bairro Jardim Gramacho.

Inúmeras são as obras que descrevem o contexto geográfico do município, mas selecionamos dois textos que consideramos apontar os elementos fundamentais para nossa análise. Então nos baseamos na dissertação de mestrado de Luiz Cláudio Moreira (2006) e no documento produzido pelo IBASE, 2005 denominado “Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho”.

Neste sentido, encontramos a informação de que o município de Duque de Caxias foi criado através do Decreto Estadual 1.055, de 31 de dezembro de 1943, tendo completado em dezembro de 2007, 65 anos de existência. Antes de sua emancipação, a localidade pertencia ao 8º distrito de Nova Iguaçu (IBASE, 2005, p. 5).

O município de Duque de Caxias encontra-se dividido por quatro distritos e 40 bairros oficiais e eles estão distribuídos da seguinte forma:

- no primeiro distrito, que é o de **Duque de Caxias**, localizam-se os bairros Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Bar dos Cavaleiros, Olavo Bilac e **Jardim Gramacho**;

- já no segundo, **Campos Elíseos**, encontram-se os bairros de Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácara Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo e Eldorado;

- no terceiro distrito, que é o de **Imbariê**, estão os bairros de Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra;

- por fim, no quarto distrito, **Xerém**, localizam-se os bairros de Xerém, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olimpo, Lamarão e Amapá. [**grifo nosso**], conforme Mapa 1, Anexo 7.5, p. 187.

Através do estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que Moreira (2006) cita em sua dissertação, Duque de Caxias está localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que também abriga os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (MOREIRA, 2007, p. 24).

Em relação à extensão geográfica, o município de Duque de Caxias totaliza a área de 468,3km², o que representa 10% de área ocupada da Região Metropolitana.

Quanto ao sistema viário e ferroviário de Duque de Caxias, informamos que está integrada à cidade do Rio de Janeiro dada a proximidade. Ainda em termos de sistema viário, no mês de março de 2008 deu-se o início das obras do Arco Rodoviário que intenciona ligar o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, até Itaboraí, que, no entanto, passará por Seropédica e por isso será construído um trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Registra-se no IBGE que em 2007 a contagem populacional do município de Duque de Caxias alcançou o quantitativo de 842.686 munícipes em uma área territorial de 465km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, segundo o IPEA, em 2000, foi de 0,753, ocupando assim a 52^a posição no Estado do Rio de Janeiro, isto porque a base para cálculo deste índice prende-se ao valor de quanto mais próximo de um for o IDH, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

Quanto à taxa média geométrica de crescimento, no espaço de tempo compreendido entre os anos de 1991 a 2000, foi de cerca de 1,7% ao ano, contra cerca de 1,2% na região e de 1,3% no estado.

Em relação ao processo de urbanização, registra-se o percentual correspondente a 99,6% da população, enquanto que na Região Metropolitana a referida taxa é de 99,5%.

No tocante aos domicílios, o município de Duque de Caxias tem um total de 256.422 habitações, com uma taxa de ocupação de 86%, no entanto destas existentes registra-se que 11% são de uso ocasional.

Em relação à raça e religião dos munícipes, registra-se que, por meio da declaração das pessoas, há um predomínio de afrodescendentes, o que representa 57,7% da população de catadores, contra 41% daqueles que se declaram brancos. Na religião há uma incidência de católicos, chegando ao percentual de 46%, o que é superior à soma das outras religiões declaradas.

Quanto à estrutura de serviços, o município de Duque de Caxias possui sete agências dos Correios e Telégrafos, 30 agências bancárias e 23 estabelecimentos da rede hoteleira.

No tocante à questão de acesso ao mundo cultural, o município conta com cinco cinemas, três teatros, um museu e duas bibliotecas.

Segundo o Ministério das Cidades, o município de Duque de Caxias apresenta o seguinte panorama no que se refere aos indicadores urbanos:

- Quanto ao abastecimento de água, o município tem 69% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 27,9% com acesso à água através de poço ou nascente e 2,7% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 90.000m³ por dia, dos quais 74% passam por tratamento convencional e o restante por simples cloração.
- No tocante à rede coletora de esgoto sanitário, somente 57,1% dos domicílios têm este serviço, pois 20,9% têm fossa séptica, 4,3% utilizam fossa rudimentar, 13,2% estão ligados a uma vala, e 3,5% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa e mar).
- Em relação à coleta regular de lixo, registra-se que 88,9% dos domicílios usufruem do serviço, pois 3,6% têm o lixo jogado em terrenos baldios ou em logradouros públicos, 6,8% colocam fogo. Isto porque a produção de resíduos diários no município chega à soma de 730 toneladas dia.

No que tange às atividades econômicas do município, Duque de Caxias, representa o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do país e o segundo em arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), isto porque concentra suas atividades nas indústrias e no comércio, além de abrigar uma das maiores refinarias de petróleo do Brasil, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), além do polo gás-químico, inaugurado em abril de 2005, que pretende gerar, em um período de cinco anos, cerca de 30 mil a 50 mil postos de trabalho, diretos e indiretos, na Baixada Fluminense.

Já em relação ao bairro de Jardim Gramacho, integrante do 1º distrito de Duque de Caxias, enfocamos que se encontra dividido por localidades que não podem ser conceituadas como sub-bairros em razão de não serem oficializadas pela prefeitura, mas estão divididas segundo documento Diagnóstico Social do IBASE da seguinte forma: COHAB (conjunto habitacional – primeira área loteada de Jardim Gramacho), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa, locais que já possuem infraestrutura urbana adequada à necessidade local. Por outro lado, o bairro tem ocupações recentes caracterizadas por bolsões de miséria, sem infraestrutura e, neste contexto, localizam-se a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário e a comunidade da Paz, ou Maruim, como é conhecida, onde as casas são construídas em cima do manguezal.

Quanto à questão populacional, Jardim Gramacho tem aproximadamente 40 mil habitantes, sendo que cerca de 50% dependem direta ou indiretamente da atividade econômica advinda da catação de lixo (IBASE, 2005, p. 10).

Em relação à presença de equipamentos sociais voltados para a educação formal no âmbito do governo do estado, o bairro tem a Escola Estadual Lara Vilela, de ensino fundamental, o CIEP 218 – Ministro Hermes de Lima – de ensino médio e fundamental, além de possuir uma turma de aceleração de jovens, projeto educacional que procura atender àqueles que não completaram o ensino em idade compatível. Também funciona um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Finalizando, há o Colégio Estadual Álvaro Negro Monte, de 5ª a 8ª série e ensino médio.

Quanto às escolas municipais, informamos que no bairro registra-se a instalação da Escola Municipal Jardim Gramacho e da Escola Municipal Mauro de Castro, que também tem em seu anexo uma

creche. No contexto comunitário contabiliza-se a Creche Comunitária e a Escola Comunitária Jardim Gramacho, que é apoiada pela Igreja Católica e pelo Portal do Crescimento. E as escolas particulares estão presentes com o maior quantitativo, chegando ao número estimado de 15 unidades. As de maior destaque são: Colégio Deco, Colégio ABC da Alegria, Casinha Feliz, Colégio da Penha.

Já no tocante aos equipamentos de saúde no bairro de Jardim Gramacho, existem sete postos do Programa de Saúde da Família, o Posto Municipal de Saúde Edina Siqueira Sales e um posto de saúde apoiado por políticos do local. Mas, no entanto, há registros que 15% do contingente de crianças residentes estão em risco nutricional, sendo que 12% com desnutrição grave (IBASE, 2005, p. 22).

Quanto à presença e/ou ausência de serviços públicos, bem como a qualidade destes, encontramos registrado no Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho a seguinte questão:

Com relação aos serviços públicos, em Jardim Gramacho destacam-se os serviços de saúde. As entrevistas realizadas ressaltam o esforço do secretário de Saúde, Oscar Berro, na implementação e ampliação do PSF visando atender a toda a população do bairro. A atuação do Posto de Saúde (da prefeitura) também é reconhecida, embora também vivencie momentos de escassez, funciona com a boa vontade e compromisso de seus profissionais.

No que diz respeito às escolas, os entrevistados reclamam do estado de conservação de algumas, da qualidade do ensino e do número de vagas oferecidas que está aquém da demanda local. No entanto, é importante ressaltar que não tivemos acesso, neste pré-diagnóstico, ao número de crianças em idade escolar residentes em Jardim Gramacho. Segundo as entrevistas realizadas, os vereadores eleitos com o apoio dos moradores locais possuem significativa força política na identificação e implementação de ações de desenvolvimento e melhoria do bairro (IBASE, 2005, p. 17).

No tocante ao processo organizacional em defesa do bairro e dos moradores em Jardim Gramacho, somente foi identificada a existência de uma associação de moradores legitimada, que é a do Parque Planetário, pois tem representantes eleitos e é inscrita na Federação das Associações de Moradores de Caxias (MUB). No entanto, segundo o Diagnóstico Social de Jardim Gramacho, a Associação não realiza

ações em conjunto com a federação e apenas recorrem a eles no período da eleição da diretoria da associação atual, tendo em vista a necessidade de legitimação do processo (IBASE, 2005, p. 24).

Registramos que embora não existam outras associações de moradores no bairro de Jardim Gramacho, após a realização do Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE, foi legitimada, em abril de 2006, a instalação de um Fórum Comunitário, composto por 26 instituições locais que têm quatro grupos de trabalho focados na Educação, Saúde, Convivência Comunitária e Trabalho e Renda – onde o Serviço Social do aterro se faz representar. Este fórum é apoiado pelo IBASE em parcerias com Furnas Centrais Elétricas através do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), e escolheu o bairro com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável. Após vários encontros visando traçar as metas em busca do desenvolvimento, foi inaugurada, precisamente no dia 20 de dezembro de 2007, uma sede própria que está aberta aos moradores para encontros e para diversas reuniões. Atualmente, ocorre, na última segunda-feira de cada mês, uma reunião com as instituições que constituem o fórum para refletir acerca dos avanços e retrocessos das ações comunitárias.

O Fórum Comunitário do Jardim Gramacho vem se desenvolvendo e, com o apoio do IBASE, apresentou na VI Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Salvador, em 2007, as seguintes questões ligadas à perspectiva de trabalho e renda para os catadores que em sua maioria são moradores do bairro:

O Fórum reivindica hoje a consolidação de um sistema de coleta seletiva com núcleos descentralizados no município de Duque de Caxias. Cada distrito terá um grupo de catadores realizando a coleta, responsável por levar o material reciclável para o Polo de Beneficiamento e Comercialização de Recicláveis, já em operação. 'É um sub-bairro com uma infinidade de bares e pensões. Esses bares vendem fundamentalmente para catadores. O fechamento do aterro afetará muitos moradores, que se deram conta do problema e da oportunidade de lutarem juntos' diz a assistente social do IBASE, Rita Brandão (EXPO BRASIL DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2007, p. 1).

Através deste pequeno desenho do bairro Jardim Gramacho, podemos enfatizar que ele expressa o que vem sendo apresentando no cenário de milhares de bairros brasileiros, ou seja, é mais um local periférico que revela uma grande desigualdade social atrelada a outros tipos de desigualdade, como a ambiental, por abrigar um dos maiores aterros de lixo da América Latina, o que coloca em debate os riscos ambientais aos quais a população residente e trabalhadora está exposta.

Este processo apresenta também uma contradição, visto que neste mundo de consumo, global, líquido-moderno etc., a produção de lixo é crescente e, se não existir espaço para sua destinação final e também a mão de obra de catação para minimizar os impactos, provavelmente seremos engolidos por uma avalanche de resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo) que produz uma imensa poluição ambiental, quiçá planetária.

Nossa afirmativa encontra sustentação quando a comparamos com algumas considerações expressas no Diagnóstico Social do IBASE, quando efetuam comentários a respeito do bairro e da população nele residente:

Na medida em que a população moradora está não só exposta aos riscos ambientais por viver nas proximidades de um aterro controlado, mais conhecido como ‘lixão’ – exposta à contração de doenças, à poeira, sujeira, entre outros –, mas também encontra sua fonte de sobrevivência na atividade de catação, se evidencia a crise social de desemprego e de injustiças (social e ambiental). Estas pessoas são trabalhadoras e, em sua maioria, anônimas e destituídas de qualquer direito – muitas não são registradas e não têm nem a certidão de nascimento, vivem em situação de total abandono, em condições precárias de infraestrutura. Poderia se dizer que são os **‘não cidadãos (ãs)’**. Paradoxalmente esta população vem dando uma grande contribuição para o circuito da reciclagem de materiais (coleta seletiva), para limpeza pública e ainda para a proteção de recursos naturais (IBASE, 2005, p. 30). [Grifo nosso].

Por fim sinalizamos que o bairro de Jardim Gramacho é permeado por todo o trajeto da rota do lixo e que, por mais que se tente desvinculá-lo da atividade de catação, torna-se quase impossível, visto que quase a totalidade do bairro tem sua vida ativa economicamente

em função da catação, esta nossa reflexão ganha sustentação a partir da seguinte análise:

Em 1978, quando a comunidade do distrito de Jardim Gramacho (Duque de Caxias – RJ) testemunhou a inauguração do que viria a ser o maior aterro sanitário da América Latina, houve preocupação e revolta. Quase 30 anos depois, o que preocupa agora é o rebatimento que a desativação do aterro, programada para este ano, terá sobre a vida de uma comunidade que aprendeu a conviver e viver das mais de dez toneladas de lixo despejadas a cada dia em Duque de Caxias. Contando com a desativação, representantes de 26 instituições locais, entre associações de catadores, igrejas, Ongs e grupos comunitários resolveram se unir e fundar o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho... (Expo Brasil Desenvolvimento local, 2007, p. 1).

3.2. A territorialidade dos catadores: olhando o amanhã

Eu acho que o papel do catador na cadeia do reciclado é dele começar tomar seu lugar como protagonista desta história, tomar esta posição diante da Coleta Seletiva. Acho que falta um papel de dizer sou catador e faço parte desta cadeia produtiva; falta o catador se organizar e buscar sua colocação que seria de produtividade, seria de separação e de recolhimento do material. E esse monte de processo que se dá na cadeia produtiva é que eu acho que é o papel do catador.

Sebastião Carlos dos Santos 06/06/2005.

Após abordar a questão do território de jardim gramacho como um dos eixos constitutivos do nosso estudo, trataremos do sentido de pertença que os catadores de lixo e também de catadores de materiais recicláveis têm em relação ao território e à tarefa por eles desempenhada. Este sentido pode ser entendido, conforme aponta Milton Santos (2000), pelo conceito de territorialidade.

Acreditamos que o sentido de pertença em reação ao território de jardim gramacho também está ligado à outra questão que consideramos importante, que é o valor financeiro dado ao lixo no mundo contemporâneo e global, até porque embora o catador e o rejeito sejam elementos constitutivos do planeta desde a era medieval, conforme

afirma Velloso (2004), a valorização do lixo enquanto mercadoria só começou a ganhar vulto no período industrial e este dado pode ser confirmado pela própria autora, quando evidencia em sua tese que:

A valorização do lixo começa a surgir no período industrial e amplia-se por causa da guerra. O lixo deveria ser transformado em dinheiro. Numa sociedade capitalista, geralmente só se atribui valor a coisas que podem gerar lucro. Este valor foi atribuído ao lixo, devido à possibilidade de sua transformação em matéria-prima. Assim, em 1896, os trapeiros iniciam suas atividades, intensificando-as a partir de 1918. Existiam dois tipos de trapeiros: o catador e o atacadista. O primeiro fazia a separação dos materiais encontrados no lixo e os enfiava para serem vendidos como matéria-prima. Ele era o ‘operário’, enquanto que o atacadista – ‘o atravessador’ – era o patrão. (VELLOSO, 2004. p. 28).

Diante do quadro apresentado e na busca de desvendar alguns pontos metamorfoseados a respeito da vida dos catadores e de seu trabalho, sinalizamos que se constituiu como uma das questões norteadoras da nossa investigação a seguinte pergunta: quem são os catadores do território de jardim gramacho? E ainda como um dos pressupostos, buscamos saber se: os catadores do território de jardim gramacho apresentam atitudes contraditórias em relação ao processo de trabalho que desenvolvem, ora reconhecendo seu valor, ora desqualificando-o, conforme aponta Paugam (2003), uma vez que têm pouca consciência sobre as etapas que configuram fora do espaço do vazamento de lixo.

Assim, com o intuito de confirmar ou refutar as questões levantadas na investigação, selecionamos alguns resultados apontados na pesquisa que possam auxiliar no desenho do perfil dos catadores de lixo, conceito que estamos utilizando para aqueles que ainda encontram-se desordenados na frente de serviço.

Ao contabilizarmos os dados de identificação pessoal dos trabalhadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, encontramos 87% do universo pesquisado constituído por catadores de lixo, devido à sua condição de trabalho no aterro centrar-se na frente de serviço, local a céu aberto destinado ao vazamento do lixo oriundo dos municípios que destinam resíduos no Aterro Metropolitano de Gramacho.

Da mesma forma, o nível de consciência de seu papel enquanto trabalhador ambiental encontra-se desfocado da atual realidade, isto

porque a maioria (cerca de 120 catadores dos 142 pesquisados) declarou não estar atrelada a nenhum tipo de organização da categoria e ainda desconhece o seu real papel na cadeia produtiva industrial. Dos catadores entrevistados somente nove informaram que estão conscientes de que seu trabalho tem relação direta com a preservação ambiental.

Estes dados podem nos levar ao entendimento de que a catação no território de jardim gramacho se reduz somente ao processo de sobrevivência, pois o valor ambiental que vem sendo dado ao trabalho desses profissionais ainda é algo distante da realidade deles, fator que nos remete a indagar quais são as perspectivas desses trabalhadores para o futuro, tendo em vista que se faz necessário propor melhores formas de realização da atividade de catação, uma vez que os estudos nos mostram a importância do papel do catador e da catação que vem acenando para melhores formas de a atividade se processar, por meio da coleta seletiva, onde o material já vem separado, oferecendo melhor condição de trabalho para o catador, conforme aponta Pólita Gonçalves (2003):

[...] no Brasil há coleta seletiva. Temos casos há mais de 10 anos, como os de Porto Alegre e Curitiba. Há diversos modelos respeitando a realidade local e trabalhando dentro de suas possibilidades de articulação. Em todas elas os catadores, organizados em cooperativas, estão envolvidos e encontraram nessa atividade o **caminho para viver do lixo, deixando de viver no lixo**. Os catadores compram o lixo separado na fonte, em articulações silenciosas com faxineiros e serventes e vendem para pequenos sucateiros e atravessadores (GONÇALVES, 2003, p. 93) [Grifo nosso].

Gonçalves (2003) prossegue sua reflexão complementando sua análise a respeito da importância do catador no contexto social, enfocando que:

Por outro lado, a municipalidade e a sociedade encontram no catador a solução para dois grandes problemas: o desvio da destinação em lixões e aterros controlados ou sanitários de resíduos recicláveis; e a diminuição da exclusão social, já que, com a catação, esses indivíduos, organizados ou não, invisíveis ou não, encontram uma renda e um lugar na sociedade (GONÇALVES, 2003, p. 93).

No território de jardim gramacho este fator torna-se preponderante, tendo em vista que o universo de catadores é constituído por adultos de ambos os sexos, com predominância do gênero masculino, atingindo 55% na atividade, cuja faixa-etária tem maior incidência entre as idades de 18 a 41 anos e, portanto, alcançando o percentual de 68%, seguido da faixa de idade entre 42 a 65 anos com o percentual de 34% e somente 4% têm idades superiores a 65 anos. Este fato nos leva a verificar que a grande maioria encontra-se em idade ativa para o trabalho, portanto, devendo objetivar melhores condições de vida e de trabalho em busca de qualidade de vida.

Foi possível também observar a questão da naturalidade dos catadores, isto é, grande parte é oriunda do Estado do Rio de Janeiro (65%), seguida do Estado de Minas Gerais, com 17%, acompanhado de um percentual de 11% oriundos da Região Nordeste. Este é outro ponto que devemos considerar, pois aqui a catação não se faz representar por pessoas que vieram de outras regiões em busca de trabalho na “cidade grande”, mas sim, de “filhos da metrópole”, que foram expulsos do mercado formal de trabalho, tendo então como fator o desemprego, percentual que atingiu na nossa pesquisa 27%, ou ainda por cultura familiar, termo que estamos usando para a prática de trabalho, passado de geração em geração, que atingiu 33% dentre os catadores abordados.

Quanto à escolarização, verificamos que a maioria teve acesso à escola, no entanto nem por isso concluiu o ciclo básico e/ou consegue ler e escrever com fluência. Complementando a análise, ressaltamos que daqueles catadores que tiveram pouco ou nenhum acesso aos bancos escolares, ficou evidenciado que somente 4% leem e escrevem com desenvoltura, pois 45% leem e escrevem com dificuldade e 51% não sabem ler e escrever.

Esta condição, por si só, já exclui grande parte das pessoas do acesso ao mercado formal de trabalho, tendo em vista que o mundo atual, global e flexível, exige um maior nível de especialização, portanto, a cada dia são expulsos do mercado formal de trabalho pessoas com nível de escolarização superior.

No tocante ao estado civil, os catadores de lixo apresentam o índice de 69% de constituição familiar através do que podemos conceituar de união estável, uma vez que não são oficialmente casados; 24% representam os solteiros; 3% são catadores separados; e 4% são viúvos.

Em relação ao número de filhos, a maior incidência recai na faixa compreendida entre dois a três filhos (42%), seguido de 40% daqueles que têm de quatro ou mais filhos, no entanto consideramos expressivo o percentual de 18% para aqueles catadores que têm apenas um filho e pode ser que este dado apareça em razão de grande parte ser constituída de pessoas jovens que estão iniciando a vida conjugal.

Quanto à moradia, a maioria (43%) reside no território de jardim gramacho, bairro onde o aterro se localiza, fator que pode ser o motivo da grande incidência de moradores, seguido de 42% de moradores dos demais bairros do próprio município de Duque de Caxias. Com isto, observa-se que a grande concentração domiciliar ocorre dentro da localidade, que na verdade se converte em um território fértil de possibilidades e também de limites para além do escopo do trabalho; visto que as pessoas além de defenderem o sustento, necessitam utilizar bens e serviços do local que nem sempre atende às demandas advindas da realidade da população, fator que aqui também é comprovado quando cruzamos o local da residência com o acesso dos catadores aos programas governamentais previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, conforme já sinalizamos anteriormente.

Sustentamos o acima demonstrado, calcado na fala de Koga (2001) quando sinaliza a atenção que merece ser dada ao território, pois os limites são bem maiores que as possibilidades em área cuja desigualdade e a injustiça social são presentes; portanto é necessário ficarmos atentos para não cometer enganos no trato com a questão, conforme a autora aponta:

Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas de políticas sociais, o território representa uma forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais.

É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações (KOGA, 2001, p. 47).

Prosseguindo a análise ainda focada na infraestrutura local, enfatizamos que quanto à questão de habitabilidade, os catadores na sua grande maioria, 75%, habitam em casas de alvenaria, enquanto os 25% restantes em barracos de madeira. Quanto ao acesso aos serviços públicos básicos, informamos que 99%, ou seja, quase a totalidade dos catadores utiliza energia elétrica mesmo que seja efetuada através de ligações clandestinas (“gato”), questão que extraímos das falas em entrevistas com os catadores, e apenas 1% necessita de velas e lampiões para iluminar os barracos. No entanto, mesmo as casas de alvenaria, a maioria delas localizadas no território de jardim gramacho, são habitações não legalizadas, por se situarem no entorno do Aterro Metropolitano e, portanto, nas falas dos entrevistados este dado aparecia, pois eles complementavam informando que a casa era de tijolo, mas em área invadida.

Em relação à água encanada, 77% usufruem do recebimento de água potável nas torneiras de casa, enquanto os 23% restantes dos catadores utilizam água de poço. Quanto ao saneamento básico, 70% são beneficiados enquanto os 30% restantes convivem com valas negras. Em relação à coleta de lixo regular, 80% informam que usufruem do serviço, mesmo que seja da colocação do resíduo em caçambas perto de casa, e os 20% restantes não têm acesso ao serviço.

Além da questão de infraestrutura, procuramos saber como os catadores constituem seu mobiliário básico em suas casas e, ao mesmo tempo, se têm acesso aos produtos eletroeletrônicos que possam proporcionar-lhes maior conforto, lazer e facilidades no dia a dia. Neste sentido foi possível saber que: 98% utilizam fogão a gás para preparo dos alimentos, 92% têm geladeira, 77% utilizam chuveiro elétrico, 58% têm ferro de passar roupas, 94% têm televisão, 91% têm ventilador, 85% têm rádio, somente 2% têm micro-ondas e 8% têm computador, fator que consideramos significativo, visto que quando foi perguntado ao catador o motivo da aquisição a resposta focou-se na importância de proporcionar mais facilidades e ampliar o acesso dos filhos ao mundo moderno, sinal que este pequeno segmento tem visão proativa em relação aos filhos, primando pela ampliação da possibilidade de acesso deles ao mercado formal de trabalho.

Foi possível também identificarmos que 70% dos catadores têm religião, pois os 30% restantes declararam não ter. Entre os que declararam ter, identificamos quais são as religiões de maior predomínio: 63% revelam ser católicos, 34% são protestantes, 2% são espíritas e 1% do grupo é messiânico.

Procuramos apurar na investigação como eles achavam que a sociedade encara o trabalho que eles desenvolvem, qual era o conhecimento da grande maioria acerca da cadeia produtiva de reciclagem e se eles se sentiam parte integrante do processo. Os catadores responderam com clareza que são sabedores que o trabalho desenvolvido é desvalorizado pela sociedade.

Quanto à cadeia produtiva industrial, a visão é muito reduzida e contraditória, pois a grande maioria, apesar de se considerar parte integrante e importante do processo, não sabe o que acontece com o material que é vendido, e só reconhece como outra parte integrante da cadeia produtiva o dono do depósito. Acreditamos que este fato se justifique porque, além de ser o profissional mais próximo da sua relação com a atividade, ele é também quem, mesmo de forma perversa, o remunera.

Diante do perfil apresentado dos catadores, começamos a levantar alguns fatores inerentes à construção do processo de territorialidade que Milton Santos (2004) aponta, visto que na realidade dos catadores de lixo faz-se necessário ocorrer um movimento que leve-os a pensar nos fatos existentes, mas levando em conta que precisam ser metamorfoseados em busca de um novo caminho e, sendo assim, acreditamos que a fala de Santos (2004) a respeito da territorialidade e a preocupação com o destino deva ser traduzida da seguinte forma:

Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história, seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há 'fatos'. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é (SANTOS, 2004, p. 15).

Os catadores têm condições e precisam criar um fato novo para a perpetuação do seu trabalho, pois já não cabe aceitarmos o garimpo de

lixo de forma insalubre, perversa e penosa, e cremos que o parâmetro para a tomada de decisão seja a descrição elaborada pelo Ministério do Trabalho em parceria, na época, com alguns catadores representantes, referente a quem são eles, às condições gerais do trabalho, às áreas da atividade, os recursos e quais são as competências profissionais:

5192-05 – **Catador de material reciclável** – Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).

Descrição sumária. Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Condições gerais de exercício.

O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.

Formação e experiência.

O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento aos seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.

Áreas de atividades.

Coletar material reciclável e reaproveitável, dar entrada no material, separar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho, trabalhar com segurança.

Competências pessoais.

Demonstrar prudência, paciência, organizar-se (associações, cooperativas), valorizar-se como profissional, demonstrar espírito de

prosperidade, educação, eficiência, agilidade (esperteza), sinceridade, honestidade, auto-organizar-se, criatividade, demonstrar perseverança, jogo de cintura, capacidade de atenção constante, demonstrar habilidade de puxar carroça e proteger-se contra a violência na rua. (Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/recursos.asp?codigo=5192> acesso em 19/08/2007).

Baseados nas informações, faremos uma abordagem tendo como foco principal as ações desenvolvidas pelos catadores da COOPERGRAMACHO e os catadores representantes da ACAMJG, analisando qual é o rebatimento no território de jardim gramacho, pois estes, a nosso ver, estão classificados como catadores de materiais recicláveis, em face do processo de organização no qual estão inseridos, aliado à forma de olharem o trabalho com foco na cadeia industrial produtiva.

Consubstanciadas nas falas dos autores e também no resultado de alguns pontos levantados na investigação, pretendemos aqui responder as seguintes questões:- que iniciativas os catadores do território de jardim gramacho têm efetivado na direção da construção de sua identidade e organização?

- o processo de organização dos catadores de materiais recicláveis ainda envolve uma minoria de trabalhadores, em decorrência das experiências que têm acumulado em suas histórias de vida (ausência de experiências de caráter coletivo) e das características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo?

Complementamos nossa análise a partir da fala de alguns sujeitos entrevistados na pesquisa e que representam a categoria:

A nossa estratégia de organização, é de estar buscando compradores fora do estado e já temos no Paraná e São Paulo; isto já é uma coisa da cadeia produtiva, significa outra visão de vender para fora do Jardim Gramacho, para outros lugares. O presidente na época, Paulo Gesteira, foi até o Paraná para ver como era feito o trabalho. Também ligamos, conversamos e negociamos muito pelo telefone e eu acho que esta foi a nossa estratégia (Ana Paula Serafim, entrevista 15/06/ 2007).

Como estratégia de mobilização e organização, nós temos com certeza a missão de estar conscientizando o catador de que a organização começa quando ele passa a entender que com mais

e melhor quantidade e qualidade de material ele coletar, melhor será o poder de barganha de negociar do catador, inclusive porque agora o movimento vai fazer valer o decreto federal e vai começar a trabalhar com o material selecionado na fonte e este é o principal foco da Associação (Alexandre Mariano, entrevista em 15/06/2007).

As falas dos representantes da categoria demonstram que estão no rumo do processo de organização; já os catadores abordados na pesquisa deixam evidente que muito embora eles não tenham muita clareza acerca da cadeia produtiva em razão de desconhecerem o processo industrial de reciclagem, sentem-se parte integrante do trabalho e expressaram conhecer a Associação de Catadores e alguns dos seus representantes, no entanto, a grande maioria não sabe qual é o seu real papel no território de jardim gramacho.

Com estes dados apontados, arriscamos afirmar que apesar de o grupo que está na ACAMJG e até mesmo na COOPERGRAMACHO já tenha avançado na perspectiva de reordenar as ações em prol da categoria, ainda há muito a ser realizado, visto que os catadores, em sua maioria dentro do território de jardim gramacho, não estão organizados suficientemente e passam a não ter clareza do processo de fortalecimento da categoria, assim como não são associados a organizações que possam facilitar a compreensão referente à importância do processo de organização e, conseqüentemente, de construção identitária.

Este dado ganha sustentação na própria fala do presidente da associação, o catador Sebastião Carlos dos Santos, quando perguntado a respeito do processo de organização e construção identitária do universo de catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho:

Sem demagogia, a ACAMJG vem tocando juntamente com parceiros, claro, mas ela, pela sua própria identidade, como nasceu a Associação, gosta de estar na frente de tudo mesmo, vem tocando o barco, tem tocado. O Movimento Estadual de Catadores não é o propósito discutir a identidade, mas é uma questão nossa discutir isto com outros parceiros, pois a questão do movimento **é mais ampla incluindo outros municípios, catadores de rua, catadores de lixões, catadores de aterro controlado. Então, assim discutindo a própria categoria, a ACAMJG, juntamente com outras pessoas, têm promovido reuniões até mesmo com a**

Fetralho para discutir a legitimidade, pois muita cooperativa só é no papel. E agora com o decreto, onde você não tem como reclamar porque você não atende o pré-requisito mínimo que é um CNPJ; e ser associação ou cooperativa registrada, discutir a importância de você estar organizado e se beneficiando deste próprio benefício, que foi nós mesmos que lutamos nestes sete anos que o movimento existe. Então, assim, agora está mais claro o rumo da economia solidária e os rumos das cooperativas de catadores daqui pra frente.

Percebemos que o Sebastião estava falando a respeito da ação do Movimento Estadual, que visa atender todos os catadores, não somente os do território de jardim gramacho. Então reforçamos a pergunta, centralizando nas ações com os catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho.

Então, o Sebastião respondeu que:

... ainda está faltando promover ações corpo a corpo no âmbito da mobilização mesmo, mas que acho que não está muito longe, até pelo fato de que venho batendo na tecla de se fazer uma marcha dos catadores... Acho que vamos ter que ir para a frente de serviço e dar uma de sindicalista mesmo, chamar a rapaziada para cumprir o seu papel e também entender e botar em cheque as ações, pra ver se realmente estamos mobilizando ou não, se o que a gente tem promovido, como encontros, algumas ações sociais juntamente com o Serviço Social do Aterro e com o próprio Fórum Comunitário que compõe no bairro. Mas eu acho que está faltando uma ação direta e do movimento enquanto sociedade civil, e acho que o momento é nesta marcha onde eu vou ter que, juntamente com meus companheiros, mobilizar a categoria. Esta é a importância do corpo a corpo, de você saber se realmente todas as ações que você tem feito tem mobilizado a categoria; se não, tem que rever e ser feito tudo de novo. (Parte da entrevista concedida pelo catador Sebastião Carlos, presidente da ACAMJG, em junho de 2007).3.2.

O garimpo de lixo: fonte de sobrevivência

Eu me considero um agente ambiental, porque senão tiver o catador não tem comprador, ninguém enriquece, não tem depósito, e também não vai ter indústria.

Maria Sandra da Silva, 2005.

Ao contextualizar a relação do catador com o mundo da reciclagem, pode-se afirmar que apesar do repúdio da sociedade e da pouca valorização dada a esse profissional, é ele que separa os restos, aquilo que não se quer, denominado lixo, e os recoloca na cadeia industrial de reciclagem para geração de novos produtos e/ou reutiliza dando novo valor material ao que era rejeitado.

Trazendo esta análise para os dias atuais, verifica-se que o aproveitamento da matéria-prima é uma atividade rentável, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, conforme assinala Mota (2005) quando elucida que a indústria de reciclagem, ao utilizar os resíduos sólidos como matéria-prima, considera isto uma grande vantagem, e, portanto, nos estudos econômicos há uma indicação da utilização desse produto como insumo significativo para a redução de gastos na produção, além da redução ambiental.

Desta forma, Adriana Mota (2005) aponta também que existe, além dos benefícios econômicos, outras ações, a saber:

Para além dos benefícios econômicos, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos podem gerar impacto na imagem das empresas que trabalham com esses materiais. Se na década passada poucos consumidores e consumidoras se sentiam atraídos por produtos reciclados, hoje o mercado para os reciclados cresce a olhos vistos. Várias marcas e empresas que tinham receio de ver seus produtos atrelados ao conceito de reciclagem hoje investem pesado na propaganda dessas qualidades, ressaltando seu ‘compromisso ambiental’ e com o ‘desenvolvimento auto-sustentável’. Uma ampla gama de empresas nacionais e internacionais busca se beneficiar com a reciclagem, não apenas por meio da economia que a utilização de resíduos sólidos como matéria-prima pode proporcionar, mas também investindo pesado na propaganda e na imagem de uma empresa ‘ecorresponsável’ (MOTA, 2005. p. 5).

Tomando como base os aspectos acima assinalados, sentimos a necessidade de apontar uma das contradições existentes nesse processo, visto que se verifica que, apesar do avanço em termos da reciclagem, o Brasil, segundo o IBGE (2000), ainda adota como forma de tratar e destinar os resíduos sólidos (lixo), ações rudimentares, pois a coleta é destinada de maneira ambientalmente correta, em aterros sanitários, somente no percentual de 13%. Em aterros controlados, 17%; enquanto 59% são destinados indevidamente nos lixões.

Observa-se que este dado, além de provocar prejuízo ao meio ambiente, tem um rebatimento significativo na atividade de catação, uma vez que a maioria dos catadores desenvolve a tarefa em lixões, aterros controlados e nas ruas, e a forma de obter o material para o seu sustento é garimpando de saco em saco, o que faz a atividade se tornar cada vez mais insalubre, perigosa e penosa.

A cada dia torna-se fundamental e de grande relevância a luta pela Coleta Seletiva, enquanto Política Pública a ser adotada no contexto nacional, pois Mota (2005) afirma que:

Entre as técnicas utilizadas para a destinação dos resíduos sólidos, uma em especial merece nossa consideração: a coleta seletiva.

A coleta seletiva é aquela que recolhe somente os materiais recicláveis, aqueles que podem ser utilizados como matéria-prima na indústria da reciclagem. Papéis, vidros, plásticos, materiais ferrosos, alumínio e outros tipos de resíduos que seriam enterrados em aterros sanitários ou jogados em lixões, ganham uma nova vida, deixam de ser lixo e viram matérias-primas. Com a coleta seletiva, o resíduo que era lixo, que estava desorganizado e misturado, passa a ser organizado, selecionado, vira matéria-prima... (MOTA, 2005, p. 4).

Comungamos das mesmas argumentações elaboradas por Mota (2005) quanto à consideração que se deve ter para com a coleta seletiva, e aproveitamos para remeter esta contextualização ao universo pesquisado – Aterro Metropolitano de Gramacho – que, muito embora seja considerado um dos maiores da América Latina, ainda é classificado como aterro controlado, local destinado ao vazamento de resíduos sólidos, lixo, que apesar de atender aos requisitos ambientais de tratamento do chorume e canalização do gás metano produzido, tem pessoas na frente de serviço.

Chamamos atenção para o fato de que não há no município de Duque de Caxias, onde o aterro se localiza, e nos demais municípios que o utilizam para vazamento de resíduos, uma política pública focada para a coleta seletiva que possa retirar os catadores da frente de serviço do aterro e encaminhá-los para atividade porta a porta ou até mesmo como vem sendo discutido em algumas cidades brasileiras, de eles se tornarem parceiros das prefeituras na prestação de serviços de coleta e limpeza urbana, entre outras atividades na área de destinação de resíduos, conforme sinaliza Mota (2005):

(...) a proposta é a inclusão desses (as) trabalhadores (as), por meio de sua participação não apenas como prestadores (as) de serviços na coleta seletiva, mas também como co-gestores (as) da política de resíduos sólidos. Para levar adiante essa segunda proposta, catadores e catadoras devem se organizar, buscar parceiras e apoios, capacitar e profissionalizar as cooperativas e associações (MOTA, 2005, p. 7).

Embora haja propostas avançadas e legislações tanto na esfera federal – Decreto 5.940/2006, como na estadual – Decreto 40.645/2007, determinando a Coleta Seletiva Solidária como uma das possibilidades de inclusão dos catadores, chamamos atenção para o fato de que no Estado do Rio de Janeiro, em especial, no território de jardim gramacho, ainda não foi possível implantar a Coleta Seletiva, embora seja bandeira de luta da Associação dos Catadores, assim como de organizações parceiras na luta, o que faz com que o aterro permaneça como a única fonte geradora de matéria-prima para a catação.

Neste contexto, passamos a apresentar alguns pontos levantados na pesquisa que demonstram quais são as relações estabelecidas entre os catadores e a atividade de catação, enquanto trabalho. Para tanto, consideramos importante elucidar o tempo de convívio deles com a catação, por julgarmos ser este o ponto de partida para o entendimento da trama estabelecida por estes trabalhadores com o território de jardim gramacho.

Foi possível verificar que existe um contingente significativo de catadores, isto é, 69%, que convivem há mais de dez anos com a atividade, seguido do índice de 11% daqueles por nós caracterizados de novos catadores, pessoas que foram expulsas do mercado formal de trabalho. Este dado ganha sustentação quando cruzamos com o

resultado da questão que se procurou saber quais os reais motivos de permanência deles na catação, e apesar de 34% afirmar que está na atividade porque é oriundo da cultura familiar, 27% está pelo fato do desemprego pessoal somado a mais 20% que enfoca a questão da sobrevivência. Ao verificarmos os índices que levam as pessoas a encontrarem na catação a sua única fonte de geração de trabalho e renda, tornou-se evidente a precarização do trabalho, pois os maiores percentuais concentram-se no desemprego pessoal e na sobrevivência da família que, somados, alcançam 47%, seguido da cultura familiar com 34%, e ainda o índice de 13% para o fator que aqui denominamos de acomodação, que agrega o fato de o aterro localizar-se nas proximidades da residência destes.

Outro fator que ratificamos é a extinção de postos de trabalho no mercado formal, uma vez que 74% dos pesquisados já trabalharam em diversas áreas. E, mesmo assim, hoje somente contam com a atividade de garimpo do lixo como geradora de recurso para sobrevivência pessoal e familiar.

Este dado se confirma quando os catadores (85%), ao responderem se desejam mudar alguma coisa em suas vidas, informam que o maior índice que justifica o desejo de mudança prende-se à necessidade de retomarem um trabalho de “carteira assinada”. Retomamos assim a reflexão a respeito da garantia de direitos e acesso à cidadania, pois para muitos, embora o sustento seja advindo da catação, o fato de a profissão não ser reconhecida e se enquadrar no contexto da informalidade, estes trabalhadores são classificados, conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1998) aponta em sua análise a respeito da cidadania, como não cidadãos. Com a finalidade de ampliar o sentido que os catadores dão à atividade de garimpar o lixo, julgamos ser importante também apontar os ganhos obtidos com a tarefa desempenhada mensalmente. Embora seja importante registrar que a maioria é remunerada semanalmente, pois acumulam a venda diária nos depósitos e retiram o dinheiro ao final de cada semana.

Acreditamos ser oportuno elucidar o motivo que nos levou a pontuar valores abaixo de R\$ 250,00 e os acima de R\$ 1.500,00. O primeiro pelo fato de o valor ter surgido em meio à fala dos sujeitos da pesquisa e por representar as pessoas de menor compleição física e de idade mais avançada, pois o aterro não só abriga pessoas jovens e robustas, como também pessoas mais idosas – que, no garimpo do lixo, não concorrem no mesmo pé de igualdade com as demais, e,

portanto, ficam à mercê da “sorte” de o lixo ser jogado o mais próximo possível de onde elas estão. E o segundo valor, embora seja expressivo e tenha alcançado o índice significativo de 21% dos pesquisados, não se constitui como garantia de direitos, dentre os mais significativos, o previdenciário, tornando este valor líquido (BAUMAN, 2005), pois não representa possibilidades de acesso a bens e serviços, mas sim de cumprir somente o papel de prover a sobrevivência, fator confirmado pelos entrevistados.

No entanto, embora percebam esses valores, a sua possibilidade de mobilidade social é dificultada, o que nos leva a afirmar que os catadores são pobres e excluídos de bens e serviços, mas não pelos ganhos, mas sim pelo fator de movimentação e de acesso a outras classes sociais.

Confirmamos mais uma vez o falseamento que permeia o trabalho informal, pois através do cruzamento dos dados, de obtenção de maiores ganhos pelo catador e a sua possibilidade de acesso a direitos, como, por exemplo, a garantia previdenciária, ficou evidente que a maioria não está assegurada, pois somente 14% sinalizam efetuar contribuição previdenciária em face de estarem inseridos na cooperativa e, portanto, se constituir como uma das obrigаторiedades, enquanto 2% já têm o direito pela aposentadoria e a massa expressiva de 84% não contribui, o que os incluem na categoria de trabalhadores informais tradicionais, de acordo com o posicionamento de Alves e Tavares (2006).

A título de ratificar o que está posto a respeito da situação de direitos sociais dos catadores, apontamos o que Alves e Tavares (2006) enfocam:

Os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar o auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários (Cacciamali, 2000). Na totalidade dessas atividades tradicionais podem ser agregadas várias categorias específicas. (ALVES & TAVARES, 2006, p. 431).

As autoras complementam, sinalizando que:

[...] as atividades informais estão inseridas na divisão social do trabalho capitalista, podemos entender que esses trabalhadores também são explorados, pois contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficam doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda (Cacciamali, 2000; Jakobsen et al., 2000) (ALVES & TAVARES, 2006, p. 432).

A fim de agregar mais um componente perverso na perspectiva do trabalho informal do qual o catador é vítima, observamos que há um comprometimento familiar significativo no cumprimento da tarefa de catação, pois, do universo pesquisado, 44% se constitui por casais, 28% de irmãos e 16% pelos filhos.

Esta realidade entra em conformidade com que Alves e Tavares (2006) apontam acerca da ação perversa da informalidade:

O trabalhador informal pauperizado só consegue sobreviver porque vive num grupo familiar em que os membros estão empregados nos segmentos regulamentados, podendo garantir a sobrevivência e reprodução da força de trabalho familiar. Eles contam com a ajuda de membros da família nos momentos de acúmulo de trabalho. Esta ajuda se dá tanto nas atividades de produção quanto naquelas dedicadas ao comércio. Assim, os membros da família atuam como força de trabalho eventual e não paga, auxiliando tanto na produção de mercadorias quanto na reprodução do grupo familiar. E o tempo despendido para realizar esse trabalho nem é percebido como um tempo racional de trabalho, apesar de absorver dias úteis, fins de semana, noites e feriados (ALVES & TAVARES, 2006, p. 430).

Finalizamos, sinalizando ter encontrado resposta para um dos pressupostos levantados no início do estudo onde intencionamos saber se os catadores do território de jardim gramacho são, prioritariamente,

indivíduos expulsos do mercado de trabalho formal encontrando na atividade de catação a única possibilidade de sua sobrevivência pessoal e familiar.

Confirmamos a indagação calcada nos resultados, pois nos permitiram visualizar a dependência dos catadores em relação à atividade, assim como foi possível identificarmos o comprometimento deles e de seus familiares com o desenvolvimento da tarefa, o que faz com que o trabalho no aterro se efetive como fonte de sobrevivência.

3.3. De catadores de lixo a agentes ambientais: o processo

Por enquanto não somos considerados agentes ambientais, estamos na etapa inicial, já que o catador era ignorado como este agente que nós falamos há pouco; mas com o tempo será, com o decorrer e com as agressões que a natureza tem sofrido é claro que será valorizado e lembrado como agentes ambientais pertencentes a uma categoria profissional.

Julio César Gonçalves, 2005.

Embora o tema de estudo tenha como mote o processo de organização e construção identitária dos catadores do território de jardim gramacho, é importante situar as experiências que vêm ocorrendo em outras cidades, a título não somente de ilustrar, mas até mesmo para ampliar o entendimento acerca das dificuldades que este segmento de trabalhadores vem encontrando para seu reconhecimento como categoria profissional. Este fato pode ser pontuado como exemplo secular da realidade, consubstanciado no que Marta Velloso (2004) apresenta em sua tese a respeito das pessoas que cuidavam da destinação final de lixo:

No final da Idade Média e na Modernidade, as pessoas que cuidavam do destino final do lixo, eram marginais à sociedade. Assim como o resto ou a sobra, esses seres humanos também eram escolhidos de acordo com a ocupação ou com o papel social que desempenhavam. Nesse período os serviços de limpeza estiveram freqüentemente subordinados ao carrasco da cidade, e eram executados pelos seus auxiliares. As tarefas ligadas aos dejetos, inclusive o destino de cadáveres, eram delegadas a prostitutas, prisioneiros de guerra, condenados, escravos, ajudantes de carrascos e mendigos.

Tal fato é importante para a compreensão de como o trabalho com resíduos foi sendo desqualificado (VELLOSO, 2004, p. 25).

Complementa sinalizando que ainda hoje a exclusão dos catadores de lixo é tão perversa que chega à criminalidade (VELLOSO, 2004, p. 6), conforme ocorreu em várias localidades dentro e fora do Brasil.

Embora os fatos apresentados tenham evidenciado a atividade de catação como tarefa penosa desde seus primórdios até os dias atuais, verifica-se que há, no entanto, alguns registros de iniciativas de organização a partir da década de 1980, e que essas iniciativas contaram com grande empenho e envolvimento de representantes do poder público e do privado e vêm alcançando avanços e obtendo sucesso na garantia da organização da categoria e, conseqüentemente, de trabalho e renda para os catadores e seus familiares.

Neste sentido, embora haja muito a ser feito para a melhoria das condições e organização do real contingente de catadores, podem ser citadas como exemplos as experiências das cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, onde o processo foi instalado, e, especificamente na cidade de Belo Horizonte, foi constituído o capital social, conforme conceitua Jacobi (1997):

O primeiro passo dado de forma concreta, pelo Poder Público, e que resultou num ambiente favorável à obtenção do capital social, ocorreu em 29 de dezembro de 1992, por ocasião da assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte, representada pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU), a Mitra Arquidiocesana – figura jurídica da Igreja Católica que se fazia representar pela Pastoral de Rua – e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE).

O objetivo foi de criar condições de capacitação e de infraestrutura para que a Associação dos Catadores pudesse melhorar um trabalho que já estava sendo desempenhado de forma precária e pouco profissional. Neste convênio previa-se também que num futuro próximo, quando a Associação tivesse a sua estrutura consolidada, estaria se transformando numa Cooperativa de Catadores de Papel (JACOBI, 1997, p. 24).

Rohem (2004), em sua dissertação, também menciona o processo de organização dos catadores de Belo Horizonte e de Porto Alegre como uma das iniciativas de sucesso:

No final dos anos 80 ocorreu a implantação, em Belo Horizonte, da Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), que se tornou um importante espaço para a atuação do catador como trabalhador da limpeza urbana e agente ambiental. A década de 80 marca, assim, o início da luta dos catadores de lixo por melhores condições de trabalho, onde foram criadas cooperativas de materiais recicláveis, visando ao reconhecimento da profissão de catador com o intuito de garantir direitos de seus membros.

Nos anos 90 houve um crescimento na organização dos catadores apoiados pelo Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, criado oficialmente em 1992. Através de encontros e seminários, o Fórum deu visibilidade ao morador de rua e suas novas formas de organização, em diferentes estados, contando com a participação de outras entidades da parceria, como a Cáritas Brasileira, a Casa das Mangueiras (SP) e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul (FARRGS). Em junho de 2001 foi realizado, em Brasília, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que contou com 1.700 participantes entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados brasileiros (ROHEM, 2004, p. 81).

Em relação à cidade de Porto Alegre, o processo de organização também ocorreu através da participação do Poder Público e da sociedade civil, conforme apontam Huergo, Alves e Velasques (2005):

A primeira entidade de Reciclagem a constituir-se foi a Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral, durante o primeiro semestre de 1990. Organizada pela Igreja Nossa Senhora dos Navegantes – construiu um Galpão na Ilha Grande dos Marinheiros para abrigar a Reciclagem e forneceu equipamentos –, a Associação recebeu todo o Lixo Seco reciclado em Porto Alegre até o final de 1991.

A partir desse ano passou a dividir o material com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, cuja Unidade de Reciclagem foi instalada na Vila Santíssima Trindade.

Com o objetivo de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre o grupo de aproximadamente 300 pessoas que sobreviviam da catação no antigo lixão da Zona Norte, iniciou-se o seu cadastramento. Foram selecionadas as pessoas que trabalhavam diretamente com o manuseio do lixo, afastados os pontos de comercialização existentes no local e igualmente afastados os menores.

A partir daí foram realizadas várias reuniões onde se discutiram temas referentes a cooperativismo, autogestão, materiais recicláveis, utilizando-se recursos audiovisuais.

O processo organizativo deste grupo teve seu ponto de culminância com a inauguração da Unidade de Reciclagem do Aterro da Zona Norte, em julho de 1992.

E a partir de 1996, com a relocação da Vila Cai-Cai para o Loteamento Cavahada, o DMLU passou a contar com a parceria da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Disponível em www.lixo.com.br /Porto Alegre; acesso em 21/10/2005).

Em relação à cidade de São Paulo, o processo de organização dos catadores também ocorreu agregando parte do contingente e houve apoio da sociedade civil, principalmente por parte da Igreja Católica através da Pastoral de Rua. Segundo artigo do jornal *O Estado de São Paulo*, a Prefeitura desejava investir na ampliação da coleta seletiva e ampliar o espaço para os catadores:

Além dos benefícios ambientais que a ampliação da coleta seletiva certamente trará para São Paulo, haverá também um amplo reflexo social, uma vez que a administração municipal resolveu incluir os catadores de material reciclável no processo. Segundo dados do pesquisador Sabetai Calderoni, essa mão-de-obra que se dedica à atividade até hoje ainda considerada marginal movimenta R\$ 326 milhões por ano. A coordenadora do Programa Coleta Coletiva Solidária da Cidade de São Paulo, Maria Inês Bertão, calcula entre 4 mil e 5 mil os catadores autônomos da capital, sendo que 1,2 mil estão organizados em 70 grupos e 2 cooperativas.

Com o apoio da Prefeitura, essas pessoas poderão contar com os benefícios e garantias das cooperativas, além dos prédios apropriados para a seleção do material recolhido. A primeira central será instalada em prédio público na Mooca. Haverá outros galpões na Vila Maria e na Vila Leopoldina, onde os próprios catadores

negociarão diretamente com as empresas recicladoras, eliminando os intermediários que, freqüentemente, são os que mais lucram com o negócio. (Jornal *O Estado de São Paulo* 6/6/2002).

Diante do quadro descrito por vários autores, devem-se levar em conta os avanços, contudo se faz necessário caminhar muito na direção e garantia do total reordenamento das ações desenvolvidas pelos catadores no contexto nacional, que, segundo pesquisas realizadas pelo CEMPRE, estima-se girar em torno de 500 mil pessoas.

Ainda no ano 2000 registra-se pesquisa realizada pelo UNICEF, em parceria com a ONG Meio-Ambiente Água e Vida, que aponta existirem nas capitais brasileiras 26% de despejos de resíduos realizados em lixões, isto em 73% dos municípios com mais de 50 mil habitantes, e 70% naqueles com menos de 50 mil habitantes. Esta pesquisa, inclusive, procura apresentar que, no Brasil, quanto maior o extrato populacional, maior a incidência do número de catadores, o que não se deve ter estranheza, em face da atual realidade imposta ao mundo do trabalho, que cada vez mais empurra o trabalhador para a atividade informal, restando-lhe somente esta chance para sobrevivência.

Por outro lado, verifica-se que o Brasil vem avançando significativamente na direção da reciclagem e segundo Boletim Informativo nº 82, julho/agosto-2005 CEMPRE e o Informativo nº 92 julho/agosto-2006, informam que:

O índice de reciclagem mecânica de plásticos (transformação dos resíduos plásticos em grânulos para a fabricação de novos produtos) no Brasil é de 16,5%, sendo superado apenas pela Alemanha (31,1%) e pela Áustria (19,1%). A informação é da Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos após estudo nacional inédito elaborado pela Maxiquim no ano passado, com base nos resultados de 2003, e metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

A pesquisa mostra que a indústria da reciclagem de plásticos no Brasil é formada por cerca de 490 empresas recicladoras, 80% delas concentradas na região Sudeste. Juntas, elas faturam cerca de R\$ 1,22 bilhão e geram 11.500 empregos diretos. Têm capacidade instalada para reciclar 1,05 milhão de toneladas por ano, consomem 777 mil toneladas e produzem 703 mil toneladas de plásticos reciclados. A campeã da reciclagem de plásticos pós-consumo é

a região Sudeste, com 58%, seguida pelas regiões Sul (24,9%) e Nordeste (14,5%).

É a primeira vez que se compara a reciclagem de plásticos no Brasil com a dos países desenvolvidos e os resultados são surpreendentes. Isso porque o índice brasileiro está muito acima de nações como Grécia (1,95%), Portugal (2,9%), Irlanda (7,8%), Inglaterra (8%), Suécia (8,3%), França (9,2%) e Dinamarca (10,3%). Atualmente menos de 5% dos municípios brasileiros (somente 237) são dotados de coleta seletiva de resíduos.

Em relação à PET, no ano passado, 360 mil toneladas de resina PET foram transformadas em garrafas, o que significa um crescimento de 9% na produção de embalagens entre 2003 e 2004.

O índice nacional de reciclagem passou para 48%, um dos maiores do mundo, totalizando 173 mil toneladas – um crescimento da ordem de 22% em relação a 2003.

Desde 1994, o crescimento da reciclagem de PET no Brasil foi de 1.200%.

O alumínio, pelo quarto ano consecutivo, em 2004 bateu recorde mundial de reciclagem de latas de alumínio para bebidas. O país atingiu o índice de 95,75% no rank mundial, o que significa 6,7 pontos percentuais acima de sua marca anterior, de acordo com a Associação Brasileira de Alumínio (Abal) e a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas). Foram recicladas 121,3 mil toneladas, o equivalente a 9 bilhões de latas. (IBGE, 2000).

Ressaltamos que apesar de não constar nos índices oficiais do IBGE, o Movimento Nacional de Catadores (MNCR) avançou na análise/2006, e quantificaram o universo de catadores no Brasil, informando que varia entre 300 mil a 1 milhão de catadores e que este quantitativo ainda é duvidoso, graças ao número crescente de pessoas desempregadas e a agregação de novas pessoas à atividade de catação de forma desordenada (MNCR, 2006).

Além desta referência com relação ao MNCR, não podemos deixar de pontuar o processo de organização da categoria no plano nacional, visto que acerca de quase uma década os catadores vêm buscando construir seu processo identitário.

Sustentamos esta afirmativa, calcada na posição de Mota (2005), quando pontua os avanços da categoria:

Catadores e catadoras estão se organizando também nacionalmente, por meio do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cuja trajetória teve início em 1999, no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel e Material Reaproveitável, em Belo Horizonte. O processo de articulação nacional de tais trabalhadores e trabalhadoras levou à realização do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília de 4 a 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores (ras), técnicos (as) e agentes sociais de 17 estados brasileiros. No congresso foram eleitos (as) representantes que assumiram a Comissão Nacional do Movimento, cuja secretaria executiva encontra-se na cidade de São Paulo. De 1999 até agora, o Movimento Nacional dos Catadores conseguiu alguns êxitos, realizou encontros e eventos, desenvolveu projetos e fez valer a voz de catadores e catadoras deste país. Entre as principais realizações estão as duas edições do Encontro Latino-Americano de Catadores (2003-2005), oficinas no Fórum Social Mundial (2003-2005), parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, Fundação Avina e Fórum Nacional Lixo e Cidadania. (MOTA, 2005, p. 7).

No caso do Rio de Janeiro, vale ainda ressaltar que apesar de o Aterro Metropolitano de Gramacho localizar-se no Município de Duque de Caxias e ser uma área de destinação final de resíduos sólidos que atende a vários municípios da Região Metropolitana, encontra-se sob a responsabilidade de gestão/operação somente da COMLURB. No entanto, penso que as prefeituras que utilizam o aterro deveriam, em conjunto, buscar soluções socioambientais para garantir emprego e renda para o catador, por ser este um passivo social de grande relevância.

O município do Rio de Janeiro tem a COMLURB como responsável pelos serviços de coleta domiciliar, limpeza dos logradouros públicos, das areias das praias, de parques públicos, do mobiliário urbano, do espelho d’água das lagoas, túneis, viadutos e, em especial, a limpeza e higienização de hospitais municipais. É responsável também pela coleta e destinação adequadas de todos os resíduos produzidos em unidades de saúde localizadas no município, bem como pela transferência, tratamento e disposição final do lixo. A companhia também dispõe de Centro de Pesquisas Aplicadas, em Jacarepaguá, Centro de

Informações Técnicas da Universidade Corporativa COMLURB (UNICOM), Galpão de Artes Urbanas Hélio G. Pellegrino, na Gávea, e Casa de Banhos Dom João VI – Museu de Limpeza Urbana, no Caju.

A COMLURB (2006), segundo seus registros, recolhe diariamente cerca de 8.500 toneladas de lixo domiciliar e de resíduos produzidos em toda a cidade, dos quais 40% são retirados das ruas. Sua produção de lixo é de 1.326 kg/hab/dia. Para limpar a cidade do Rio de Janeiro, a companhia dispõe de uma frota de 1.120 veículos e equipamentos, sendo 397 próprios e 723 terceirizados. Possui aterros de lixo nos bairros de Bangu, localizado na Estrada do Gericinó, e em Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias. Ambos os aterros são terceirizados, sendo o primeiro operado pela Delta Construções e o segundo, embora em outro município, sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro e operado pela empresa CAENGE Construções S/A; tem ainda usinas de transferência de resíduos localizadas nos bairros de Jacarepaguá, Irajá e Caju.

Em face de sua responsabilidade para com todos os aspectos referentes à limpeza urbana e destinação final de resíduos, a COMLURB tomou também para si a responsabilidade de ordenar ações voltadas para os catadores de lixo, tanto os da rua da cidade como aqueles que estão desenvolvendo suas atividades dentro dos aterros pertencentes à companhia. Neste sentido, no início da década de 1990, foi implantado o projeto denominado “Redução de Lixo”, cujo objetivo era organizar os catadores de rua e, posteriormente, os de aterros em cooperativa, a fim de implantar gradativamente na cidade do Rio de Janeiro a Coleta Seletiva de lixo.

Esta posição adotada pela COMLURB é o retrato do papel do estado na implementação de política ambiental no cenário nacional, que encontra sustentação teórica no dizer de Ana Elizabeth Mota (2002), quando situa que:

O ‘fetichismo’ do Estado somente se revela quando argumenta que esta iniciativa inclui-se na esfera da ação social, constituindo-se numa política social voltada para a estimulação do emprego e da renda das famílias pauperizadas, como é o caso dos que vivem da ‘catação do lixo’. Neste caso particular, também as medidas de política social, aparentemente desvinculadas das políticas industriais e inscritas na esfera pública não mercantil, queiramos ou não, estão submetidas às necessidades do capital (MOTA, 2002, p. 20).

O projeto na cidade do Rio de Janeiro foi implantado por intermédio de um convênio em parceria com o Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), com a finalidade de os assistentes sociais e acadêmicos de Serviço Social intervirem no processo de organização dos catadores em cooperativa, capacitação dos mesmos e acompanhamento das ações que seriam desenvolvidas, a partir da otimização dos espaços embaixo dos viadutos, em alguns bairros da cidade, divididos por zonas, a saber:

- **Zona Sul:**
 - Laranjeiras;
 - Botafogo.
- **Zona Norte:**
 - Sampaio;
 - Praça da Bandeira;
 - Vila Izabel (fora do espaço de viaduto).
- **Zona Oeste:**
 - Barra da Tijuca;
 - Jacarepaguá (dentro da Usina de Reciclagem e Compostagem).
- **Centro**
 - Praça Onze
 - Estácio (fora da área de viaduto);
 - Castelo (fora da área de viaduto).

No entanto, o projeto sofreu solução de continuidade e o convênio com a PUC-RIO foi desfeito, e as ações passaram a ser viabilizadas somente pela COMLURB através de seu corpo técnico. Assim, surgiram inicialmente mais duas cooperativas, a do Caju e a de Irajá, dentro das usinas de transferências, sob a coordenação de outras cooperativas de trabalho contratadas pela companhia. Mas o propósito geral do Projeto de Redução de Lixo também sofreu reformulações, pois a ideia central era o total envolvimento dos catadores com a proposta, mas, se estas passaram a ser comandadas por outras cooperativas, o objetivo não foi atingido.

Na atualidade, a situação das cooperativas do Rio de Janeiro é bastante complexa, pois, apesar de a COMLURB promover a implantação da Coleta Seletiva em alguns bairros, este fato não se reverteu em lucro para os catadores, uma vez que antes de o material chegar nos Centros de Recepção de Resíduos – nova denominação dada pela Companhia para os antigos espaços das cooperativas – o material já

vinha garimpado por outros catadores e/ou atravessadores, chegando até estes espaços somente metade do montante recolhido e separado nos domicílios, e em decorrência deste processo o Centro de Botafogo acabou sendo desativado em 2006 e o apoio da prefeitura em relação à esta política sendo retirado.

Assim, a situação dos catadores da cidade tornou-se bastante complexa, pois embora existam algumas entidades apoiando a retomada da organização da atividade, tais como o Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social (IBISS), a Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis (RICAMARE), a NOVA Pesquisa, o Fórum Estadual Lixo & Cidadania, entre outras, as ações ainda são pontuais, não garantindo a construção de um coletivo capaz de reordenar o trabalho dos catadores e, com isto, fortalecer esta categoria.

Sabetai Calderoni (2003) levanta um questionamento acerca do papel do estado nas ações voltadas para a reciclagem e para os catadores, que penso adequar-se no caso carioca:

É difícil deduzir com precisão qual a concepção teórica subjacente à atuação do Estado brasileiro no que se refere à questão da reciclagem do lixo. Os fatos são claros: na esfera federal não existe uma política nacional de resíduos sólidos e muito menos de reciclagem de lixo. O mesmo se verifica no plano estadual. No âmbito do município de São Paulo, em que pese o Programa de Coleta Seletiva implantado na gestão Erundina (1989/92), mantido aos PEV na administração Maluf (1993/96), os volumes envolvidos são tão reduzidos que podem ser considerados como de caráter meramente simbólico. Como inferir, a partir desses fatos, qual a concepção teórica com que opera o Estado brasileiro quanto à reciclagem?

Não há resposta exata para esta pergunta, apenas uma postura fica evidente: a clara prevalência do *laissez-faire* (CALDERONI, 2003, p. 71).

Em relação à legislação, pode ser sinalizado algum avanço no processo da Política Nacional de Saneamento, conforme aponta Dias (2007):

Alguns avanços recentes nos dispositivos legais relativos ao setor de saneamento, já ainda em forma de projetos de lei, têm incidência sobre a dimensão do lixo e da cidadania associada de serviços

públicos, Por exemplo, prevista pela Lei nº 11.107 – 2005, contém o que apresenta possibilidades de celebração de convênios com cooperativas de catadores.

O anteprojeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que tramitava há anos no Congresso Nacional foi recentemente sancionado pelo presidente Lula e ‘institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS’, estabelecendo diversos requisitos de caráter geral extremamente importantes, destacando-se entre eles o estabelecimento de diretrizes para os serviços de manejo dos resíduos sólidos referentes à inserção social de catadores de materiais recicláveis, bem como oferece o anteparo legal à celebração de convênios e contratos com associações e cooperativas de catadores. Essa política representa avanço histórico em termos do reconhecimento do direito ao trabalho aos catadores de recicláveis à medida que as diretrizes oferecem os elementos legais necessários que podem dar anteparo a legislações estaduais e municipais específicas de incorporação de catadores em projetos de coleta seletiva. E mais, o catador passou também a ter representação no Comitê Intermunicipal de Inclusão Social dos Catadores de Lixo criado pelo Governo Federal em 11 de setembro de 2003, através do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. Nos últimos anos, recursos de diversos programas federais passaram a ser colocados no setor de resíduos sólidos e, em especial em programas de capacitação de catadores (DIAS, 2007, p. 5).

Registramos ainda, como avanço legal, a assinatura pelo presidente da República do Decreto nº 5.940, de 26 de outubro de 2006, que institui a “Coleta Seletiva Solidária” nas organizações da administração pública direta, indireta, fundações e autarquias, destinada exclusivamente para catadores que se encontrem organizados, comprovadamente, em cooperativas e/ou associações.

E no caso do Estado do Rio de Janeiro, o atual governador também decretou a realização do mesmo feito federal, através do Decreto 40.645 de 8 de março de 2007.

Neste cenário, que há mais anos do que possibilidades, a urgência do reordenamento das ações voltados para a organização efetiva da categoria se faz necessária, uma vez que somente organizados é que os catadores poderão ser contemplados pelos decretos citados. E, especificamente

no Estado do Rio de Janeiro, o grupo de catadores e seus apoiadores vêm tentando se estruturar e, em atenção à agenda montada pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), foi realizado o 1º Encontro Estadual ocorrido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 1º de outubro de 2005, em parceria com o Estado do Espírito Santo, que também não tem registro de um processo de organização da categoria. No entanto, os órgãos oficiais de Limpeza Urbana dos dois estados não se fizeram representar, o que considero uma perda no processo de parceria e organização da atividade, assim como também não foram publicados os resultados das oficinas de trabalho. Desta maneira, um novo hiato foi gerado no processo, visto que sozinhos os catadores enfrentarão maiores dificuldades para a organização necessária à garantia de trabalho e renda da categoria na área de reciclagem. Além disso, até os dias atuais não foram realizados novos encontros envolvendo os catadores dos dois estados entre outros da Região Sudeste que estejam em outro estágio de organização.

Já no caso específico do território de jardim gramacho, os primeiros passos do processo de organização foram motivados pelo Poder Público, visto que no processo de terceirização previsto pela COMLURB para transformação do lixão em aterro sanitário, estava prevista a ação social junto aos catadores, mas de forma superficial, onde os passos a serem traçados focavam somente na direção de cadastrá-los, para quantificá-los, identificá-los e propor ao universo identificado a organização do trabalho para garantia de sobrevivência sob a ótica cooperativista.

Contudo, o que foi observado e constatado durante toda a vivência neste processo, é que a ideia de organização cooperativista não cumpriu o papel agregador das pessoas e/ou garantidor de trabalho e renda para os catadores, visto que hoje a COOPERGRAMACHO agrega somente 10% do contingente de catadores cadastrados do período de implantação do trabalho datado de fevereiro de 1996, cujo contingente era de 960 pessoas ativas.

Fundamentamos a questão sinalizando que, embora os catadores tenham direitos previdenciários garantidos, seguro de vida e realizem seus trabalhos protegidos de sol e chuva, estes fatores não são suficientes para seduzi-los nem tampouco suficientes para convencê-los a migrarem da frente de serviço para a cooperativa.

A justificativa dos 90% restantes que estão na frente de serviço, onde a atividade de catação se processa de forma diferenciada da

cooperativa, uma vez que somente o estilo braçal e rudimentar de garimpar o lixo é utilizado, é de que o rendimento é baixo e que a tarefa individual é mais rentável, embora este seja um real falseamento dos ganhos e da “liberdade de trabalho”, ingrediente fundamental criado pela informalidade.

Diante deste quadro contraditório e instigante, que promove o desejo de investigar os motivos pelos quais os catadores “preferem” continuar na vida árdua de garimpo do lixo, sem nenhum processo de organização, fomos conhecer pesquisas que tiveram como objeto de investigação o Aterro Metropolitano de Gramacho e os catadores, e encontramos algumas que focalizaram atenção para o aspecto do significado do trabalho perverso, do qual este contingente de trabalhadores foi obrigado a se inserir em nome da exclusão e informalidade postas pelas constantes reestruturações no modo de produção capitalista (ROHEM, 2004). Outras tiveram como interesse explorar o movimento de organização dos trabalhadores em contraposição à atividade de catação, no sentido de analisá-lo a partir do conceito de filiação e desfiliação de todo o processo (JUNCA, 2004).

As pesquisas desenvolvidas deram conta de desvelar como estes catadores se sentem diante do trabalho que executam, tanto na frente de serviço, quanto na cooperativa.

Assim, pensar a construção identitária desta categoria e as formas como criam seus espaços de fortalecimento, tornou-se tarefa espinhosa, mas recorreremos ao posicionamento de Stuart Hall (1996) por considerarmos facilitado o entendimento da questão, pois ele elucida a importância da identidade residir no passado das pessoas e, portanto, ter uma conexão direta com seus valores, crenças e costumes, principalmente não para o que a pessoa já é, mas sim para aquilo que ela irá se transformar:

identidades (...) têm a ver não tanto com as questões ‘quem nós somos’ ou ‘de onde nós viemos’, mas muito mais com as questões ‘quem podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios’ (HALL, 1996, p. 108-109).

Diante desta posição, ao remeter a análise para o contexto da catação, em especial no Aterro Metropolitano de Gramacho, passamos a entender que o sentimento já sinalizado de subalternidade adotado

pelos catadores tem relação direta com este processo de construção apontado por Hall (1996), e que, em outras palavras, é reforçado pelo que Sarah Escorel (2000) levanta em seu artigo sobre população de rua e catadores:

No eixo cultural em que se desenvolve a troca de valores simbólicos podem ser observados os processos do mundo da subjetivação, da construção de identidades, a relação com o outro e as representações sociais. Trajetórias de desvinculação podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-los em negativo. São caminhos que podem envolver discriminação, estigmatização, criminalização, não reconhecimento, indiferença, negação da identidade ou identidade negativa, conformismo, naturalização e banalização (ESCOREL, 2000, p. 144).

Sem querer fechar as diversas possibilidades de análises voltadas para a questão identitária, ficou evidente que o processo a ser construído pelo catador, quanto à identidade de seu trabalho, é por vezes “mascarada” por toda a carga de preconceitos advindos ao longo dos anos, criando assim um estigma do qual se desvencilhar é o mesmo que montar um arsenal para uma batalha longa e com muitos soldados. Esta posição ganha apoio teórico em Goffman apud Juncá (2004) quando pontua a questão da “identidade deteriorada”:

É certo que esta passagem de ‘vagabundo’ ou ‘mendigo’ a ‘trabalhador’ não é tão facilmente admitida pela sociedade, nem imediatamente vivida pelos próprios catadores. ‘Isto porque, como já foi analisado, além da pobreza e da exclusão social, os catadores carregam a marca do lixo, incorporando o estigma que lhe tem sido atribuído e introjetado uma identidade deteriorada (GOFFMAN apud JUNCÁ, 2004, p. 82).

A título de ampliar esta análise, encontramos em Juncá (2004) elementos que acreditamos complementar a reflexão:

Destaco aqui o contraditório jogo entre o nomear e o ser nomeado, reconhecer-se e ser reconhecido, ingressando também no campo da constituição de uma identidade profissional instável e

indefinida. Neste sentido, o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis tem sido, predominantemente, apontado como o espaço da indolência e da malandragem, do inútil e desagradável, do risco e da ameaça, configurando uma identidade negativa em torno do trabalhador da catação (JUNCÁ, 2004, p. 82).

Embora concordemos com a posição apontada por Juncá (2004), acreditamos que seja possível uma virada de posição dos catadores do território de jardim gramacho, através da construção denominada por Castells (2002) de identidade de projeto, onde eles tomem consciência do seu papel e agreguem valores culturais adquiridos pela ação socioeducativa implementada no sentido de reverterem o quadro de resignação, e busquem atuar em uma sociedade em rede onde o fortalecimento das ações na área da atividade de catação poderá levá-los a competir na cadeia industrial produtiva como quaisquer outros profissionais do ramo.

Valendo-se do posicionamento acima e levando em conta a experiência que vimos acumulando ao longo desses dez anos de trabalho junto aos catadores no Aterro Metropolitano de Gramacho, vislumbramos o surgimento de lideranças, por meio da força jovem de catadores, que desde o ano de 2004 vêm assumindo a liderança das ações em defesa da garantia do trabalho de catação no aterro, a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG). Este movimento pode ser classificado como um ensaio para a construção da identidade de projetos, pois o grupo vem prevendo, dentre todas as ações voltadas para o trabalho de separação de materiais recicláveis, uma parceria efetiva com a sociedade civil e com segmentos públicos na busca da construção de políticas públicas que atendam a real demanda posta por este contingente.

Hoje, este grupo já é conhecido dentro e fora do território de jardim gramacho e vem trabalhando não somente na direção da ação dentro do aterro junto aos catadores, mas também no que diz respeito aos aspectos ambientais, de saúde, da educação e até mesmo do transporte dentro do bairro, pois a ACAMJG junto com a COOPERGRAMACHO e o Serviço Social do Aterro, são integrantes do Fórum Comunitário do Jardim Gramacho, apoiado pelo IBASE/FURNAS/COEP, no enfrentamento das questões de sustentabilidade dos moradores, entre outros aspectos voltados para melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os envolvidos no processo.

Com este espírito de organização, vêm sendo promovidos alguns eventos de mobilização e organização da categoria desde 2005 até os dias atuais, e os mais expressivos foram os dois Encontros de Catadores da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro, sendo o primeiro promovido pela COOPERGRAMACHO, embora com membros do movimento pró-associação, que ocorreu em 8 de julho de 2005 e foi realizada na UNIGRANRIO, universidade localizada no centro do município de Duque de Caxias, com o objetivo de discutir a importância da organização da categoria. O segundo encontro já foi promovido pela ACAMJG, com apoio da cooperativa e de algumas organizações voltadas para a responsabilidade socioambiental, e foi realizado em 28 de outubro de 2006, dentro do território de jardim gramacho, no CIEP 218, e contou com a presença de cerca de 300 pessoas entre catadores, técnicos da área de meio ambiente e ONGs que lidam com a questão da defesa dos direitos socioambientais, e o tema central dos dois encontros foi a discussão referente à importância da organização e o processo de construção identitária da categoria (folder anexo).

Registramos outro avanço significativo da associação, que no mês de abril de 2007, depois de longo período de negociações, recebeu através da assinatura de um Termo de Comodato – que envolve a COMLURB/Prefeitura de Duque de Caxias e como interveniente a ONG Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social (IBISS) – um Polo de Reciclagem localizado no bairro de Jardim Gramacho, composto de um galpão para separação e semibeneficiamento do material reciclável, e mais um módulo destinado à capacitação dos catadores, com objetivo de darem início ao processo de separação de material reciclável fora da frente de serviço e, com isto, juntamente com a cooperativa, efetivarem a transferência gradual dos catadores para garantir trabalho e renda para os que potencialmente têm condições de se manterem na atividade. Ganharam também duas prensas e um caminhão destinado a dar início à retirada de material potencialmente reciclável pela via da Coleta Seletiva no município e/ou outros locais do estado.

4. Catadores dentro e fora do território de jardim gramacho

4.1. Catadores, pobreza e exclusão social

[...] o catador não pode ser considerado um excluído (enquanto estado permanente), pois ele é um elo incluído em uma cadeia produtiva, ainda que de forma marginalizada, e possa, com isso, sofrer rupturas sociais em outras dimensões da vida em sociedade. Raquel de Souza Gonçalves, 2005.

Quando trazemos a reflexão acerca da condição de pobreza e exclusão social para o cenário dos catadores do território de jardim gramacho, consideramos importante articular a realidade encontrada com os conceitos tratados neste estudo.

Neste sentido consideramos significativo retomar as reflexões efetuadas por Luciano Oliveira (2002) em seu artigo “Os excluídos existem?”, onde ele, ao fazer uma revisão acerca do conceito de exclusão social, apresenta como recomendável que tratemos de excluídos todos aqueles que mais do que simplesmente pobres estejam próximos da situação de miserabilidade e que, para tanto, sejam eles identificados como aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, tendo somente a via informal como alicerce de sobrevivência.

O autor elucida a mesma análise promovida por Elimar Pinheiro Nascimento (2000) , quando este aponta a questão da existência da nova exclusão social, afirmando, portanto, que no mundo atual tornam-se desnecessários economicamente todos os trabalhadores que não estejam habilitados para serem absorvidos pelos novos processos produtivos que, por si só, não necessitam da mão de obra humana.

Embora sejam desnecessários ao mercado formal, estes trabalhadores, dentro dos limites impostos pela natureza do trabalho com lixo, ainda conseguem, mesmo de forma perversa, serem incluídos em algumas situações de vida que por vezes leva ao entendimento de que não são pobres, conforme socialmente o imaginam, pois conseguem

adquirir bens comuns como qualquer trabalhador brasileiro, embora para isto tenham que dispor de um esforço dobrado, subumano. Além deste fator, outro dado de realidade é o fato de que mesmo que adquiram estes bens e até percebam maiores quantias, há uma dificuldade quanto ao processo de mobilidade social, pois os catadores não conseguem migrar de uma classe social para outra, permanecendo sempre no mundo desenhado pelo território de jardim gramacho, onde as oportunidades de acesso são reduzidas.

A outra forma de exclusão/inclusão existente é a relação estabelecida entre o catador com aquele que compra o produto do seu trabalho, sucateiro, pois embora seja ele partícipe da cadeia industrial produtiva, só se inclui no momento da captura do material que garimpa na frente de serviço, pois, na hora da remuneração o processo de excluí-lo dos lucros do produto é uma constante.

Este fator pode ser articulado ao que alguns autores denominam de violência social produzida pela pobreza e, para Bursztyn (2000), esse processo tem três etapas e a que mais se aplica no território de jardim gramacho é a da desqualificação que, segundo o autor, “demoniza” o outro, e é o que mais acontece na relação que o catador estabelece através da comercialização do seu produto. Podemos ratificar esta posição através da fala de Raquel Gonçalves (2005), quando a autora faz uma análise a respeito da relação dos catadores com os atravessadores:

Embora a reciclagem do lixo seja um negócio economicamente rentável, o ciclo de comercialização tem se conservado à margem da legalidade, fazendo com que o trabalho dos catadores seja o elo inicial de uma engrenagem econômica, que se reproduz em condições de marginalidade, na ausência quase absoluta de direitos trabalhistas e na compra de mercadorias por parte dos intermediários e das fábricas de modo informal (GONÇALVES, 2005, p. 95).

Outro ponto evidenciado no território de jardim gramacho que pode ser considerado um processo de exclusão social proporcionado pela informalidade advinda da atividade de catar lixo, é o fato de identificarmos que dos 142 catadores abordados, somente 20 têm garantias previdenciárias, pois contribuem para a Previdência Social, e três são aposentados, pois a maioria, ou seja, 119 pessoas não têm assegurado o direito à previdência. Acreditamos que este fato se

processe em razão do benefício ser algo que só se materialize mediante uma necessidade, e isto faz com que o trabalhador não vislumbre a importância de compromissar-se com estes encargos, que na perspectiva do mercado formal está embutido tanto nos recebimentos como nas deduções, tornando-se invisível.

E no caso específico dos catadores do território de jardim gramacho, quando adoecem e/ou sofrem acidentes, ficam à mercê da sorte, pois não há garantias asseguradas para remunerá-los no período de afastamento, somente excetuando desta situação os catadores inseridos na COOPERGRAMACHO, pois até mesmo os que estão filiados à ACAMJG ainda não têm autonomia previdenciária assegurada.

Estes elementos apontados e existentes na vida cotidiana dos catadores do território de jardim gramacho nos permitem ancorar nosso posicionamento a respeito da situação social vivida por eles, no que foi posicionado por Yasbek (2001) a respeito de pobreza, quando ela enfoca que esta é a fase do descarte da mão de obra barata, que produz uma população de sobranje, pessoas que se transformaram em não empregáveis e que, portanto, não são reconhecidas pela sociedade.

Neste sentido, encaramos a relação que é estabelecida entre os catadores e sua condição de pobreza, conseqüentemente, como de exclusão social no território de jardim gramacho, pois outro fator que ficou evidente para nós neste estudo é que esta pobreza apontada, e que leva estas pessoas para a atividade de catação, não é oriunda do processo migratório, mas da própria metropolização, conforme aponta Campos et al. (2004):

As regiões metropolitanas sempre foram pólos econômicos, políticos e culturais importantes. Seu brilho, no entanto, tem provocado altas taxas de violência, grande contingente de desempregados, insuficiência e precariedade de moradias etc.

Mesmo assim, juntas, as regiões metropolitanas de Salvador, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo representavam 29,6% da população brasileira. Ou seja, em 2000, em nove regiões metropolitanas moravam quase um terço dos brasileiros.

Todavia, parcela importante de seus domicílios encontrava-se em situação de pobreza. Estudos recentes atestam que 29,8% da população pobre no Brasil localiza-se nas regiões metropolitanas. Em outras palavras, mesmo sendo consideradas áreas ricas, as regiões

metropolitanas guardavam dentro de si uma pobreza imensa, compactada em poucos municípios e surpreendentemente criativa.

Donas de populações tão significativas, as regiões metropolitanas sofreram nas duas últimas décadas uma redução do número de postos com carteira assinada, diminuindo sua participação no conjunto do país. Em 1980, essas áreas representavam 48,5% de todo emprego formal brasileiro (CAMPOS et al., 2004, p. 93-94).

Enfim, podemos afirmar que os catadores de lixo do território de jardim gramacho, sujeitos principais do nosso estudo, são pessoas empobrecidas porque são considerados mão de obra barata desqualificada e, por conta disso, sem acesso ao mercado formal de trabalho, excluídos de bens e serviços assegurados aos trabalhadores, filhos da metropolização da pobreza e ainda pessoas sem poder e força política no cenário socioeconômico, político e ambiental, portanto, sem condições para promover a mobilidade social necessária para ascender no grupo social.

4.2. Catadores e o sentido do estigma

Entre muitos, porém, ainda vigorava um forte desejo: a possibilidade de conseguir ‘um trabalho limpo e com carteira assinada’. Sabiam que eram reconhecidos como ‘seres humanos diferentes’, mas queriam levar uma vida ‘como manda o figurino’. Enquanto isso não acontecia, o jeito era apenas um ‘eu trabalho, descanso e fico na esperança’.

Denise Juncá, 2004.

A realidade vivida pelos catadores do território de jardim gramacho lhes aponta um cenário permeado por elementos discriminativos que levam estes trabalhadores a ter um sentimento de eterna convivência com o rejeito, fazendo-os crer que sua condição de vida é diferente das demais pessoas.

Por outro lado, podemos observar que as pessoas que não lidam diretamente com os catadores, também se consideram diferentes deles, pois conforme Goffman (1988) aponta, “os normais” acreditam que os estigmatizados não são completamente humanos e procuram proceder através de ações sociais benevolentes, a fim de suavizar o sofrimento imposto pela vida.

No território de jardim gramacho este fato se processou na medida em que, ao pensarem na forma de organização do trabalho de catação para os catadores, o Poder Público representado pela COMLURB apontou a perspectiva cooperativista como a solução mágica para a resolução dos problemas e garantia de trabalho e renda, no entanto esqueceu-se de elencar como possibilidade o fato de eles não serem capacitados para tocar o negócio sozinhos, aliado ao fato de não serem detentores do capital para concorrerem com os atravessadores que já possuem o domínio da cadeia produtiva industrial.

Sendo assim, quando o projeto atendeu menos de 10% do contingente de catadores existente, foi mais fácil apontar um culpado do que efetivamente analisar quais os limites e as possibilidades existentes nessa proposta. Até hoje, quando o Poder Público se posiciona a respeito do assunto, eles acreditam que somente os idosos e os sem condições de garimpar o lixo são candidatos a um trabalho organizado e, para exemplificar esta posição, apresentamos o que fala José Henrique Penido (2007), assessor da presidência da COMLURB, quando perguntado a respeito do processo de organização dos catadores:

Bom, nós estamos convivendo com a realidade dos catadores no Aterro desde 1975 e a área até então não era tratada adequadamente e os catadores ao longo do tempo permaneciam na frente de serviço sem organização, mas em 1995 a Comlurb terceirizou o Aterro e a Empresa vencedora do processo licitatório tinha como uma das obrigações, além de transformar o lixão em Aterro, construir uma Central de Triagem para os catadores trabalharem de forma mais humanizada, com banheiros, refeitórios e a área de separação coberta livre do sol e da chuva. E assim foi feito, além da contratação de uma Assistente Social que vem orientando os catadores desde aquela época de forma firme, porém com ternura, e com isto foram para esta Central através da organização deles as pessoas mais velhas e os que não tinham mais condições de permanecerem na frente de serviço e até hoje permanecem cerca de quase cem pessoas que, se não avançou muito, se mantêm recebendo um salário menor do que o pessoal da frente, mas se mantêm (José Henrique Penido; entrevista em 06/07/2007).

Outra maneira de demonstrar o processo de culpabilização do qual o catador é acometido, revela-se através da posição de Ubirajara Jorge,

gerente de Divisão da COMLURB, quando o mesmo responde sobre o processo de organização, os avanços e retrocessos dos catadores, pois, apesar de considerar que estão se capacitando, o mesmo enfoca que o aumento do quantitativo é culpa deles, sem levar em conta a realidade nacional que a cada dia expulsa milhares de trabalhadores do mercado formal que ficam à mercê da informalidade para a sobrevivência.

Eu vejo com muita importância a partir do momento que eles se organizaram e cresceram e estão se capacitando tecnicamente e profissionalmente. Acho que o catador hoje é visto de uma forma diferente, apesar de o poder público ainda vê-lo de uma maneira um tanto preconceituosa.

Bom, como avanço eu observo o trabalho do Serviço Social que é voltado para a Associação de Catadores para mobilização do movimento de catadores no Jardim Gramacho, para capacitação e para a própria unificação dos catadores dentro do JG, e também a difusão em relação à Cooperativa de catadores; esses são os avanços que eu vejo com mais importância. O retrocesso é o crescimento desordenado dos catadores e isto mostra certo descontrole por parte dos próprios catadores (Ubirajara Jorge; entrevista em 25/05/2007).

Percebemos que por vezes o Poder Público não leva em conta o contexto socioeconômico e cultural existente e responsabiliza aquele que menos contribui para o estado de empobrecimento da população como o único culpado pelo insucesso obtido. Este fenômeno tem relação direta com o que Goffman (1988) denomina de identidade social virtual, que seria o sentido que o outro dá em relação ao que ele acredita que a pessoa que está a sua frente deveria ser, no entanto o que se apresenta é a identidade social real, aquilo que os catadores possuem como bagagem de vivência no cotidiano da catação.

Dentro desta realidade, o que pode ser percebido no contexto de identidade social real é que a convivência coletiva não é uma prática exercida pelo universo de catadores e isto fica evidente não somente pelo baixo quantitativo de catadores da COOPERGRAMACHO, mas também quando a maioria dos catadores abordados revela não ter nenhuma filiação associativa e nem organizativa, tanto no trabalho como na vida cotidiana.

Outro ponto que consideramos significativo abordar em relação

ao sentido de estigma pontuado por Goffman (1988) e tem relação direta com os catadores do território de jardim gramacho é o sentimento de “pessoa normal”, isto é, os catadores desejam ser inseridos no mercado formal de trabalho com carteira assinada como qualquer outro cidadão, porque eles se respaldam não no que acreditam ser privilégio de todas as pessoas, mas sim por se considerarem trabalhadores, e, portanto, com prerrogativas de inclusão.

Este processo de inclusão no mercado formal de trabalho não se processa somente por ele ser catador, mas sim pelo fato do mundo atual flexibilizado, que mais exclui do que absorve mão de obra não qualificada, gerar outro ponto que, segundo Goffman (1988), é central nos estigmatizados: a vergonha do trabalho que exercem, pois ele se materializa como atributo impuro, provocando por vezes nos catadores o processo de autodepreciação.

A autodepreciação apresentada pelos catadores do território de jardim gramacho se apresenta por vezes contraditória, pois em determinados discursos eles revelam que seu trabalho é muito importante, no entanto não têm noção de sua amplitude, pois ao justificarem eles enfocam que é somente para sua sobrevivência, desprezando assim a questão ambiental, pois sua atividade em muito contribui para a diminuição do impacto ambiental e ainda promove a efervescência da indústria de reciclagem, fator que também eles não dominam, visto que na abordagem realizada com eles, a grande maioria só tem como horizonte da cadeia produtiva industrial o depósito (ferro-velho), que compra seu material.

Este é o outro fator estigmatizante presente na realidade dos catadores, pois a importância dada ao seu trabalho só alcança o nível de sua sobrevivência, não permitindo o seu papel no cenário socioambiental, tão importante no mundo contemporâneo.

Apesar de este território ser constituído ainda de um segmento significativo de trabalhadores que desconhecem o seu real papel no mundo do trabalho, acreditamos na possibilidade de saída deste estado de desconhecimento, e consideramos que esta representatividade esteja centrada na Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), através das suas lideranças, mas o que deve ser levado em conta e tomado como cuidado é o poder da representação, pois segundo Goffman (1988) este fator pode ser algo positivo na vida do grupo, mas também pode cair no nível da profissionalização da carreira:

É necessária aqui uma explicação sobre aqueles que vêm a atuar como representantes de uma categoria estigmatizada. São pessoas com estigma que têm, de início, um pouco mais de oportunidades de se expressar, são um pouco mais conhecidas ou mais relacionadas do que os seus companheiros de sofrimento e que, depois de um certo tempo, podem descobrir que o ‘movimento’ absorve todo o seu dia e que se converteram em profissionais (GOFFMAN, 1988, p. 35).

O autor complementa a sua reflexão elucidando uma realidade que nos parece estar bem próxima do que ocorre no território de jardim gramacho, onde as lideranças são por vezes arregimentadas para ocupar outras posições, colocando em dúvida qual é o seu real papel:

Pode-se acrescentar que desde que uma pessoa com um estigma particular alcança uma alta posição financeira, política ou ocupacional – dependendo a sua importância do grupo estigmatizado em questão – é possível que a ela seja confiada uma nova carreira, a de representar a sua categoria. Ela encontra-se numa posição muito eminente para evitar ser apresentada por seus iguais como um exemplo deles próprios. (A fraqueza de um estigma pode, assim, ser medida pela forma pela qual um membro da categoria, por mais importante que seja, consegue evitar estas pressões.)

Sobre esse tipo de profissionalização são, em geral, formuladas duas observações. Em primeiro lugar, ao fazer de seu estigma uma profissão, os líderes ‘nativos’ são obrigados a lidar com representantes de outras categorias, descobrindo, assim, que estão rompendo o círculo fechado de seus iguais. Em vez de se apoiar em suas muletas, utilizam-nas para jogar golfe, deixando de ser, em termos de participação social, os agentes das pessoas que eles representam.

Em segundo lugar, os que apresentam profissionalmente a opinião de sua categoria podem introduzir certas parciaisidades sistemáticas em sua exposição apenas porque estão demasiadamente envolvidos no problema para poderem escrever sobre ele (GOFFMAN, 1988, p. 35-36).

Este cuidado deve ser tomado, pois verificamos por meio da pesquisa que no território de jardim gramacho este fato vem assumindo

grandes proporções, visto que no cenário externo os catadores de materiais recicláveis já são pessoas conhecidas e reconhecidas, conforme a fala de alguns representantes da sociedade civil e do Poder Público quando perguntados se acreditavam que o processo de construção identitária dos catadores do território de jardim gramacho já possui traços marcantes que seja possível identificarem as lideranças dentro e fora do território:

Sim, os catadores de Gramacho vêm participando de eventos da categoria em várias regiões do Brasil, e fui testemunha da desenvoltura dos catadores no Festival Lixo e Cidadania realizado no ano passado, em BH/MG. Um traço marcante é a consciência dos catadores quanto à dominação exercida pela sociedade economicamente ativa e que leva quase sempre a uma tentativa de tutela simbólica do catador (Pólita Gonçalves – FELC/RJ; entrevista 28/03/2007).

A participação da ACAMJG dentro do Movimento Nacional dos Catadores, assim como de seu presidente, Sebastião Carlos dos Santos, já tem um reconhecimento positivo. Tanto que já há uma expectativa de virem a ocupar a representação regional deste movimento. A participação desta Associação, através de representantes em outros fóruns ou em espaços de discussão coletiva como: Conselho Estadual de Meio Ambiente, Fórum Nacional e Estadual Lixo e Cidadania, reuniões de discussão do Plano Diretor do município de Duque de Caxias, são exemplos da atuação da ACAMJG que concorrem para ampliar sua legitimidade dentro do movimento dos catadores (Nahyda Franca – IBASE; entrevista em 15/06/2007).

Sim, os catadores, além de estarem na Cooperativa também vêm se organizando através da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) pela via da liderança natural que é o caminho correto das coisas acontecerem para representação deles, inclusive no próprio Movimento Estadual de Catadores, e têm sido orientados pela Assistente Social do Aterro, e hoje têm um acesso direto com a diretoria da COMLURB, inclusive foi construído por nós um Polo de Reciclagem no próprio bairro, que tem um prédio que poderá servir para o processo de capacitação e um outro específico para a reciclagem, e agora resta o apoio da Prefeitura de Duque de Caxias para o projeto caminhar articulado com outras ações sociais; e já conta com quarenta catadores no trabalho, devendo aos poucos agregar um maior número para garantia de

renda e de estar levando uma proposta de coleta seletiva no futuro (Jose Henrique Penido; entrevista em 06/07/2007).

Mas, no próprio território há um distanciamento entre o que as lideranças privilegiam como proposta de trabalho, que se constitui como formulação de políticas públicas, principalmente na área ambiental com foco na coleta seletiva, e ainda a manutenção do trabalho dos catadores através desta política; e o que a maioria dos catadores ainda exercitam, que é de se manter na frente de serviço no garimpo de lixo de forma insalubre, penosa e perigosa aliado ao fato de revelarem que, embora conheçam as lideranças dos catadores, a maioria não sabe o trabalho que é desenvolvido pela associação como instância de defesa dos direitos da categoria.

Chamamos atenção para a necessidade da representação dos catadores no território de jardim gramacho, e não perderem de vista a relação intragrupal existente. Embora possam ser reconhecidos como profissionais da categoria, ainda terão que trabalhar muito em prol do processo de organização, portanto não poderão esquecer um ponto importante que Goffman (1988) conceitua dos alinhamentos intrgrupais:

Embora essas filosofias de vida propostas, essas receitas de ser, sejam apresentadas como resultantes do ponto de vista pessoal do indivíduo estigmatizado, a análise mostra que algo mais as informa. Esse algo mais são os grupos, no sentido amplo de pessoas situadas numa posição semelhante, e isso é a única coisa que se pode esperar, já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social.

Um desses grupos é o agregado formado pelos companheiros de sofrimento do indivíduo. Os arautos desse grupo sustentam que o grupo real do indivíduo, o grupo a que ele pertence naturalmente, é esse. Todas as outras categorias e grupos aos quais o indivíduo também pertence são, de modo implícito, considerados como não verdadeiros; ele, na realidade, não é um deles. O seu grupo real, então, é o agregado de pessoas que provavelmente terão de sofrer as mesmas privações que ele sofreu porque têm o mesmo estigma; seu 'grupo' real, na verdade, é a categoria que pode servir para o seu descrédito (GOFFMAN, 1988, p. 123-124).

Alertamos para o que está previsto acontecer com os catadores no momento de encerramento das atividades de vazamento previstas para acontecer entre oito a 12 meses, segundo as falas de representantes públicos tanto da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias como da Prefeitura do Rio de Janeiro, e também da Secretaria Estadual do Ambiente, na 1ª Audiência Pública realizada em 29 de maio de 2008 no próprio bairro, que caberá a representação dos catadores assumir a gestão do processo de garantia de trabalho e renda para todo o contingente de trabalhadores em parceria com as secretarias do município sede (Duque de Caxias). Sendo assim, a atenção será no sentido da representação ser efetiva e contemplar o grupo.

Mas, como esta relação entre os estigmatizados e os normais pode ser confundida, faz-se necessário ficar alerta para não cair no fato observado por Goffman (1988) relativo ao processo de representação dos estigmatizados:

[...] há um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disto são definidos e se definem como seus iguais. O segundo conjunto é composto – tomando de empréstimo um termo utilizado por homossexuais – pelos ‘informados’, ou seja, os que são normais, mas cuja situação especial levou a privar intimamente da vida secreta do indivíduo estigmatizado e a simpatizar com

Foto 4 – Representante dos catadores



Fonte: Jorge Pinheiro

ela, e que gozam, ao mesmo tempo de uma certa aceitação, uma pertinência cortês ao clã. Os ‘informados’ são os homens marginais diante dos quais o indivíduo que tem um defeito não precisa se envergonhar nem se autocontrolar, porque sabe que será considerado como uma pessoa comum (GOFFMAN, 1988, p. 37).

É preciso que os representantes dos catadores fiquem atentos para caminhar com a proposta idealizada pelo Poder Público, e chancelada por eles, quanto à manutenção do trabalho e renda para os trabalhadores pela via da coleta seletiva, pois apesar de o município de Duque de Caxias ainda não ter implantado a política pública de resíduos sólidos, acreditamos que esta parceria possa se configurar, através do apoio dos normais aos estigmatizados pela via dos “informados”, conforme aponta Goffman (1988) .

Enfim, consideramos que apesar do estigma ser fator presente na realidade dos catadores do território de jardim gramacho, eles têm algumas pistas para romper com os limites impostos ao seu trabalho, tanto pela via pública como pela relação estabelecida com aquele que compra o seu material, mas necessitarão de um forte apoio do grupo dos normais para alavancar forças que possam arregimentar aqueles que não têm consciência do seu papel para o lado da representação.

4.3. Catadores, identidade e cidadania

Ao invés do ‘pobre’ atado pelo destino ao mundo das privações, o cidadão que reivindica e luta por seus direitos; duas figurações opostas e excludentes da questão social. A indiferenciação do pobre remete a uma esfera homogênea das necessidades na qual o indivíduo desaparece como identidade, vontade e ação, pois é plenamente dominado pelas circunstâncias que o determinam na sua impotência.

Vera da Silva Telles, 2001.

Ao tratar dos conceitos de identidade e cidadania focados para o mundo da efervescência de ausências de direitos sociais do território de jardim gramacho, gostaríamos de elucidar como observamos ao longo do estudo a forma como os catadores lidam com a questão.

Sabedores do quadro estigmatizante que permeia toda a relação entre os catadores e a atividade de catar lixo como fonte efetiva de sobrevivência em função do mundo atual, que flexibiliza a cada dia mais

as relações de trabalho e que, portanto, não admite estes profissionais em outras formas contratuais, acreditamos que o processo de identidade construído tem relação direta com o que Giddens (2002) aponta acerca da modernidade que produz autoidentidade na medida em que promove uma alteração radical na natureza da vida social cotidiana.

Ao articular esta reflexão com o mundo dos catadores do território de jardim gramacho, começamos a compreender que, devido à ausência de padrões que proporcionem a vivência deles na perspectiva da organização social do coletivo e que os leve a ter certeza da garantia de trabalho, faz com que se transformem em pobres sem opções de estilo de vida.

Fundamentamos nossa reflexão a partir da posição de Giddens (2002) em relação às consequências da modernidade na vida social das pessoas pobres:

Os pobres seriam quase completamente excluídos da possibilidade de escolher estilos de vida. Em grande parte isso é verdade. Questões de classe e desigualdade, dentro de estados ou ao nível mundial, misturam-se de perto com os argumentos deste livro, embora eu não tente documentar essas desigualdades. De fato, divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, como as que dizem respeito a gênero ou etnicidade, podem ser em parte definidas em termos do acesso diferencial a formas de auto-realização e de acesso ao poder discutidas aqui. A modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade da emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu (GIDDENS, 2002, p. 13).

Diante disto, podemos ancorar nosso posicionamento a respeito da questão de que a modernidade promove na vida do pobre uma reorganização de tempo e espaço que, segundo Giddens (2002), é conceituada como movimento de desencaixe. Acreditamos que cada vez mais o mundo moderno concorre para fazer com que o homem se torne uma criatura isolada, pensando individualmente formas para se manter vivo. Vislumbramos o reflexo deste fato no território de jardim gramacho, uma vez que o catador prima pela tarefa individual, duvidando da possibilidade de sobreviver em práticas coletivas.

Outra contribuição de Giddens (2002) que nos ajuda a pensar a vida que os catadores do território de jardim gramacho levam e como

se autoidentificam, são os reflexos advindos do que ele denominou de alta modernidade, apocalíptica por exigir, diante do avanço tecnológico, um aceleração na forma da aquisição de conhecimento para que seja possível alcançar as inovações do mundo. Relativo ao nosso estudo, este fator poderá ser compreendido como a necessidade existente da permanente capacitação dos catadores, com a finalidade de que sejam incluídos de forma digna e não perversa no mundo da reciclagem, fator que não acontece, o que confirma a afirmação de Giddens: “Os pobres seriam quase completamente excluídos da possibilidade de escolher estilos de vida” (GIDDENS, 2002, p. 13).

Sendo assim, podemos afirmar que apesar de concordarmos com a argumentação de Giddens, de que a modernidade cria a autoidentidade em função do mundo promover um isolamento e uma reorganização de tempo e espaço na vida social, acreditamos que seja necessário vislumbrarmos um movimento em que os catadores em processo de organização possam construir suas identidades a partir das diferenças existentes, portanto não focados naquilo que nós somos, mas naquilo que nos tornamos.

Sob nossa ótica, este posicionamento deve ser o ponto de partida para os catadores, atuais representantes do grupo no território de jardim gramacho, como forma de não cair no profissionalismo da carreira, conforme aponta Goffman (1988), para então vislumbrar um processo de criação de identidade profissional que, segundo Dubar (2005), precisa ser alicerçado em vivências concretas de práticas coletivas, pois é garantidora de sucessivas socializações, fator que merece ser experimentado pelos catadores.

Por outro lado, cremos que esta sequência vivencial deva ser frequente na vida dos catadores, na garantia de não permitir que as relações sejam estabelecidas com os prazos de validade vencidos, conforme Bauman (2005) salienta em sua análise sobre identidade na modernidade, onde tudo é líquido e passa a ser supérfluo e desnecessário, igualmente ao mundo do lixo.

Para construir seu processo identitário, cremos que os catadores deverão partir para uma ação sólida que remeta à construção de uma organização em rede (CASTELLS, 2002) e, com isto, ser gerado o fortalecimento deles, permitindo serem incluídos na cadeia produtiva industrial como categoria de profissionais competentes e capazes de promover a real destinação de resíduos sólidos de forma ambientalmente correta.

Se articularmos estes pontos abordados sobre a questão da identidade com a noção de garantia de direitos e acesso ao exercício de cidadania, veremos que é outra questão que merece ser reordenada no território de jardim gramacho. Ancoramos esta afirmação em um dos posicionamentos de Vera Telles (2001) a respeito do que acontece no horizonte da cidadania no Brasil:

No horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos (TELLES, 2001, p. 51).

Exemplificamos apresentando um dos pontos abordados na pesquisa que tem relação direta com o limite de acesso a bens e serviços públicos postos ao atendimento da população necessitada. Somente 24 catadores são beneficiados por programas governamentais, o que nos leva a comprovar que a forma experimentada de cidadania se aproxima daquela que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) conceituou como “regulada”, onde é necessário provar sua condição de trabalhador para ter assegurado seu direito, embora atualmente este fato se constitua como uma ilegalidade, pois fere o princípio da universalização de direitos.

Diante disso, podemos afirmar que os catadores do território de jardim gramacho se configuram duplamente na condição de não cidadãos, primeiro por não terem sua profissão reconhecida oficialmente e, portanto, não regulamentada, furtando deste profissional a condição de trabalhador que poderia ser assumida pelo mercado formal de trabalho; segundo, pelo fato de estar inserido no conceito definido por Sonia Fleury (2007) de cidadania invertida, onde é necessário comprovar para o Estado o seu reconhecimento de não cidadão para então se tornar objeto da caridade pública ou privada.

A perda de garantias de direitos é algo advindo pela flexibilização do trabalho, mas também pelo que Vera Telles (2001) vem denominando de fragmentação da identidade e perda das referências coletivas, fator que em nossa ótica atinge os catadores do território de jardim gramacho:

Se a precarização do mercado de trabalho, tendência que se vem acentuando nos últimos anos, significa fragmentação de identidades e perdas de referências coletivas, isso não tem tanto a ver com heterogeneidade ou segmentação do mercado de trabalho, e sim com a ausência de direitos, essa medida de equivalência que articula diferenças pela mediação de referências comuns, que fundam modos de mútuo e auto-reconhecimento. E essa é questão que figura com especial importância num momento em que a perda de vigência das formas estatais de regulação das relações de trabalho vem dando lugar à chamada flexibilização das normas trabalhistas (TELLES, 2001, p. 104).

Finalizamos enfocando que o catador do território de jardim gramacho é caracterizado por uma condição de não cidadania, devido à ausência de regulamentação profissional agregada ao fato de ter que comprovar sua condição para então usufruir de benefícios sociais, isto é, para ser atendido pelas políticas públicas locais.

Quanto ao seu processo identitário, consideramos que também ainda não foi estruturado, em razão de não ter sido construída uma perspectiva coletiva que permita juntos tomarem decisões acerca da natureza do trabalho que desenvolvem.

5. Afinal, o que foi construído?

[...] a identidade de uma pessoa é o que ela tem de mais valioso: a perda de identidade é sinônimo de alienação, sofrimento, angústia e morte. Ora, a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída no decorrer da vida. O indivíduo jamais a constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos dos outros quanto de suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é produto das sucessivas socializações

Claude Dubar, 2005.

O nosso interesse com a construção deste estudo foi investigar quais foram os caminhos percorridos e construídos pelos catadores para viabilizar sua construção identitária e seu processo de organização, e tomamos como base de análise o fato de que o território habitado por eles é permeado por situações de desigualdades, injustiças e de processos de exclusão social, que mais impossibilita do que viabiliza o acesso a bens e serviços postos à disposição dos trabalhadores.

Consideramos relevante apresentar algumas indagações que tenham relação direta com o que buscamos compreender:

- Quem são os catadores do território de jardim gramacho? Simplesmente pessoas que foram expulsas do mercado formal de trabalho, mendigos, vagabundos ou aqueles que concorrem com abutres o refugio humano?
- Que iniciativas os catadores do território de jardim gramacho têm efetivado na direção da construção de sua identidade e assumidas para o processo de organização?
- Que estratégias foram mobilizadas para um maior envolvimento dos catadores e fortalecimento de sua organização?
- Os catadores poderão se reestruturar a partir do fortalecimento da categoria e buscar arregimentar várias forças que os ajudem a sair do processo perverso da informalidade para se situarem como

profissionais do mundo do trabalho, capazes de competirem com qualquer outra categoria, para defesa e sobrevivência da classe?

Os catadores do território de jardim gramacho apresentam atitudes contraditórias em relação ao processo de trabalho que desenvolvem, ora reconhecendo seu valor, ora desqualificando-o, uma vez que têm pouca consciência sobre as etapas que configuram fora do espaço do vazamento de lixo.

As principais iniciativas assumidas pelos catadores envolvem a articulação com experiências já em andamento, a realização de encontros de discussão procura envolver todos os segmentos identificados no território de jardim gramacho, isto é, o catador cadastrado com mais de dez anos de experiência, e os novos catadores, aqueles que estão na atividade com cinco ou menos anos, mas não são cadastrados pelo Serviço Social.

O processo de organização dos catadores ainda envolve uma minoria de trabalhadores, em decorrência das experiências que têm acumulado em suas histórias de vida (ausência de experiências de caráter coletivo) e das características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo.

Os catadores, em sua maioria, conseguiram construir uma identidade de trabalhador a partir do processo de organização do trabalho social no aterro?

Se não conseguiram, quais foram os elementos impeditivos? A dificuldade de desconstruir a cultura estigmatizante que gira em torno do lixo ou até mesmo o processo de acomodação e medo do desconhecido.

A identidade e a organização dos catadores do território de jardim gramacho podem ser fortalecidas através de seu acesso às informações sobre o cenário do lixo e da reciclagem, bem como de seu envolvimento mais efetivo em ações que extrapolem o espaço da catação.

Como ponto de partida, consideramos significativo apontar como primeira resposta, quem são estes trabalhadores que pela própria natureza do trabalho que desenvolvem são estigmatizados e, portanto, aos olhos da sociedade são identificados como mendigos e pobres coitados que dependem das sobras para sobreviverem.

O que encontramos no território de jardim gramacho foram pessoas, em grande parte, que têm como referência de trabalho a catação, através do que aqui conceituamos de cultura familiar, que não são vagabundas ou mendigas, mas, sim, pessoas que não tiveram

oportunidade de optar por outras atividades em função da perpetuação da tarefa, e o outro contingente identificado é oriundo da expulsão do mercado formal de trabalho, mas nem por isto disputam com abutres o refugio humano. O que eles realizam é a tarefa de separar plásticos, papel, alumínio, entre outros produtos potencialmente recicláveis, e venderem para atravessadores levarem até as indústrias.

A atividade de catação deve ser entendida como uma ação que, mesmo realizada de forma perversa e insalubre – devido ocorrer em um aterro controlado, onde as pessoas permanecem mais de oito horas na área de vazamento de lixo inalando gases produzidos pela combustão dos resíduos, sem local para abrigar-se de sol e chuva, convivendo entre detritos e urubus – é uma contribuição ao meio ambiente, em função da separação deste material diminuir muito o impacto no solo e com isto ajudar o planeta a ter menos poluição.

Em relação ao processo de construção identitária e de organização, ficou evidente que somente um pequeno grupo de catadores tem claro qual é o seu papel enquanto trabalhadores e reconhecem a importância da organização, embora já tenham sido realizados dois encontros de catadores da Baixada Fluminense e Rio de Janeiro, que contaram com a participação de um grupo significativo de catadores, e as pautas privilegiavam a discussão em torno da importância da organização, mas ainda não foi o suficiente para consolidar a compreensão acerca dos fatos pelo contingente existente, o que nos leva afirmar que ainda se faz necessário um investimento maciço na promoção da capacitação dos catadores no que diz respeito à responsabilidade com o trabalho que desenvolvem e a importância deles no cenário socioambiental.

Quanto às estratégias elaboradas, consideramos que o processo sofreu uma acomodação, por um lado, por parte das ações desenvolvidas pela empresa operadora do aterro, visto que a situação social existente vem permitindo este estado de coisas, pois é possível identificar os catadores cadastrados tanto no Serviço Social, quanto nos Depósitos, em função de ser mantido através do Setor de Segurança o controle de entrada e saída dos mesmos, fator que oferece tranquilidade para os gestores. Quanto ao processo de capacitação, não vêm sendo implementadas novas ações que visem ao aprimoramento profissional deste contingente. Nas estratégias traçadas por parte da representação dos catadores identificamos poucas ações, restringindo a participação de somente algumas lideranças, tanto da ACAMJG quanto da

COOPERGRAMACHO em eventos, tais como: Festival Lixo e Cidadania (Belo Horizonte), Conferência Nacional de Assistência Social, Encontros do Povo da Rua e dos Catadores com o Presidente, bem como Encontros de capacitação promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em função do Decreto 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária, e também no nível local através do Fórum Comunitário, mas sem maior representatividade para o universo existente.

Acreditamos que a organização dos catadores seja condição fundamental para alavancar o fortalecimento da categoria no território de jardim gramacho, mas acreditamos que isso se dê em duas etapas, pois em âmbito local será necessário promover a realização de encontros de capacitações e trabalhos corpo a corpo junto ao contingente de trabalhadores da frente de serviço, com a finalidade de promover a tomada de consciência deles quanto à importância do seu trabalho no cenário socioambiental.

No âmbito nacional, os catadores poderão arregimentar força junto aos poderes constituídos para que possam, juntamente com outros segmentos do país todo, propor o reconhecimento legal da profissão, que tramita no Congresso Nacional sem regulamentação até o momento, e com isto fazer com que a categoria encontre o devido lugar profissional, isto é, de destaque no mercado de reciclagem, para que possa ser invertida a condição de subalternidade imposta pelo mundo de trabalho, proposta pela informalidade que explora a mão de obra que dá início à cadeia produtiva, mas que a repudia e não a remunera dignamente.

O nosso posicionamento pode ser não somente ancorado como também ampliado através da fala de representantes de organizações da sociedade civil que defendem a causa dos catadores, quando em entrevistas concedidas eles se posicionaram a respeito do processo de organização dos catadores do território de jardim gramacho.

Pólita Gonçalves, representante do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro (FELC/RJ), ao ser perguntada a respeito da importância da organização dos catadores no território de jardim gramacho, enfocou que:

Desde 2005 venho acompanhando a ACAMJG no processo de mobilização dos catadores do aterro. A ACAMJG, apesar de pouco tempo como organização tem se articulado bem no território. No meu entendimento, a associação ainda tem vários desafios pela

frente, quais sejam: se instituir como um espaço que permita ao catador se reinventar como sujeito político ativo, com capacidade de agir como protagonista no momento de formular e defender seus interesses na mesa de negociação que vai discutir o encerramento das atividades no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho. Se estruturar para poder realizar um trabalho de mobilização mais profundo com os catadores no aterro. Obter bons resultados no Gt4, o de trabalho e renda contribuindo para que o Plano de Ação de Desenvolvimento Comunitário de Jardim Gramacho criado no FCJG atinja seus objetivos. Se fazer representar no MNCR/RJ, fazendo valer os princípios do movimento nacional e contribuindo para uma articulação consistente entre os catadores a nível local, municipal, estadual e federal. Mostrar à sociedade que os catadores são capazes de firmar compromissos e dividir responsabilidades compartilhando com o poder público a gestão da coleta seletiva dos resíduos sólidos na cidade. Participar ativamente levando suas reivindicações aos lugares aonde são discutidas as demandas por políticas públicas: FELC/RJ, CONSEMAC, FCJG, FIRJAN, MDS etc. (Pólita Gonçalves; entrevista em 28/03/2007).

Rita Brandão, assistente social, representando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), também apresentou seu posicionamento a respeito do processo de organização, pois vem trabalhando no território de jardim gramacho desde 2005 com a finalidade da construção do Projeto de Desenvolvimento Local Sustentável, onde a questão dos catadores também é presente:

Acredito que estes vêm progressivamente conseguindo utilizar espaços dos mais diversos para estabelecer diálogo e interlocução com as diferentes instituições e atores do bairro. Percebo que forjam bem o nome de sua instituição, tornando-a conhecida. Acho ainda que o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho é um importante veículo impulsionador disto no bairro. Quando chegamos a Jardim Gramacho os catadores se reuniam nos fundos de um bar, passaram por uma sede alugada e hoje estão com seu espaço próprio. Visivelmente há uma progressão em relação a sua organização, porém acredito que haja a necessidade de tornar claro o objetivo desta organização, ao que vieram, quais são suas bandeiras de luta e suas propostas. Vejo sua liderança ser conhecida

pelas pessoas como ‘aquele representa os catadores’ e não pode ser somente porque estes querem ter. No imaginário da maior parte dos participantes do Fórum Comunitário de Jardim Gramacho, que acompanho mais de perto, constam às informações que os fazem serem simpatizantes da ‘causa’ – os anos de exploração do território e dos trabalhadores deste, pelos municípios que utilizam o aterro, com a centralidade do Rio de Janeiro/COMLURB (de uma forma bem simplificada). É preciso que as pessoas possam ter ciência/certeza que existe na organização dos catadores algo mais para além da denúncia e manifestação; é preciso que as pessoas moradoras e atuantes de instituições locais conheçam as propostas, o que se pretende fazer, qual a solução pensada e pela qual se luta. Isso aparece em alguns momentos, mas ainda dispersos. Sinto a necessidade de um maior diálogo com a população moradora e atuante no território e acredito que isso faz a diferença entre **‘abrir espaço para o bloco passar’** e **‘entrar no bloco’**, pois o primeiro acontece quando apenas consideramos bons, e o outro quando o reconhecemos como importante e queremos fazer parte (Rita Brandão; entrevista em 10/06/2007). [Grifo nosso].

Outra posição a respeito do processo de organização dos catadores foi dada pelo diretor executivo do Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social (IBISS), senhor Nanko Van Buuren:

Para garantir a oportunidade de trabalho, as ações do ‘Movimento Nacional de Catadores’ são fundamentais. A ligação entre a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG) é forte através de algumas lideranças. A organização do Movimento Nacional com representações estaduais e municipais ainda é fraca. Mesmo com bastantes inscrições na Associação com representatividade de todos os catadores (pessoas que sobrevivem através de material reciclável) precisa ser reforçada a organização entre eles. Ainda precisa de muita atenção. A criação do novo Polo de Reciclagem com espaço para apenas trinta catadores é uma ameaça para a organização (Nanko Van; entrevista em 16/05/2007).

Como pode ser observado, o processo de organização no território de jardim gramacho já foi deflagrado, no entanto, para eles,

constituírem-se como uma categoria profissional necessitará de aprofundamento das ações e práticas no trato das questões socioambientais e trabalhistas, pois ainda não possuem consciência em relação ao papel que exercem e, assim, as atitudes apresentadas são contraditórias. Acreditamos que este fato seja permeado pela própria condição em que o trabalho se estabelece, pois o estigma de tratar com lixo, aquilo que não se quer, é o primeiro impedimento de reconhecimento do valor do trabalho, seguido da própria condição onde ele se processa – o lixão.

Embora o catador do território de jardim gramacho se identifique como herói por sobreviver das sobras, ao mesmo tempo se confunde com os restos por não ser valorizado e não ser reconhecido como um trabalhador.

Em relação às iniciativas adotadas pelos catadores que lideram o movimento de organização no território de jardim gramacho, apesar de ter ficado nítido em suas falas o interesse em envolver o maior número de trabalhadores no processo, ficou evidente por meio de pesquisa que um grupo significativo, além de não participar das reuniões/encontros, não conhece seus representantes; e quando os reconhecem, não sabem precisar o que eles realizam em prol da categoria.

Neste sentido, afirmamos que os catadores do território de jardim gramacho precisarão vencer muitos desafios e será preciso investir no processo de capacitação permanente tanto das lideranças como dos catadores, na perspectiva de levar este contingente ao nível de consciência socioambiental.

Quanto à articulação deles com as experiências em andamento, percebemos também que o grande quantitativo de catadores permanece no garimpo de lixo e não se aproxima do processo de organização, tendo em vista que a informalidade no trato com a atividade de catar lixo permite que aqueles catadores soltos na frente de serviço realizem suas tarefas de acordo com seus interesses pessoais, não envolvendo práticas coletivas, tanto no empenho da busca de material como no seu processo de remuneração.

Neste sentido, tanto o formato cooperativista como o da associação são práticas que os catadores em sua maioria não optam, por acreditarem que o trabalho individual ofereça melhor rentabilidade, embora saibamos que seja perverso sem assegurar-lhes o “pão do dia seguinte”.

Ficou claro que a organização dos catadores do território de jardim gramacho ainda envolve uma minoria de trabalhadores e acreditamos que seja em decorrência deste pequeno grupo ter incorporado as vivências através de práticas coletivas que se processam há décadas na cooperativa e por cerca de três anos na ACAMJG, e pelo fato de o quantitativo maior ter permanecido no garimpo do lixo sem experimentar uma vivência onde a prática coletiva tenha permitido mostrar-lhe a oportunidade de ganhos diretos e indiretos, tais como Previdência Social, seguro de vida, entre outros que, embora não sejam materializados como o dinheiro, trazem outros benefícios.

Pudemos perceber que os catadores somente acreditam na sua competência individual para prover seu sustento, não se identificando com práticas coletivas que possam levá-los ao processo organizativo e o reconhecimento do seu valor na cadeia produtiva industrial.

Diante das questões apontadas, acreditamos que a identidade profissional ainda não foi construída pelos catadores do território de jardim gramacho, pois este processo está permeado por sombras do descaso social e por mais que o grupo de representantes tenha consciência do seu papel socioambiental e assuma seu sentido de pertença ao grupo, ainda não é algo que comprometa o universo de catadores, pois segundo Dubar (2005), a construção da identidade profissional precisa estar ancorada no que conceituou de biografia de uma identidade profissional. As pessoas necessitam ter relações de trabalho com participações em atividades coletivas voltadas para o processo de organização, para então construir o sentido de trabalho coletivo.

No caso dos catadores do território de jardim gramacho este procedimento ainda é algo que não se processou, tendo em vista que embora o garimpo de lixo ocorra em um espaço onde todos estão na mesma localidade, a prática de catação é individual, assim como o processo de remuneração, diferentemente daquele segmento que representa menos de 10% do universo, que está na COOPERGRAMACHO e recebe a remuneração através do rateio do produto do esforço coletivo, e, mesmo assim, o processo de construção identitária deste coletivo ainda está em processo.

Inúmeros são os elementos impeditivos para a construção identitária dos catadores, mas acreditamos que a própria natureza do trabalho de catação e a forma como ele é estruturado constituem o ponto principal de estrangulamento da ação, uma vez que Dubar

(2005) enfoca que identidade é produto de sucessivas socializações. Na catação a tarefa se processa de forma solitária, onde o empenho com a atividade decide o valor de sua remuneração, além do processo de exploração da mão de obra, que leva por vezes à extensão do trabalho para além de 12 horas em busca da conquista do aumento dos ganhos.

Acreditamos que o antídoto para o veneno existente que promove a prática solitária de catar lixo seja a abertura de canais de acesso dos catadores à informação por meio da capacitação, que permitirá a aquisição de conhecimentos acerca do cenário brasileiro no tocante à destinação de resíduos sólidos e às novas legislações que privilegiam catadores organizados em cooperativas e associações. Com certeza, ocorrerá a construção de caminhos, levando-os à identificação dentro e fora do território, pois irão expandir seus conhecimentos para além da catação.

O que foi construído até o momento foi a grande possibilidade de um grupo de pessoas que se encontrava, ao longo dos anos, estigmatizado e furtado da condição de trabalhadores, com potencial para se inserir na cadeia produtiva industrial – mas que pelo estigma que carregam foram sempre comparadas a ele –, vislumbrar que agora têm acenado o caminho da organização e do fortalecimento da categoria “**Catador de Materiais Recicláveis**”.

Para tanto, os trabalhadores necessitam da união de forças públicas e privadas que mobilizem não somente recursos financeiros, mas esforços de toda a natureza, tais como técnicos, administrativos e até solidários, entre outros, a fim de arremontarem forças para alavancar todos os catadores potencialmente capazes, isto é, adultos de ambos os sexos em idade laborativa, na perspectiva de tirá-los do estado de descrença e desânimo e levá-los à condição de trabalhadores organizados, conscientes do papel socioambiental que desempenham, para serem reconhecidos como profissionais da área ambiental.

Este estudo não esgota as reais possibilidades de análise do potencial dos catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, mas acreditamos que oferece subsídios para aqueles que desejarem partir deste ponto para aprofundar novas questões sociais advindas daquela realidade perversa, promovida pelo comércio do lixo que, por meio de suas potencialidades, garante a sobrevivência humana de um contingente desprezado pelo mercado formal de trabalho, embora seja eminentemente importante o seu papel. Além de gerar volumes significativos de materiais potencialmente recicláveis, favorecendo

a indústria, a natureza também agradece em vista de minimizar os impactos ambientais. Portanto, este profissional deveria ser privilegiado e ter garantido o seu espaço no mundo do trabalho de forma digna e reconhecida oficialmente.

6. Referências

- ARRUDA, Ângela. Despertando do pesadelo: a interpretação. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2005.
- BASTOS, Valéria Pereira; ARAÚJO, Maria Stela. **Possibilidades e limites do trabalho de organização dos catadores de lixo do aterro metropolitano de Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Construindo identidades: catador herói ou sobrevivente da perversa forma de catação. Niterói, **Confluências**, PPGSD – UFF, n. 4, out. 2005.
- _____. Na rota do lixo: da casa ao catador o primeiro trajeto da cadeia industrial de reciclagem. In: XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 12, 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BERETTA, Regina Célia de Souza; MARTINS, Lilia. Estado, Municipalização e Gestão Municipal. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 25, n. 77, mar. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. (Memória e Sociedade).
- BRASIL. Ministério das Cidades. **O cenário dos resíduos sólidos no Brasil**. Brasília. Disponível em : <www.lixo.com.br > Acesso em: 23 out. 2005.
- _____. Ministério das Cidades. **Guia de ações e programas para gestão de resíduos sólidos**. Brasília, 2005.
- _____. Ministério do Planejamento. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- _____. Ministério do Planejamento. **Brasil: o estado de uma nação, mercado de trabalho, emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- _____. Secretaria Nacional de Saneamento Básico. **Lixo e cidadania: guia de ações e programas para a gestão de resíduos sólidos**. Brasília, DF, 2005.
- BURSZTIN, Marcel. (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. 4. ed. São Paulo: Humanitas Editora, FFLCH/USP, 2003.
- CAMPOS, A. et al. (org.). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004. v. 2.

- CARTA DE BRASÍLIA.** Brasília, 2001. Disponível em: <www.lixo.com.br>. Acesso em: 27 jul. 2006
- CARTA DE CAXIAS DO SUL.** Caxias do Sul, 2003. Disponível em: <www.entrecicle.com.br/gcon/navega.jsp?pIdconteudo=1727>. Acesso em 30 ago. 2006.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Assistência social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em governo paralelo da pobreza. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 15, n. 46, dez.1994.
- CASTELLS, Manuel. **O poder de identidade.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CAVALINI, Magda Carla dos Anjos; FERREIRA, Patrícia Caroline Ramos. **O cotidiano do catador de lixo do aterro metropolitano de Jardim Gramacho.** Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social Santa Luzia, jan. 2006. Mimeo.
- CEMPRE** Informativo, n. 82, jul./ago.2005. Disponível em: <www.cempre.com.br> Acesso em: 21 out. 2005.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CLAPP, Andréia. **Políticas de ação afirmativas no ensino superior.** Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, maio 2005. Projeto de Tese.
- COLETA seletiva de lixo em São Paulo. **Estado de São Paulo.** São Paulo, 6 de junho de 2002. Disponível em: <www.lixo.com.br> Acesso em: 21 out. 2005.
- CORTIZO, Maria Del Carmen; OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A economia solidária como espaço de politização. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 25, n. 80, nov. 2004.
- COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.
- DELUIZ, Neise. O catador de papel e o mundo do trabalho: perspectiva sociológica. **Cadernos de Educação Popular.** Belo Horizonte: n. 25, 2000, (Nova Pesquisa).
- DIAS, Sonia Maria. Do lixo à cidadania – **catadores:** de problema social à questão sócio-ambiental. Disponível em: <www.sociologia.ufsc.br/npms/so>. Acesso em: 30 jul. 2007.
- DUBAR, Claude. **A sociabilização:** construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- ESCOREL, Sarah. **Vivendo de Teimosos:** moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- ERTHAL, João Marcello. Refêns do lixo. Rio de Janeiro: **Carta Capital**, set, 2006.
- EXPO BRASIL. Desenvolvimento local. Disponível em:<<http://www.expo-brasil.org.br/?q=node/60>> Acesso em: 29 maio 2007.
- FERREIRA, Simone de Loiola. **Os “catadores do lixo” na construção de uma nova cultura:** a de separar o lixo e da consciência ambiental. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcros07/20050826a_os_catadores_do_lixo_na_construcao_de>. Acesso em: 30 jul. 2007.

- FLEURY, Sonia. **Por uma sociedade sem excluídos (as)**. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2007.
- FONSECA, Denise Pini Rosalem. **Conversando sobre o conceito “identidade cultural” questões sociais e percepções políticas**. Dialogando com culturas: questões de memória e identidade. Niterói: Vício de Leitura, 2003.
- FONSECA, Denise Pini Rosalem; SIQUEIRA, Josafá Carlos de. (orgs.). **Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Sustentável: somando esforços, aceitando desafios**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2002. (Coleção Tantun, v.2).
- GADOTTI, Moacir. Agenda 21 e a carta da terra. Disponível em: www.paulofreire.org/moacirgadotti/artigos> Acesso em 21 fev. 2008.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOIS, João Bosco Hora; OLIVEIRA, Aline de; COSTA, Isis Santos. Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 25, n. 78, jul. 2004.
- GOMES, Luiz Cláudio Moreira. **Catadores de materiais recicláveis do aterro metropolitano de Jardim Gramacho: uma análise em termos de identidade e exclusão social**. 2007. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007).
- GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos: ambientais, sociais e econômicos**. Rio de Janeiro: Fase, DP&A Editores, 2003. (Série economia solidária, v. 5).
- GONÇALVES, Raquel de Souza. Catadores de Materiais Recicláveis Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 26, n. 82, jul.2005.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HUERGO, Mayra Hias Moreira; ALVES Carlos Augusto; VELASQUES, Vilmar G. Bica. **Coleta Seletiva em Porto Alegre**. Disponível em: < www.lixo.com.br> Acesso em: 21 out. 2005.
- IBASE. **Diagnóstico social: bairro Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro: IBASE, ago. 2005. Mimeo.
- JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Antonio. C. **Criação do Capital Social: o caso ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material reaproveitável de Belo Horizonte**. São Paulo: CEDEC, 1997. Disponível em: <www.lixo.com.br/bh.htm>. Acesso em: 28 jul. 2002.
- JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que Sobra e Sobrantes: Trajetória de Sujeitos no Lixo**. 2004. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação Saúde do Trabalhador). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.

- JUNCÁ, Denise; GONÇALVES, Marilene. P; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: EDUFF, 2000.
- KOGA. **Cidades territorializadas entre enclaves e potências**. 2001. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2001.
- _____. **Medidas de cidades: entre território de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOWARICK, Lucio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos**. São Paulo, n. 63, jul. 2002.
- MACEDO, Kátia Barbosa; MEDEIROS, Luiza F. de Rezende. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 72-94, maio/ago. 2007.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Do estado liberal ao estado social (a exclusão e o estado constitucional). **Cadernos de Educação Popular**. Belo Horizonte n. 25, 2000. (Nova Pesquisa).
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MOTA, Adriana Valle. Do lixo à cidadania. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, n. 27, jun./jul.2005.
- MOTA, Ana Elizabeth. Entre a rua e a fábrica: a reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 3, n. 6, jul./dez.2002.
- MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis). **Relatório do Encontro dos 700**. Brasília, 2006.
- _____. **Pelo direito à cidade! Pelo direito ao trabalho!** São Paulo, 2005.
- MUÑOZ, Jorge Vicente. (org). O catador de papel e o mundo do trabalho. **Cadernos de Educação Popular**. Belo Horizonte, n. 25, 2000. (Nova Pesquisa).
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 26, n. 82, jul. 2005.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos “existem”? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 33, 2002.
- OLIVEIRA, Narciso Dias de. **Recuperação e operação do aterro metropolitano de Jardim Gramacho**. Duque de Caxias, nov. 2001.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ./Cortez, 2003.
- PINTO, Lucia Luiz. **Diagnóstico sobre a situação atual do aterro metropolitano de Jardim Gramacho**. Duque de Caxias: S/A Paulista, nov. 2004. Mimeo. PUC. **Pós-graduação PUC-Rio: normas para apresentação de teses e dissertações**. Rio de Janeiro: Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, 2001.

- ROHEM, Ana Cristina Ribeiro. **Enchendo e esvaziando lona para sobreviver: o cotidiano dos catadores de lixo**. 2004. Dissertação de Mestrado.
- SANCHIS, Pierre. Os catadores de papel no mundo do trabalho. **Cadernos de Educação Popular**. Belo Horizonte, n. 25, 2000. (Nova Pesquisa).
- SANTOS, Boaventura de Souza. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 2000. (Coleção Espaços).
- _____. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **Por uma globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SAWAIA, Bader. (org.). **As armadilhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SENNET, Richard. **Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Records, 2005.
- SILVA, Ademir Alves. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.
- SILVA, Luiz Antonio Machado. **Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva e os estudos culturais**. 3.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SOUZA, Jessé. **Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SPOSATTI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: SEMINÁRIO DE EXCLUSÃO SOCIAL, 1998. São Paulo: São Paulo: PUC-SP, 1998.
- TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis de produção capitalista: Informalidade e Precarização do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducion a los métodos cualitativos de investigación: La busqueda de significados**. Barcelona: Paidós, 1996.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, 2001. (Curso de Pós-Graduação em Sociologia).
- VELLOSO, Marta Pimenta. **A Atividade e Resíduos Resultantes da Atividade Humana: da produção do lixo à nomeação do resto**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Saúde do Trabalhador). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2004.
- VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, 2004.
- YASBEC, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 2, n. 3, jan./jul. 2001.

Sobre o livro

A decisão do fechamento do Jardim Gramacho as vésperas da Conferência Rio+20, em 2012, foi amplamente vinculada como uma vitória da prefeitura na direção de antecipar o atendimento da Lei Federal nº12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e decretou o fim dos lixões. Apesar de previsto o seu fechamento desde 2004, essa antecipação, motivada pela aspiração carioca de se mostrar ao mundo como cidade sustentável, não levava em consideração o fato, como bem nos lembra Valéria Pereira Bastos, autora do presente livro, que não existe uma política efetiva de reciclagem na cidade capaz de substituir o enorme trabalho de cunho ambiental realizado pelos catadores. A presente obra pretende justamente discutir esse universo da catação, percorrendo sobre o cotidiano e as diferentes formas de mobilização desses trabalhadores.

Valéria Pereira Bastos é uma assistente social singular pelo fato que consegue, com maestria, articular prática e teoria, militância e pesquisa. Envolvida com os catadores de Gramacho desde 1996, decidiu transformar sua experiência em pesquisa acadêmica.

Como afirma o próprio título da obra, **Profissão: Catador**, a autora pretende repensar a catação como uma profissão, que exerce um serviço ambiental importantíssimo para a nossa sociedade. Se, de um lado, a preocupação ambiental conduziu ao fechamento dos lixões, de outro lado, a exclusão dos catadores dos novos aterros e a ineficiência da coleta seletiva estão “enterrando” nos novos aterros a renda de milhares de catadores e, paradoxalmente, a esperança de uma sociedade mais justa e sustentável.

Rafael Soares Gonçalves

Professor adjunto do Departamento
de Serviço Social da PUC-Rio

Sobre a autora

VALÉRIA PEREIRA BASTOS, é Doutora em Serviço Social pela PUC- Rio, Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, sua área de pesquisa é voltada para questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social. Leciona no curso de graduação e pós-graduação no Departamento de Serviço Social atuando principalmente nos seguintes temas: questões socioambientais, identidade, trabalho, exclusão social e políticas sociais. Vem atuando desde 1996 no processo de organização dos catadores e catadoras do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, encerrado em 3 de junho de 2012, além de ter implantado trabalho social em lixões em processo de transformação em Aterros Controlados de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. É autora de vários artigos publicados em revistas acadêmicas, em anais de congressos da categoria e encontros de pesquisadores da área de Serviço Social.

Profissão: Catador de Valéria Pereira Bastos descreve e analisa o processo histórico de construção da categoria profissional “catador”, a inspiração para o estudo foi o Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, Rio de Janeiro – Duque de Caxias. O estudo assume que o reconhecimento oficial da categoria – por meio da formalização desta atividade profissional – corresponde à conquista dos direitos de cidadania dos catadores.

O objetivo foi identificar e descrever os principais instrumentos de construção identitária da categoria, sua organização e mecanismos de fortalecimento. A discussão teórica se desenvolveu a partir dos conceitos de pobreza, exclusão social e cidadania; território e territorialidade; estigma social e identidade. Adotando um método quanti-qualitativo, a pesquisa de campo demonstrou que, por permanecerem na informalidade, os trabalhadores do “território de jardim gramacho” dispõem de poucas possibilidades de acesso a bens e serviços; são estigmatizados socialmente e têm os seus direitos de cidadania sistematicamente negados. Por meio da fala direta destes sujeitos, buscou-se compreender como eles se percebem e se reconhecem enquanto profissionais, embora a profissão não esteja formalmente reconhecida.

LETRACAPITAL

ISBN 978-85-7785-276-5

